

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**O ESPAÇO PÚBLICO CONTEMPORÂNEO:  
A COMPLEXIDADE VISTA A PARTIR DE PARQUES  
URBANOS DE PORTO ALEGRE**

FELIPE SILVEIRA DE SOUZA

ORIENTADOR: PROF. DR. OSCAR ALFREDO SOBARZO MIÑO

PORTO ALEGRE, MARÇO DE 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**O ESPAÇO PÚBLICO CONTEMPORÂNEO:  
A COMPLEXIDADE VISTA A PARTIR DE PARQUES  
URBANOS DE PORTO ALEGRE**

FELIPE SILVEIRA DE SOUZA

Orientador: Prof. Dr. Oscar Alfredo Sobarzo Miño

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Nelson Rego (PPG em Geografia/UFRGS)

Prof. Dr. Álvaro Luiz Heidrich (PPG em Geografia/UFRGS)

Prof. Dr. Gilmar Mascarenhas de Jesus (PPG em Geografia/UERJ)

Dissertação Apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação em Geografia como  
requisito para obtenção do título de Mestre  
em Geografia.

PORTO ALEGRE, MARÇO DE 2008.

*Dedico esta dissertação à Vanda Ueda pela  
amizade e pelo aprendizado.  
A minha mãe, Josina, que me deu o carinho e o  
afeto necessário nesta jornada.  
A Raquel pelo amor que me instiga a continuar  
lutando.*

## AGRADECIMENTOS

Um trabalho desse tipo nunca é feito sozinho. As pessoas com quem convivemos são elos importantes e colaboram para que a corrente da vida nunca se quebre. Gostaria nesse sentido de fazer um agradecimento a todos os amigos que fiz, nos diferentes lugares por onde andei. Em especial quero agradecer:

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pública e de qualidade e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que apoiou nossas atividades de pesquisa, permitindo com que esse trabalho fosse realizado.

Ao PET Geografia, onde dei meus primeiros passos na atividade de pesquisa. Destaco a Professora Rosa Medeiros, que me ajudou muito nesta oportunidade.

Aos colegas de AGB Porto Alegre, que mantêm a luta e o debate presentes, reforçando a geografia enquanto ciência de transformação social.

A Cleusi Coelho da Rosa, Gisalma Puggina e Clóvis Breda, administradores dos parques estudados, pela presteza que demonstraram em relação a nossa pesquisa.

Ao Projeto Educacional Alternativa Cidadã, onde me tornei educador popular, e onde continuo aprendendo.

Ao PH e seus mapas salvadores, assim como a Jana, sua companheira, amiga da época de PET.

Aos amigos de longa data e de escotismo, Leandro, Estevão e André pela amizade, mesmo que não nos falemos tanto como antes.

Ao Castor, grande amigo coringa, que me quebrou um baita galho com a formatação do texto.

Aos ex-colegas de Julinho, Augusto, Franco, Baldissera, Wagner, Niri que continuam grandes amigos.

Aos colegas de CEFET-RS que ouviram tantas vezes em 2007: “mês que vem eu termino a dissertação”.

Aos colegas do Elite que ajeitavam os horários para que eu pudesse terminar a dissertação. Gostaria de destacar o colega Paulo Bock, que me ajudou no resumo em inglês.

A família da Raquel que sempre me tratou com muito respeito e carinho.

A todos amigos que fiz na geografia, principalmente aos mais antigos, que nunca deixaram de me apoiar - Dilermando, Andréa, Vanessa, Mousquer, Alex, Judeci, Fernando MT, Sínthia, Luiz Antônio, Daiana, Rogério, Lú Capa, Gia, Cristiano, Ana, Gutemberg.

A Oscar Sobarzo, que assumiu a orientação dessa pesquisa na reta final e foi muito importante para que esse trabalho tivesse a melhor conclusão possível. Obrigado pelas dicas, pela paciência e pelo incentivo.

A Vanda Ueda (*in memoriam*) pela oportunidade que me deu. Com ela comecei esta empreitada, possuindo a liberdade para criar e a motivação para prosseguir. Fico muito triste por ela não ter visto o fim desta pesquisa. Ela que sempre foi uma entusiasta do meu trabalho, não está aqui para ver o resultado do nosso debate. Eu me esmerei o máximo que pude, para que essa pesquisa fosse uma grande homenagem a minha grande amiga, que muita saudade deixou.

A minha família que sempre me apoiou nos momentos mais angustiantes dessa jornada. Vocês são uma grande força na minha vida.

A Raquel pelas suas críticas, pelo seu apoio, pelo seu sorriso, pela sua força, pelo seu amor.

*“A vida é a arte do encontro, embora haja  
tanto desencontro pela vida”*

Vinicius de Moraes

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo a compreensão dos processos de transformação do espaço público na sociedade contemporânea. Dentro desse contexto, nossa investigação foi realizada em três parques urbanos de Porto Alegre, na tentativa de mostrar suas origens, suas características, suas diferenças e similaridades, procurando destacar a produção (ou não) de sociabilidades. Nesse sentido este trabalho se apóia no *paradigma da complexidade* de Edgar Morin, visando romper com os mecanismos disjuntivos e reducionistas. O olhar sobre os processos que ocorrem no espaço público passa a ser multidimensional. O espaço público em nossa pesquisa é visto além da dimensão política originária, ressaltando as transformações decorrentes da maior densidade de interações com outras dimensões, tais como a econômica e a cultural. Dentro deste contexto, nossa pesquisa se propôs a estudar a gestão do espaço público e a relação entre sociedade civil e Estado, assim como analisar o processo de transformação do valor de uso desse espaço em valor de troca. Desse quadro de interações o que se visualiza nos parques urbanos de nossas cidades é a (não) produção de sociabilidades, quando os espaços públicos além de gerar o encontro passam a promover, concomitantemente, o desencontro. Ao fim deste texto, discutimos a questão da democracia aliada à complexidade, enquanto possibilidade para a construção de um espaço público mais próximo do ideal.

**Palavras-chave:** Espaço Público. Sociabilidade. Complexidade.

## ABSTRACT

This work aims at comprehending the transformation processes of public spaces in our contemporaneous society. Within such a context, the investigation took place in three urban parks of Porto Alegre, in an attempt to exhibit their origins, features, differences and similarities, with an emphasis on production (or not) of sociabilities. Taking this sense into consideration, the study has Edgar Morin's "Paradigm of Complexity" as its framework, having in mind the rupture of disjunctive and reductionist mechanisms. The survey over the processes occurring in public spaces was transformed into a multidimensional aspect. The public space is seen, in our research, beyond the originary political dimensions, pointing out the transformations which resulted from an increased density of interactions with other dimensions, such as the economical and cultural ones. In relation to this context, our study intended to scrutinize the management of public spaces and the contact between the civil society and State, as well as analyse the transformation processes of usage value of the given space in terms of exchange value. From the examination of this scene of interactions it is made possible to observe in the urban parks of our cities the (non) production of sociabilities, where the public spaces lead to gatherings but, at the same time, disbandings. At the end of this work, the matter of democracy (together with complexity) is discussed as a way of promoting the construction of a public space as close as possible to the ideal condition.

**Keywords:** Space Public. Sociability. Complexity.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Quadro de procedimentos metodológicos.....	25
Figura 2 - Mapa de localização de Porto Alegre no Estado do Rio Grande do Sul ...	27
Figura 3 - Mapa de Porto Alegre em 1888.....	29
Figura 4 - Plano de Melhoramentos de 1914.....	31
Figura 5 - Mapa de localização de todos os parques em relação à cidade, acentuando os parques que trabalharemos (Atlas) .....	34
Figura 6 - Índice de vulnerabilidade social em Porto Alegre e em relação aos parques estudados .....	35
Figura 7 - Fotografia da vista dos Campos da Redenção durante a Exposição Estadual de 1901 .....	38
Figura 8 - Fotografia da vista aérea do Parque Farroupilha durante a Exposição de 1935 .....	40
Figura 9 - Fotografia do Brique da Redenção em 2005 .....	41
Figura 10 - Imagem do Parque Farroupilha .....	42
Figura 11 - Fotografia de meninos tomando banho no chafariz.....	43
Figura 12 - Formação do Centro de Porto Alegre e área de expansão das famílias ricas.....	44
Figura 13 - Imagem do Parque Moinhos de Vento .....	46
Figura 14 - Fotografia de um domingo de sol no Parque Moinhos de Vento .....	47
Figura 15 - Imagem do Parque Chico Mendes e a área ocupada .....	50
Figura 16 - Foto da ocupação no Parque Chico Mendes.....	51
Figura 17 - Foto da área central do Parque Chico Mendes .....	52
Figura 18 - Fotografia das placas indicativas da adoção do Parque Moinhos de Vento .....	60
Figura 19 - Fotografia do Auditório Araújo Viana.....	61
Figura 20 - Fotografia da Festa Junina no Parque Chico Mendes em 2005.....	63
Figura 21 - Fotografia do Café do Lago .....	69
Figura 22 - Anúncio de imóvel que destaca a proximidade ao Parque Farroupilha (Redenção) .....	77
Figura 23 - Anúncio de imóvel que destaca a proximidade ao Parque Moinhos de Vento (Parcão).....	77

Figura 24 - Fotografia do Hotel Sheraton e Shopping Moinhos .....	78
Figura 25 - Fotografia das moradias precárias no Parque Chico Mendes .....	83
Figura 26 - Fotografia dos <i>Punks</i> e Roqueiros no Monumento ao Expedicionário, no Parque Farroupilha.....	90
Figura 27 - Fotografia dos Malabaristas no Parque Farroupilha, próximos ao Auditório Araújo Viana.....	91
Figura 28 - Fotografia do banheiro depredado no Parque Chico Mendes .....	93
Figura 29 - Fotografia de <i>Tuneiros</i> no estacionamento do Parque Moinhos de Vento .....	94
Figura 30 - Fotografia da câmera de vigilância no Parque Farroupilha (poste à esquerda) .....	98
Figura 31 - Fotografia da câmera de vigilância no Parque Moinhos de Vento (poste à esquerda) .....	98
Figura 32 - Fotografia das peças de bronze guardadas em salas fechadas no Parque Farroupilha .....	99

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Valor dos rendimentos mensais (em salários mínimos - s.m.) em relação aos responsáveis por domicílios no ano de 2000 (%), nos bairros dos parques pesquisados.....	36
Tabela 2 - Prioridades estabelecidas no Orçamento Participativo de 2006 .....	64
Tabela 3 - Lançamentos imobiliários verticais em Porto Alegre no ano de 2003.....	79
Tabela 4 - Os parques mais lembrados na pesquisa <i>Top of Mind/2001</i> da Revista Amanhã.....	82

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	13
1.1 ESPAÇO PÚBLICO E SEU AMPLO DEBATE .....	14
1.2 PARQUES URBANOS: A MATERIALIDADE FÍSICA DE UM ESPAÇO PÚBLICO QUE SE TRANSFORMA .....	18
1.3 A COMPLEXIDADE DE MORIN COMO MÉTODO PARA A COMPREENSÃO DO ESPAÇO PÚBLICO .....	21
<b>2 CONTEXTUALIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DOS PARQUES URBANOS ESTUDADOS</b> .....	27
2.1 OS PARQUES EM RELAÇÃO A PORTO ALEGRE .....	28
2.2 PARQUE FARROUPILHA .....	37
2.3 PARQUE MOINHOS DE VENTO .....	43
2.4 PARQUE CHICO MENDES .....	47
<b>3 A GESTÃO DO ESPAÇO PÚBLICO: A RELAÇÃO ENTRE ESTADO E SOCIEDADE CIVIL</b> .....	54
3.1 O ESTADO E A GESTÃO DOS PARQUES URBANOS DE PORTO ALEGRE ..	57
<b>3.1.1 As parcerias entre Estado e iniciativa privada</b> .....	57
<b>3.1.2 A divisão dos recursos do Estado: o orçamento participativo</b> .....	64
3.2 AS ASSOCIAÇÕES, CONSELHOS E ONG'S NA GESTÃO DOS PARQUES URBANOS DE PORTO ALEGRE .....	66
<b>4 A VALORIZAÇÃO DESIGUAL DO ESPAÇO PÚBLICO E A SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL</b> .....	71
4.1 OS PARQUES URBANOS DE PORTO ALEGRE COMO INSTRUMENTO DE VALORIZAÇÃO FUNDIÁRIA .....	76
<b>5 O ESPAÇO PÚBLICO E A (NÃO) PRODUÇÃO DE SOCIABILIDADES NA ATUALIDADE</b> .....	84
5.1 A SOCIABILIDADE PÚBLICA NOS PARQUES URBANOS DE PORTO ALEGRE .....	89

5.2 A VIGILÂNCIA E A SEGURANÇA NOS PARQUES URBANOS DE PORTO ALEGRE .....	96
<b>6 DEMOCRACIA, COMPLEXIDADE E ESPAÇO PÚBLICO: INTERAÇÕES E POSSIBILIDADES .....</b>	<b>103</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>112</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>119</b>
APÊNDICE A - Os procedimentos metodológicos.....	120

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho traz o resultado de uma investigação realizada nos parques urbanos de Porto Alegre, mostrando suas origens, suas características, suas diferenças e suas similaridades, que podem concomitantemente afirmar e negar a produção de sociabilidades no âmbito do espaço público de Porto Alegre.

Dentro desta perspectiva é importante que se esclareça o debate sobre espaço público que estamos propondo, de modo que fiquem claras as opções teóricas e metodológicas que adotamos ao longo deste texto. De antemão gostaríamos de dizer, que o debate sobre espaço público será cotejado por outros conceitos tais como: territorialidades, gestão, sociabilidade, segregação sócio-espacial; buscando ressaltar a complexidade desta discussão.

Acerca da questão da complexidade, cabe ressaltar que tivemos como perspectiva metodológica, o paradigma da complexidade de Edgar Morin. O desafio de se produzir um debate sobre espaço público a partir da complexidade de Morin foi o que nos motivou e o que nos permitiu fazer este debate. Acreditamos que ao longo desta dissertação pudemos acrescentar mais idéias para esta discussão, pois são valiosas as contribuições de Morin para o debate da democracia, caminho que traçamos como um ideal nesta temática do espaço público.

Portanto, este trabalho trata-se de uma interpretação que pretende compreender a complexidade do processo de sociabilidade dentro do espaço público contemporâneo. Queremos, com isso, ressaltar mais as conexões existentes entre as diferentes dimensões do mundo, do que explicações extremamente especializadas e que vêem o espaço como um recorte que pode ser isolado.

O espaço é o resultado da interação das diferentes dimensões do mundo ao longo de um contexto que se retrabalha na história. Não é diferente com o espaço público.

## 1.1 ESPAÇO PÚBLICO E SEU AMPLO DEBATE

Nosso conceito de espaço público poderia ser resumido da seguinte forma, é aquele tipo de espaço que se constrói pela **diferença** entre os membros de uma sociedade, projetando a partir de então relações que envolvem a **igualdade** de direitos, através de leis e normas de conduta. Dentro deste contexto, podemos dizer que o espaço público possui uma íntima relação com a política vivida dentro da cidade. Por isso mesmo, ao debatermos o espaço público, estamos também debatendo a questão da cidadania, ou seja, dos direitos daqueles que vivem na cidade. Segundo Gomes (2002), o espaço público por ser aquele onde exercemos nossa cidadania, e que tem a condição de livre acesso:

Respeitada e revivida, a despeito de todas as diferenças e discórdias entre os inúmeros segmentos sociais que aí circulam e convivem, ou seja, as regras de convívio e do debate devem ser absolutamente respeitadas (...). Por isso esse espaço é o *locus da lei*. Poderíamos dizer que o espaço público é o lugar das indiferenças, ou seja, onde as afinidades sociais, os jogos de prestígio, as diferenças, quaisquer que sejam, devem se submeter às regras da civilidade (GOMES, 2002, p. 162).

Nesse sentido, cabe ressaltar o papel que o espaço público teve na Grécia Antiga, talvez o exemplo mais forte encontrado na história com relação à participação de indivíduos de uma sociedade dentro de uma esfera política, embora possamos destacar que a sociedade grega tinha uma contradição inerente, pois ao mesmo tempo em que todos os cidadãos tinham os mesmos direitos na democracia, nem todos os que viviam nesta sociedade eram considerados cidadãos – excluindo-se dessa condição as mulheres, os estrangeiros e os escravos.

Na *pólis*, que era formada por *phétos* (população), existiam os *demos* (cidadãos), os *metecos* (estrangeiros) e os escravos. Segundo Souza (2006), os *demos* tinham direitos que lhes permitiam gestionar as questões da *pólis*. A *ekklesia* era a assembléia onde produziam-se as deliberações e decisões sobre os destinos da *pólis* e dela participavam todos os *demos*. Toda decisão era tomada pela *ekklesia*. Podemos dizer que a *ekklesia* é um dos exemplos mais claros de democracia direta, e ela forma, portanto, uma esfera pública. É claro que existem problemas na formação desta democracia, na medida em que de certa forma tal modelo era sustentado por

uma estrutura escravocrata e patriarcal. Escravos e mulheres estavam restritos as atividades do *oikos* (esfera privada). Segundo Arendt (1991), escravos e mulheres eram submetidos ao labor (a atividade física), e nesse sentido eram escravos da necessidade. Tal situação era o que permitia aos homens cidadãos participar da esfera pública, afinal eles estavam libertos da necessidade, na medida que escravos e mulheres lhes provinham aquilo que era da necessidade humana.

A definição destas duas esferas se dá, portanto, neste período, sendo a esfera privada, aquela necessária às atividades biológicas (do labor) e a esfera pública sendo aquela necessária à convivência social. A *ágora*, local de ocorrência da *ekklesia*, portanto, também de sociabilidade, é o espaço público fundador da esfera pública<sup>1</sup>.

Neste sentido, cabe ressaltar a contradição existente dentro da sociedade atual. Afinal, o espaço público no atual momento histórico abarca todas as classes e grupos sociais que constituem nossa sociedade. Entretanto, a isonomia de direitos sobre a qual o espaço público é supostamente construído, é algo meramente ideal, isto porque a desigualdade existente no cerne de nossa sociedade produz um espaço público onde uns tem mais direitos do que outros.

Cabe ressaltar que o espaço público não pode ser confundido com qualquer tipo de espaço coletivo que propicie sociabilidade entre as pessoas de uma sociedade, porque existem espaços de encontro que a nosso ver não podem ser chamados de públicos.

Levy & Lussault (2003) distinguem os *espaços comuns* dos espaços públicos. Os espaços comuns seriam aqueles relativos às práticas sociais dos indivíduos e, portanto, os espaços públicos seriam uma das expressões deste espaço comum.

Em Leite (2004), encontramos uma aproximação com tal compreensão. Contudo ele faz uma distinção entre os espaços públicos e o espaço urbano.

Nesse caso, entende-se que uma noção de espaço público requer, para qualificar como *públicos* determinados espaços urbanos da vida contemporânea, uma inserção conceitual de mão dupla entre *espaço* e *sociabilidade pública*. Implica, portanto, relacionar dois processos interdependentes, que concorrem simultaneamente para uma única direção: a *construção social do espaço*, enquanto produto e produtor de práticas sociais; e a *construção espacial da sociabilidade pública*, enquanto produto e produtor das espacializações da vida social. (LEITE, 2004, p. 196).

<sup>1</sup> Segundo Souza (2006), a *ágora* seria uma espécie de esfera intermediária, entre o público e o privado, na medida em que a *ekklesia* nem sempre ocorria neste espaço. A *ágora*, além de abrigar esporadicamente, a *ekklesia*, era o local do mercado e da sociabilidade visando negócios privados.



Nesse contexto, é importante destacar a seguinte afirmação: o espaço público é resultado de uma construção social ligada à necessidade de sociabilidade entre os homens, e nesse sentido é produto. Porém, na medida em que é construído se torna produtor de novas relações de sociabilidade neste espaço, reconstruindo seu próprio papel como espaço.

Voltando as tipologias, Souza (2000b) faz uma diferenciação do espaço público em relação a outros espaços coletivos. Neste sentido traz as seguintes noções: *espaço privado familiar* (propriedade privada), *espaço público estatal* (parques, praças e ruas), *espaço condominial* (espaços comuns de condomínios fechados), *espaço público-privado* (shopping center). Na sua análise, o autor visa explicitar o aumento do papel das diferentes formas de espacialidade não públicas<sup>2</sup>.

Poderíamos, utilizando o conceito de Castro (2004), fazer a diferença entre *espaços públicos fracos e espaços públicos fortes*. Segundo a autora, os espaços públicos fortes são aqueles construídos dentro uma sociedade de diferentes, onde o exercício da convivência destes atores deve ser preservado. Por outro lado, existe aquilo que a autora prefere chamar de espaços públicos fracos, pois preservam apenas um aspecto da dinâmica característica de um espaço público, a dimensão de publicidade, ou seja, o fato de serem espaços para ver e ser visto, e que, contudo, não guardam em si a possibilidade de emanção da política, já que são construídos a partir de uma sociedade de iguais, na medida em que é composta por indivíduos de uma mesma classe ou grupo social. Para a autora, os espaços públicos fortes podem ser chamados de espaços políticos, na medida em que são construídos por uma sociedade de homens livres e diferentes, quer dizer, está fundamentada numa base democrática, enquanto os espaços públicos fracos, por serem constituídos dentro de uma sociedade de homens livres e iguais, podem se constituir em espaços da tirania e da exclusão. Nesse contexto, acreditamos ser possível dizer que relacionado aos espaços públicos fracos estão os condomínios privados exclusivos e os shoppings centers, que crescem em número cada vez maior.

Portanto, o que é possível perceber ao analisarmos a discussão feita por esses autores, é que existem transformações no que tange a experiência coletiva no

---

<sup>2</sup> O autor a partir desta classificação corrobora com a tese de Richard Sennett, ao entender o declínio do homem público devido ao aumento significativo de espaços de convivência que não são públicos na essência (condomínios e shoppings), e com o conseqüente abandono dos espaços públicos. Para o autor, no caso brasileiro, isto tem relação com o aumento dos índices de violência, com o crescente aumento da sensação de insegurança.

espaço urbano. Esta experiência coletiva que antes era feita, basicamente, nos espaços públicos de nossas cidades é cada vez mais vivida em outros espaços de sociabilidade, principalmente, ao se tratar dos setores mais abastados da sociedade, que pela disponibilidade financeira, podem ampliar suas possibilidades de experiência pública e recusar formas mais tradicionais de convivência social. Alguns autores sugerem a partir deste fato que o espaço público está em decadência, pela privatização de seu uso, ou pelo abandono de seus lugares na cidade. Preferimos acreditar em uma transformação que está em curso desde o início da modernidade, e que se acentuou neste período, com o espaço público se afirmando e se negando concomitantemente, na medida em que ele produz sociabilidades e ao mesmo tempo segrega, segmenta a produção destas. Neste sentido, ao longo do trabalho falaremos em *(não) produção de sociabilidades* nos espaços públicos, na perspectiva de ressaltar o papel de afirmação e de negação destes espaços na atualidade.

Para compreendermos essa sociabilidade existente nos espaços públicos contemporâneos e sua complexidade, é importante que se ressalte o papel do espaço público enquanto espaço de mediação entre Estado e sociedade civil, no que diz respeito ao processo de gestão, assim como o espaço público enquanto mercadoria e espaço de consumo que produz valor de troca e segregação espacial.

Cabe ressaltar que o espaço público é na grande maioria dos casos, administrado pelo Estado, o grande protetor das leis e das normas que mediam a vida em sociedade. O espaço público é um produto – e também produtor – da lei que media a relação entre os homens. Portanto, o espaço público é um resultado da relação entre Estado e sociedade civil. Desse fato advém a necessidade de investigar essa relação e suas transformações diante do atual momento histórico, na medida em que existe uma interação desse debate com a questão da sociabilidade no espaço público.

Além disso, o espaço público dentro da sociedade assimilou, a partir de seu valor de uso, a característica de valor de troca. Os espaços públicos, como parques urbanos, por exemplo, agregam valor a empreendimentos imobiliários, a empresas, etc. Deste fato emerge processos segregacionistas, pois nem todos os espaços públicos possuem igual valor de troca, o que promove um maior distanciamento entre os espaços mais valorizados e aqueles menos valorizados, relação que em algumas cidades ainda responde à oposição entre as áreas centrais e as periféricas.

Os espaços públicos vêm convertida sua característica política em consumo. Deste fato existe todo um aparato legal do Estado na relação com a sociedade civil que alicerça tais transformações.

Nos processos que visam à valorização fundiária se acentua o papel da norma que se impõe de modo segregacionista sobre o espaço, na medida em que define usos possíveis do espaço, e conseqüentemente grupos e/ou classes que terão “direitos” nesses espaços. Apresenta-se então a questão da segurança, como modo de reagir à degradação do espaço público. Porém, o que se percebe é uma estratégia segregadora. Um fato que corrobora a noção de *(não) produção do espaço público*.

No que tange a esse debate, nosso trabalho visa dar um parâmetro sobre os espaços públicos na atualidade, a partir da cidade de Porto Alegre, através de seus parques urbanos. Poderíamos ter escolhido praças, ruas, praias, etc., contudo a escolha por parques urbanos teve como motivo a busca pela complexidade das relações sociais estabelecidas, que a nosso ver fica mais visível pela maior amplitude e abrangência destes equipamentos no âmbito do espaço urbano.

Na busca por uma complexidade maior ainda, fizemos nosso estudo em diferentes parques urbanos, onde podemos inferir sobre as novas formas do espaço público, na tentativa de compreender as diferentes formas de sociabilidades existentes dentro do espaço público contemporâneo.

## 1.2 PARQUES URBANOS: A MATERIALIDADE FÍSICA DE UM ESPAÇO PÚBLICO QUE SE TRANSFORMA

Como vimos a definição de espaço público é um tanto quanto complexa, assim como seu debate, pois envolve uma série de dimensões e instituições. Na atualidade, como vimos, emerge uma discussão que profetiza o fim do espaço público, com a sua total privatização. Entendemos que tal fato existe, entretanto, não concordamos com a tese de que isto seria um caminho para o fim da vida pública, tal como nos aponta Sennett (1988). Acreditamos que esse fato mostra transformações em curso na relação entre espaço público e privado, inclusive promovendo o surgimento de novas espacialidades tais como os *shoppings centers*, uma forma de

espacialidade híbrida. Os *shoppings centers* são espaços híbridos, na medida em que são espaços coletivos que possibilitam a sociabilidade, entretanto possuem o caráter restritivo dos espaços privados, pois determinados tipos de situações comuns em espaços públicos, como por exemplo, as marchas e as manifestações políticas não são permitidas.

Entretanto, não tratamos, em nossa pesquisa, de tais espacialidades híbridas, tratamos sim de espaços públicos, no caso parques urbanos.

Segundo Macedo & Sakata (2002) parque urbano é:

Todo tipo de espaço público destinado a recreação de massa, qualquer que seja o seu tipo, capaz de incorporar intenções de conservação e cuja estrutura morfológica é auto-suficiente, isto é, não é diretamente influenciada por nenhuma estrutura construída no seu entorno. (MACEDO & SAKATA, 2002, p. 14)

A nosso ver, os parques urbanos, embora possam não ser influenciados diretamente pela estrutura construída no entorno, influenciam na construção do seu entorno, na medida em que permitem a valorização do espaço em diversos sentidos. Os autores ao afirmarem que os parques não são influenciados diretamente pelo entorno pretendem destacar as diferenças existentes com relação às praças. As praças, por serem em geral de menor área, são mais influenciadas pelo entorno. Poderíamos dizer, complementando, que elas (praças) interferem menos no conjunto ao redor dela.

Cabe salientar também que os parques urbanos são elementos que surgem com a Revolução Industrial, de modo a institucionalizar o tempo livre dos trabalhadores (o ócio) nestes espaços. Isso aconteceu porque a urbanização reduziu os espaços livres que poderiam servir para o lazer, daí a necessidade de criação de parques. Nesse sentido, poderíamos afirmar que o controle dos corpos dos trabalhadores estava atrelado à construção dos parques.

Entretanto esse não foi o quadro histórico que provocou a construção de parques urbanos no Brasil. A industrialização no Brasil ocorre de forma tardia, em meados do século XX. Entretanto, os primeiros parques construídos datam do século XIX. Neste sentido, os primeiros parques urbanos existentes no Brasil visam a construção de simulacros de uma vida européia para as elites locais (MACEDO & SAKATA, 2002). Os parques urbanos são, portanto, uma tentativa da elite brasileira de se aproximar da Europa através da produção do espaço. Nesse momento

histórico, trata-se de uma produção simbólica do espaço (que até hoje persiste, diga-se de passagem), se retomamos o debate feito por Bourdieu (2007).

A partir da metade do século XX, com o binômio êxodo rural/industrialização temos um aumento da urbanização, com o adensamento do espaço urbano, o que ampliou a ocupação vertical e horizontal. Os espaços vazios na área urbana, que antes davam conta do lazer necessário à população que não era atendida por parques, se tornam mais escassos (MACEDO & SAKATA, 2002). A natureza verde e o lazer ao ar livre passam a se tornar raridades – o valor de uso se converte em valor de troca.

Cabe ressaltar, portanto, que a partir da metade do século XX, a produção dos parques urbanos nas cidades brasileiras se amplia, com a construção de parques também nas periferias, pois antes estavam praticamente restritos a áreas centrais e bairros ricos (MACEDO & SAKATA, 2002). A criação de parques na periferia atende, muitas vezes, a fins eleitoreiros, propiciando a dominação política das camadas mais pobres da sociedade (SOBARZO, 2004). Em muitos casos estes parques se encontram abandonados pelo poder público que prioriza os parques das áreas centrais e nobres em detrimento dos parques de periferia.

Do processo de tornar raro o espaço livre e de contato com a natureza, o parque se torna um elemento que assume importante valor de troca. A manutenção deste tipo de situação só se consolida através dos mecanismos promovidos dentro do Estado, que são cada vez mais intensos e segregadores na medida em que se acentua a Reforma do Estado, ou seja, na sua transformação de Estado de Bem Estar (se bem que no Brasil este patamar nunca foi atingido de forma plena) para Estado Neoliberal (mínimo). O enxugamento da máquina pública característico do Estado Neoliberal resulta na passagem de parte de seus serviços e de suas estruturas à iniciativa privada, mais precisamente a empresas que buscam reproduzir seu capital através do uso privado da coisa pública. Este uso privado da coisa pública produz dinâmicas que atingem os parques urbanos de modo que a sociabilidade faz par com a segregação. Por isso, ao nos referirmos sobre a capacidade que um parque tem de gerar a sociabilidade preferimos o termo (não) produção, que admite a afirmação e negação desse processo de forma concomitante.

Portanto, quando retomamos a questão da sociabilidade, ao falarmos de parques, podemos dizer que todos os requisitos do que é espaço público são

respeitados. Afinal os parques urbanos são espaços onde a sociabilidade pública existe. Porém, esta sociabilidade pode ser maior ou menor na comparação entre as diferentes áreas estudadas. Essas diferenças na forma de sociabilidade estão atreladas, a nosso ver, pelo próprio parque em seu contexto como espaço de sociabilidade, pela desigualdade no processo de valorização e por sua gestão que alia os interesses de uma parcela da sociedade civil que se serve do Estado.

Nesse sentido, nossa pesquisa se foca nesse tipo de objeto público, o parque urbano, buscando refletir sobre a capacidade de gerar a sociabilidade pública destes locais em um cenário de grandes transformações na própria sociedade, na gestão estatal e na intensificação do espaço público como valor de troca.

### 1.3 A COMPLEXIDADE DE MORIN COMO MÉTODO PARA A COMPREENSÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

Nosso trabalho propõe demonstrar um pouco da complexidade envolvida na questão do uso do espaço público na atualidade, através da análise de três diferentes parques urbanos da cidade de Porto Alegre. Partindo deste pressuposto, consideramos o paradigma da complexidade da obra de Edgar Morin a melhor alternativa teórico-metodológica para este desafio. Nesse sentido, esta pesquisa pretende tornar visíveis quatro princípios básicos da complexidade, mais precisamente “os princípios do conhecimento pertinente”.

Na obra “Os sete saberes necessários à educação do futuro” (2002), Edgar Morin discorre sobre um problema paradigmático que é resultado da cisão dos saberes. Vivemos em mundo cujas realidades ou cujos problemas são cada vez mais “multidisciplinares, transversais, multidimensionais, transnacionais, globais e planetários” (p. 36), entretanto a produção do conhecimento não está atenta para isso.

Dentro desta mesma linha, encontramos amparo em Lefebvre (2001) ao afirmar que existem problemas na análise do espaço urbano, gerado pelas ciências parcelares, que não conseguem atingir a totalidade inerente a esta forma de espacialidade, fragmentando o debate sobre a cidade. Carlos (2004) chega a propor uma metageografia, que seja capaz de superar este problema.

Neste sentido, tentaremos abordar a problemática do espaço público de forma complexa, de modo a romper com os enquadramentos disciplinares clássicos. Para que a produção do conhecimento seja pertinente, ela deve tornar evidente: **o contexto, o global, o multidimensional e o complexo.**

a) O Contexto

De cada local estudado, buscaremos estar atentos para o contexto que os produz e os torna potencialmente produtores. Os espaços públicos estudados devem ser relativizados com o seu contexto. Cada espaço público possui seu contexto, e juntos criam um novo contexto. Diferenças e similaridades caminham em conjunto. Assim como cada parque será analisado de acordo com seu contexto, cada situação (ação) e cada objeto encontrados em cada espaço serão contextualizados. “A contextualização é condição essencial da eficácia do funcionamento cognitivo” (BASTIEN apud MORIN, 2002, p. 37).

b) O Global:

Este princípio trata da relação entre o todo e as partes. O todo é mais que a soma das partes, pois possui características que não são encontradas nas partes de forma isolada, sendo que as propriedades encontradas na parte podem ser inibidas pelo todo. Encontramos uma aproximação acerca deste princípio em Milton Santos (2004) quando se reporta a totalidade do espaço, ao afirmar que isto nos permite entender o espaço enquanto unidade composta por partes. Entretanto as partes somadas não formam o todo, pois o todo é mais do que a simples soma das partes, na medida em que o espaço está em constante movimento. “A totalidade é a realidade em sua integridade” (SANTOS, 2004, p. 116). Esta é uma análise muito parecida com a de Morin, que afirma que: “o global é mais que o contexto, é o conjunto das diversas partes ligadas a ele de modo inter-retroativo ou organizacional. Dessa maneira, uma sociedade é mais que um contexto: é o todo organizador do qual fazemos parte”. (MORIN, 2002, p. 37)

Morin também nos fala sobre o princípio hologramático, onde na analogia com um holograma diz que cada parte carrega o todo em si. Para o autor “cada indivíduo singular contém de maneira ‘hologrâmica’ o todo do qual faz parte e que ao mesmo tempo faz parte dele” (MORIN, 2002, p. 38).

Nossa interpretação para este *princípio do conhecimento pertinente*, em termos metodológicos, nos faz compreender que não basta analisar um parque urbano da cidade de Porto Alegre, para entender toda a relação existente nos

espaços públicos de todo o mundo. Entretanto, analisando um parque de Porto Alegre conhecemos o todo contido naquele espaço. A partir de então, é possível, complexificar mais os dados obtidos, a partir de uma análise comparativa com outras realidades. Por isso, a escolha de três parques para a análise. Também devido a tal fato, buscamos relativizar nossos dados com pesquisas existentes sobre outros espaços públicos, sejam eles parques urbanos ou não. Sendo assim, nossa pesquisa prima pela demonstração das inter-relações, interações e inter-retroações existentes, na tentativa de uma maior aproximação com o todo.

### c) O Multidimensional

O indivíduo e a sociedade são multidimensionais. Com relação a esta perspectiva, a sociedade, por exemplo, comporta em si, ao mesmo tempo, as dimensões histórica, econômica, sociológica, religiosa, política, cultural, etc. Dentro deste contexto, buscaremos analisar de forma complexa tais relações, procurando não isolar uma dimensão da outra, afinal, na realidade, esse isolamento não existe. Entretanto, tínhamos pensado, por uma opção de estrutura do texto, em construir os capítulos de acordo com cada dimensão (econômica, política, cultural), o que foi repensado tendo em vista uma compreensão mais ampla, na medida em que os processos estão de modo tão amarrados, que a separação é no mínimo forçosa. A análise das dimensões ao longo do texto está (pelo menos é o que nós acreditamos) constantemente articulada.

O espaço público, que desde a Grécia antiga está diretamente associado a uma dimensão política, vem sofrendo um processo de grandes interações com outras dimensões, o que a nosso ver, modifica a maneira de interagir socialmente dentro do mesmo.

Atualmente, os parques, além de estarem inseridos numa relação que envolve a sociedade civil e o Estado, são espaços para a promoção do consumo e para a cisão da experiência de vida pública. Desse fato surge nossa preocupação em analisar os espaços públicos dentro de uma abordagem complexa, que contemple as múltiplas dimensões de um processo em curso.

A análise do uso do espaço público feita desta forma buscará a complexidade das relações sociais inseridas neste fato. A tese de Sobarzo (2004), ao investigar o espaço público da cidade de Presidente Prudente, incorpora o debate proposto por Ana Fani Alessandri Carlos, compreendendo o espaço público a partir de três níveis de análise dentro de uma perspectiva lefebvriana, nos dando uma pista sobre como



podemos entender tais espacialidades. Os três níveis de análise do autor são: a *dominação política*, a *acumulação do capital* e a *realização da vida*.

A nosso ver temos uma análise similar, pois percebemos diferentes processos ao analisar um espaço público, entretanto, dentro de uma abordagem a partir da complexidade de Morin preferimos enquadrar estes processos dentro de grandes dimensões. Para articular melhor estas dimensões, visto que elas são inseparáveis, definimos três eixos temáticos: **a (não) produção de sociabilidades; a gestão espacial; e a valorização segregacionista.**

#### d) O Complexo

É a interação dos três princípios anteriores. A complexidade tem como característica a junção entre a unidade e multiplicidade. Para Morin (2002):

*Complexus* significa o que foi tecido junto; de fato, há complexidade quando elementos diferentes são inseparáveis constitutivos do todo (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico), e há um tecido interdependente, interativo e inter-retroativo entre o objeto de conhecimento e seu contexto, as partes e o todo, o todo e as partes, as partes entre si. (MORIN, 2002, p. 39)

Por tanto, nossa dissertação ao buscar o complexo, teve o **desafio** de mostrar o contexto, articulando dimensões a partir de uma compreensão global de mundo.

Para que isto fosse possível contamos com diferentes procedimentos metodológicos, unindo a obtenção de dados primários com dados secundários, tais como: *trabalho de campo com uso de fotografias; entrevistas qualitativas com especialistas; busca de documentos em órgãos estatais; análise de textos de jornais e pesquisas realizadas sobre os parques*. Na Figura 1 destacamos os procedimentos metodológicos que denotam nossa estratégia de pesquisa.

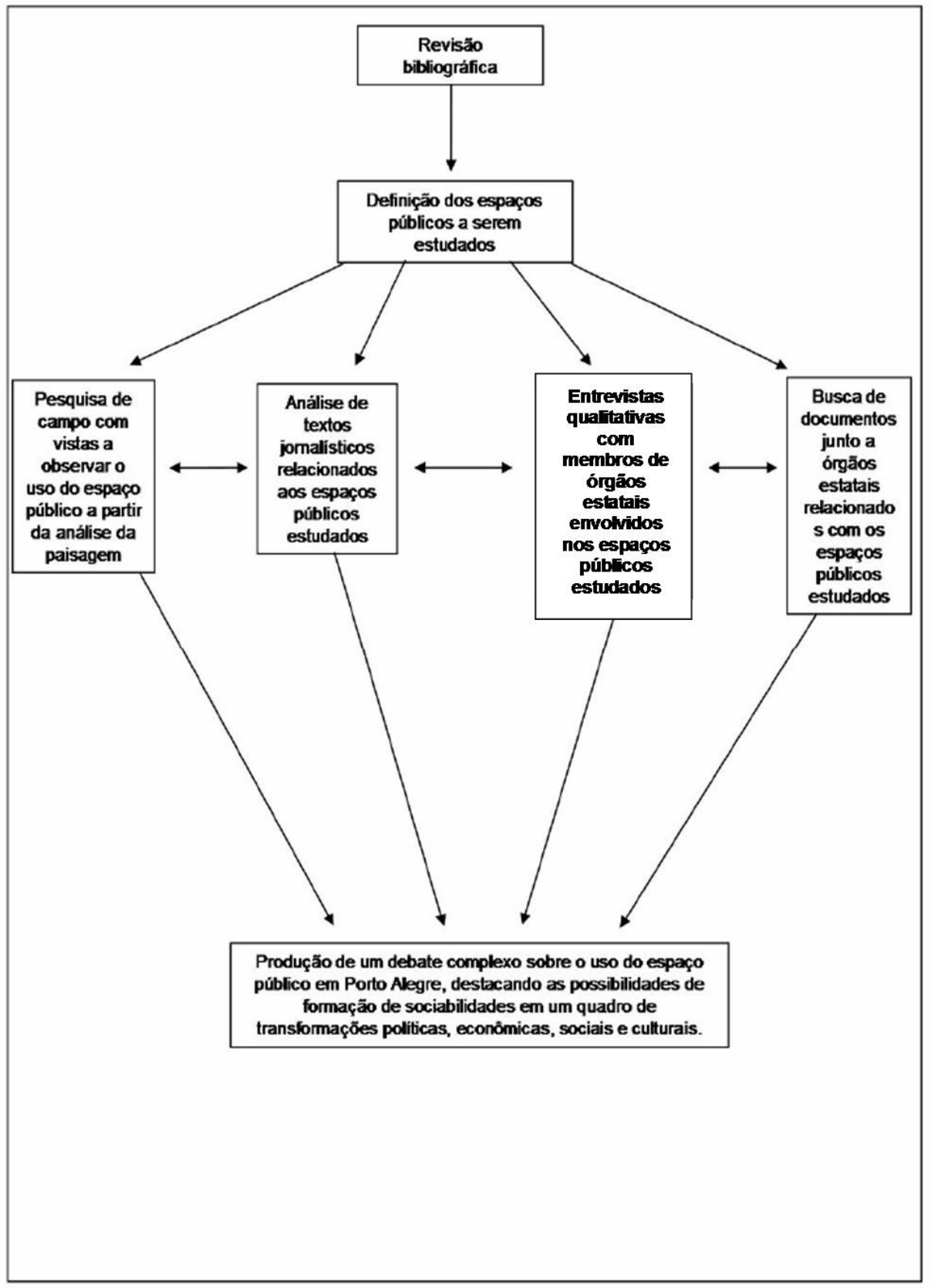


Figura 1 - Quadro de procedimentos metodológicos

Nosso trabalho está estruturado em seis capítulos. O segundo capítulo trata de contextualizar, histórico-espacialmente, os três parques urbanos escolhidos no conjunto da cidade de Porto Alegre, mostrando as origens, as metamorfoses e o presente destes parques urbanos. Este capítulo apresenta os parques estudados, de modo a possibilitar o avanço do debate nos capítulos seguintes.

No terceiro capítulo exploramos o debate sobre a gestão do espaço público e a relação existente entre o Estado e a sociedade civil. Dentro desse contexto, foram explorados os debates acerca da distribuição dos recursos públicos via orçamento participativo, das parcerias entre o Estado, empresas e associações privadas, da interferência desses processos nas dinâmicas dos espaços públicos.

O quarto capítulo traz o debate acerca da transformação do valor de uso do espaço público em valor de troca. Nesse sentido, foi abordado o comportamento do parque urbano como uma raridade que agrega valor a produção do espaço do entorno. Também foi debatido o processo de valorização simbólica de determinados parques urbanos no conjunto da cidade.

No quinto capítulo trazemos o debate sobre a (não) produção de sociabilidades no âmbito do espaço público contemporâneo. A afirmação e a negação concomitantes do processo de produção de sociabilidades são discutidas neste capítulo. Nesse sentido, tratamos as intervenções estatais ou não, que interferem no uso do espaço público. O debate sobre o papel da segurança e a conturbada relação entre a espontaneidade e a norma são trazidas à luz do debate.

O sexto capítulo pretende apresentar nossas considerações (quase) finais acerca do debate. Quase finais, porque neste capítulo além de lançarmos algumas interpretações para os processos compreendidos ao longo da pesquisa, deixamos registradas algumas dúvidas que ainda merecem novos olhares. Este capítulo também ressalta as possibilidades da complexidade e da democracia no que diz respeito à construção do espaço público

Ao final do texto encontra-se um Apêndice que apresenta os procedimentos metodológicos utilizados com um pouco mais detalhamento, de modo que fiquem mais nítidas as opções adotadas e os caminhos que nos permitiram compreender os processos que foram abordados no texto.

## 2 CONTEXTUALIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DOS PARQUES URBANOS ESTUDADOS

Neste capítulo apresentamos o histórico dos parques, assim como tentamos mostrar suas características e localizações na cidade de Porto Alegre (Figura 2). Este esforço se fez necessário, pois existe uma necessidade metodológica eminente de contextualizar os espaços públicos estudados, para que posteriormente possamos confrontar os dados dos diferentes parques, e a partir de então compreender as gêneses que produzem as diferenças.

Tendo em vista uma primeira aproximação com o debate sobre os parques urbanos de Porto Alegre, buscamos, a partir de uma revisão bibliográfica que contemplou desde livros a reportagens, trazer um breve relato sobre a história de Porto Alegre, articulada com a construção de seus espaços públicos.

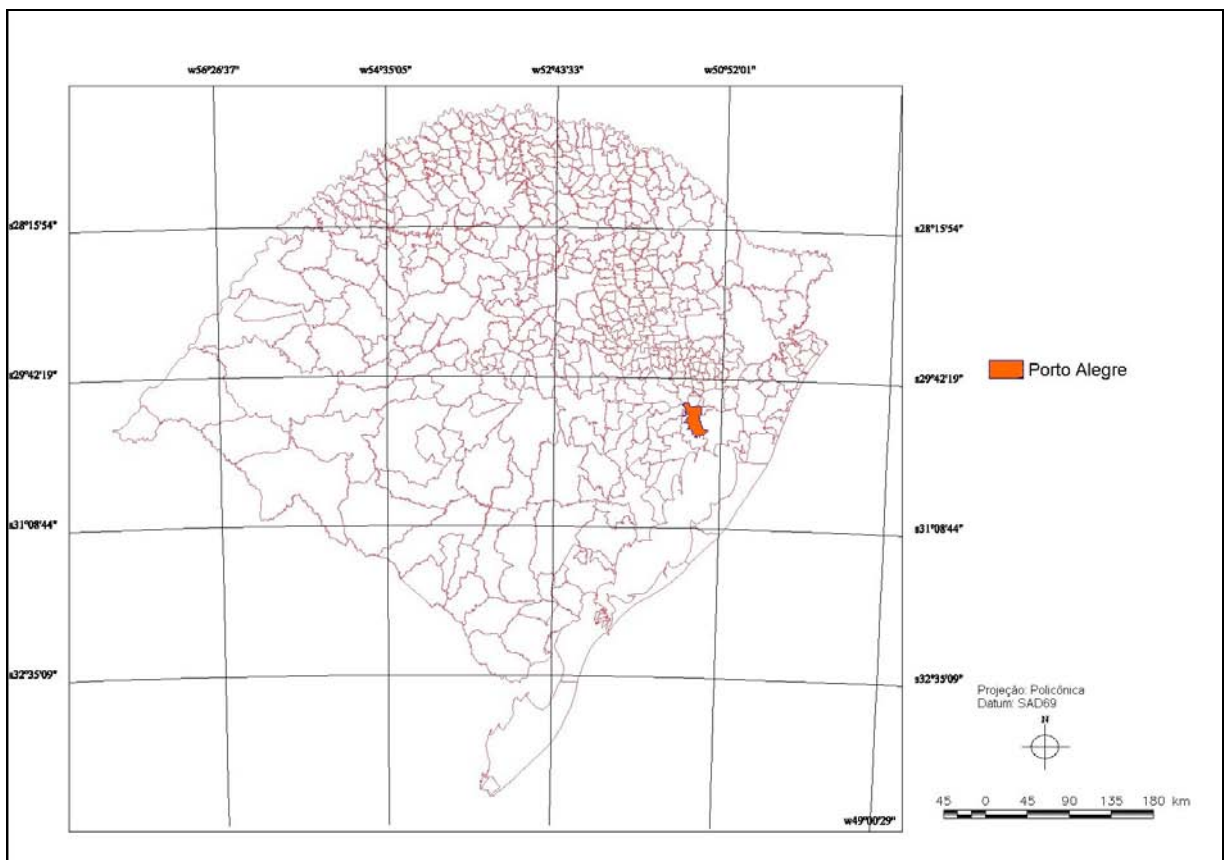


Figura 2 - Mapa de localização de Porto Alegre no Estado do Rio Grande do Sul

Fonte: Elaborado por Paulo Henrique Porto Amorin (2007)

## 2.1 OS PARQUES EM RELAÇÃO A PORTO ALEGRE

Porto Alegre é um município que surge às margens do Lago Guaíba, a partir de um povoamento que tem seu início em 1680. Segundo Célia Ferraz de Souza (2007), podemos estabelecer a história de Porto Alegre - levando em conta os fatores populacionais, econômicos, sócio-culturais, político-institucionais ou locacionais - em cinco períodos. Utilizaremos os cinco períodos propostos pela autora, acrescentando fatos históricos que estão em relatos de outros autores:

a) **o 1º. Período, entre 1680 e 1772**, é marcado pela ocupação inicial e pela formação do povoado junto à sesmaria de Jerônimo de Ornelas - com a chegada dos imigrantes açorianos, por volta de 1750, se estabelecem atividades portuárias e o povoado se torna freguesia.

b) **o 2º. Período, entre 1772 e 1820**, se caracteriza pela exportação, através do porto, do trigo produzido pelos imigrantes açorianos, e Porto Alegre torna-se a capital da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, substituindo o município de Viamão. Segundo Hickel et al (2007). A partir deste ponto se estabeleceram três caminhos que articulavam a produção agrícola com o porto. Esses três caminhos eram: Estrada Mato Grosso (atual Avenida Bento Gonçalves), Caminho do Meio (atuais avenidas Osvaldo Aranha e Protásio Alves), ambas rumo a Viamão, e Caminho Passo d'Areia (atual Avenida Assis Brasil). Até hoje, essas avenidas formam o principal eixo viário de Porto Alegre. Em relação aos espaços públicos, Ludke (2007) destaca que as primeiras ruas começaram a ser traçadas – a Rua da Praia (atual Andradas), a Rua da Ponte (atual Riachuelo), a Rua Formosa (atual Duque de Caxias) e a Rua do Arvoredo (atual Fernando Machado) assim como as primeiras praças – Largo da Matriz (atual Praça Marechal Deodoro), Praça do Arsenal (parte dela é atualmente a Praça Brigadeiro Sampaio), Largo da Quitanda (atual Praça da Alfândega), Praça Portão (atual Praça Montevideo), Praça Paraíso (atual Praça XV de Novembro) e Praça do Alto da Caridade (atual Praça Dom Feliciano). Essas praças não eram ajardinadas, e não existe precisão quanto ao uso que lhes era dado, exceto dos largos da Quitanda e da Matriz, que eram utilizados para atividades de comércio de alimentos e para festas religiosas, respectivamente. Além disso, surge, em 1807, a primeira grande área destinada a logradouro público – os Campos da Várzea (atual Parque Farroupilha).

c) o **3º. Período, entre 1820 e 1890**, tem como destaque a imigração de alemães e italianos e o fortalecimento do comércio após a Guerra dos Farrapos (1835-1845), com a consolidação das atividades portuárias, administrativas e militares na cidade. Hickel et al (2007) afirmam que em meados do século XIX, a Ponta do Gasômetro já estava ocupada de forma bastante intensa, e nesse sentido a cidade se interiorizou em relação ao Lago Guaíba através das estradas estabelecidas onde foram se formando os arraiais. Os arraiais eram núcleos que possuíam uma praça, uma capela, um agrupamento de casas, um hipódromo, que originaram bairros que antes eram distantes do centro, mas que hoje estão incorporados a grande cidade. A Figura 3 nos mostra a cidade de Porto Alegre durante no ano de 1888.

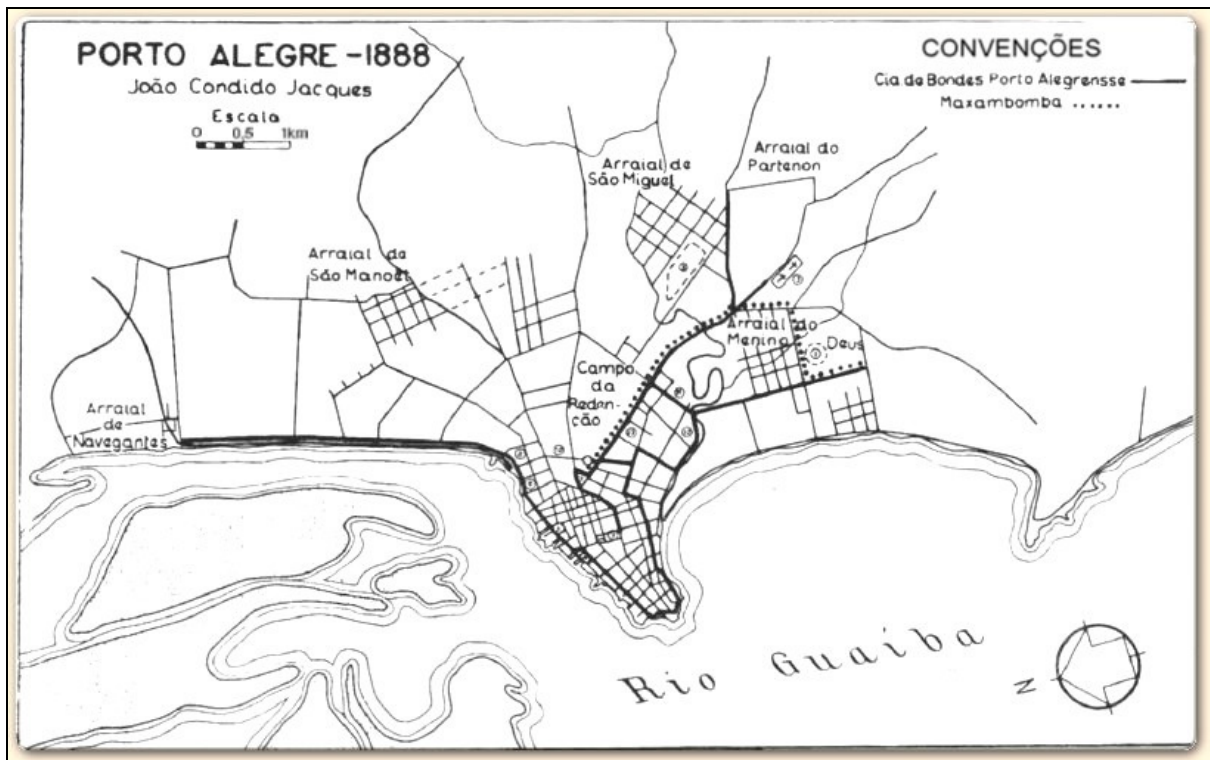


Figura 3 - Mapa de Porto Alegre em 1888

Fonte: Fotos Antigas Rio Grande do Sul (2007).

Segundo Ludke (2007), os Campos da Várzea abrigaram grandes batalhas durante a Guerra dos Farrapos<sup>3</sup>. Os muros que cercavam a cidade foram demolidos

<sup>3</sup> Vale lembrar que Porto Alegre se manteve fiel ao Império, se posicionando contra os revolucionários farroupilhas. Tal fato lhe deu o título de “Leal e Valorosa”, dado pelo Imperador D. Pedro II, em 1841, que é ostentado em sua bandeira.

e os Campos da Várzea, que se tornaram Campos da Redenção em homenagem a libertação dos escravos, foram de fato incorporados pela população da cidade. Neste momento histórico, muitas praças foram ajardinadas e arborizadas, como a da Alfândega, a XV de Novembro e a Dom Sebastião.

d) **o 4º. Período, entre 1890-1945**, tem como característica a expansão da atividade industrial, em decorrência da atividade comercial entre a cidade e a região colonial, gerado pela crescente produção agrícola. Grandes intervenções urbanas foram implementadas com destaque para o Plano Maciel de 1914 (Figura 4), durante o período de intendentes positivistas em Porto Alegre – José Montauray (1897-1924), Otávio Rocha (1924-1927) e Alberto Bins (1927-1937) (PMPA/SMC, 1999).

O movimento inaugurado por Montauray, renovador e burguês, aprofundou a distinção entre as diversas áreas da cidade. Estava posto um certo ordenamento social do espaço: o centro da cidade e as áreas de população mais abastadas concentravam os esforços do poder público, a periferia fica à margem, como que alheia à modernização. (...) A norma seria a segregação, vidas e códigos sociais estrangeiros entre si: desse lado os que detêm o capital, e por todos os outros cantos o populacho, aqueles que a cidade hospeda a contragosto, mas muito cedo revelam o seu valor como força de trabalho (PMPA/SMC, p. 21)

Segundo Nygaard (2005), o Plano Maciel, entendia que, de forma complementar, a beleza e a higiene seriam alcançados através da definição de alguns jardins e praças. Ludke (2007) aponta que grandes construções, como a Escola de Engenharia, o Colégio Militar e o Instituto de Educação General Flores da Cunha, foram autorizadas junto à área dos Campos da Redenção, que perdeu 31,5 hectares de sua área original. Grandes avenidas foram implementadas ou alargadas, antigas áreas remanescentes de desapropriações transformaram-se em praças, que tinham como função servir à contemplação e à circulação. Entretanto, poucas praças dispunham de equipamentos esportivos.

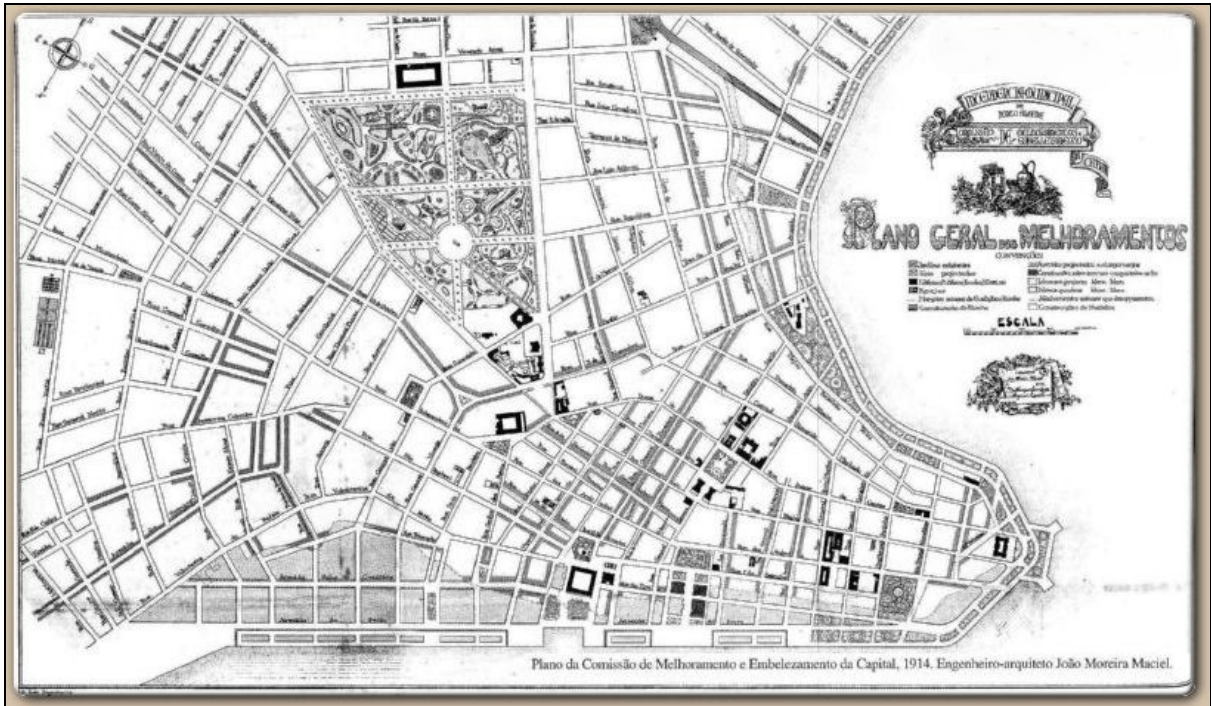


Figura 4 - Plano de Melhoramentos de 1914

Fonte: Fotos Antigas Rio Grande do Sul (2007).

e) o 5º. Período, de 1945 para os dias de hoje, coloca em evidência a emergência do processo de metropolização da região em torno de Porto Alegre. Em 1959, foi definido o primeiro ordenamento territorial, que em 1961 sofre algumas modificações, se transformando em 1979, no 1º. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Porto Alegre (HICKEL et al, 2007). Ludke (2007) afirma que o processo de desenvolvimento urbano provoca uma intensa verticalização da área central durante a década de 1960. Nesse sentido, também crescem o número de praças implementadas neste período – mais de seis dezenas foram construídas. A densificação da ocupação ampliou o uso para lazer ativo nas áreas públicas. Desse fato, algumas praças (Alfândega, Matriz, Daltro Filho e Otávio Rocha) foram adaptadas para receber equipamentos de recreação infantil e os novos projetos passaram a contemplar os equipamentos esportivos. O plano de ordenamento territorial de 1959 define que 10% da área total dos loteamentos devem ser reservadas à implementação de praças. Em 1966, a Lei 2.970 aponta que 15% da área de loteamentos devem ser de área pública, sendo de responsabilidade do loteador tais implementações.



A autora relata que na década de 1970 foram construídos viadutos e perimetrais. Antigas praças foram remodeladas, com a adoção do concreto armado, entre elas a Argentina, a XV de novembro e Guia Lopes. A adoção do concreto e a ampliação das obras viárias que redefiniam a cidade não agradaram parte dos habitantes da cidade, que começaram a protestar contra os avanços sobre os espaços verdes da capital. Nesse sentido, foi criada em 1976, a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, a primeira deste tipo no país, que se tornou a gestora dos espaços públicos de área verde da cidade.

Ludke (2007) também afirma que o 1º. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Porto Alegre passou a exigir a doação de 2% da área total de novos loteamentos para a rede municipal de parques. Em 1977, Porto Alegre contava apenas com três parques – Farroupilha, Saint-Hilaire<sup>4</sup> e Moinhos de Vento – e 151 praças.

Atualmente conta com mais seis parques – Marinha do Brasil, Mascarenhas de Moraes, Maurício Sirotsky Sobrinho, Chico Mendes, Gabriel Knijnik e Alemanha<sup>5</sup> - e mais 388 praças. No total temos 539 praças, oito parques urbanos e três unidades de conservação administradas pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM).

Entretanto cabe salientar que a distribuição dos parques de Porto Alegre é concentrada na Zona Sul e na área central – com os parques Marinha do Brasil, Farroupilha, Maurício Sirotsky Sobrinho, Gabriel Knijnik (mais as unidades de conservação do Morro do Osso, da Reserva do Lami e do Parque Saint-Hilaire). A Zona Norte e Leste da cidade contam com poucos parques – com os parques Mascarenhas de Moraes, Chico Mendes e o recém inaugurado Alemanha. Uma das razões dessa desigualdade na distribuição dos parques pode estar na maior densidade de ocupação da Zona Norte em relação à Zona Sul, o que dificulta a implantação desses equipamentos no norte, mas que facilita a implementação de novos deles no sul da cidade, pela maior oferta de vazios urbanos (SANTOS & MIOTTO, 2006).

O problema é que a compensação dessa desigualdade não pode ser feita, totalmente, a partir da implementação de praças, pois embora atendam a mesma

---

<sup>4</sup> Atualmente, a maior parte da área do parque é enquadrada como Unidade de Conservação, resguardada pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) juntamente com o Parque do Morro do Osso, mais a Reserva Biológica do Lami.

<sup>5</sup> Parque construído pela iniciativa privada – Condor Empreendimentos e Construtora Goldsztein – e inaugurado em 2006, devido à implementação do loteamento Germânia. É o primeiro parque urbano fechado da cidade de Porto Alegre.

finalidade – o encontro público –, as praças se constituem em locais onde as práticas sociais são mais restritivas, pela grande visibilidade que possuem, pela pequena dimensão apresentada, o que aumenta o controle da vizinhança sobre a área, e inibe o desconhecido, o estrangeiro, o diferente (SANTOS & MIOTTO, 2006).

Por isso, é importante explicitar um pouco do contexto sócio-espacial dos parques diante da realidade de Porto Alegre. Os dados que nos permitiram tal análise foram obtidos a partir de órgãos governamentais. Os dados não são diretamente ligados aos parques estudados. São dados que permitem a comparação entre as áreas (bairros, regiões do orçamento participativo) onde os parques estudados estão inseridos. Ao reconhecermos o entorno estaremos reconhecendo, em boa parte, os parques. Em nossa pesquisa aprofundamos o estudo em três parques urbanos da cidade. Os parques urbanos foram escolhidos a partir da realidade sócio-econômica e histórica em que estão inseridos, de modo a ressaltar as questões de segregação urbana provocada também no âmbito do espaço público. Os parques estudados são: o Farroupilha, o Moinhos de Vento e o Chico Mendes.

Na Figura 5 procuramos evidenciar os parques que estamos estudando nos seus respectivos bairros e regiões do Orçamento Participativo.

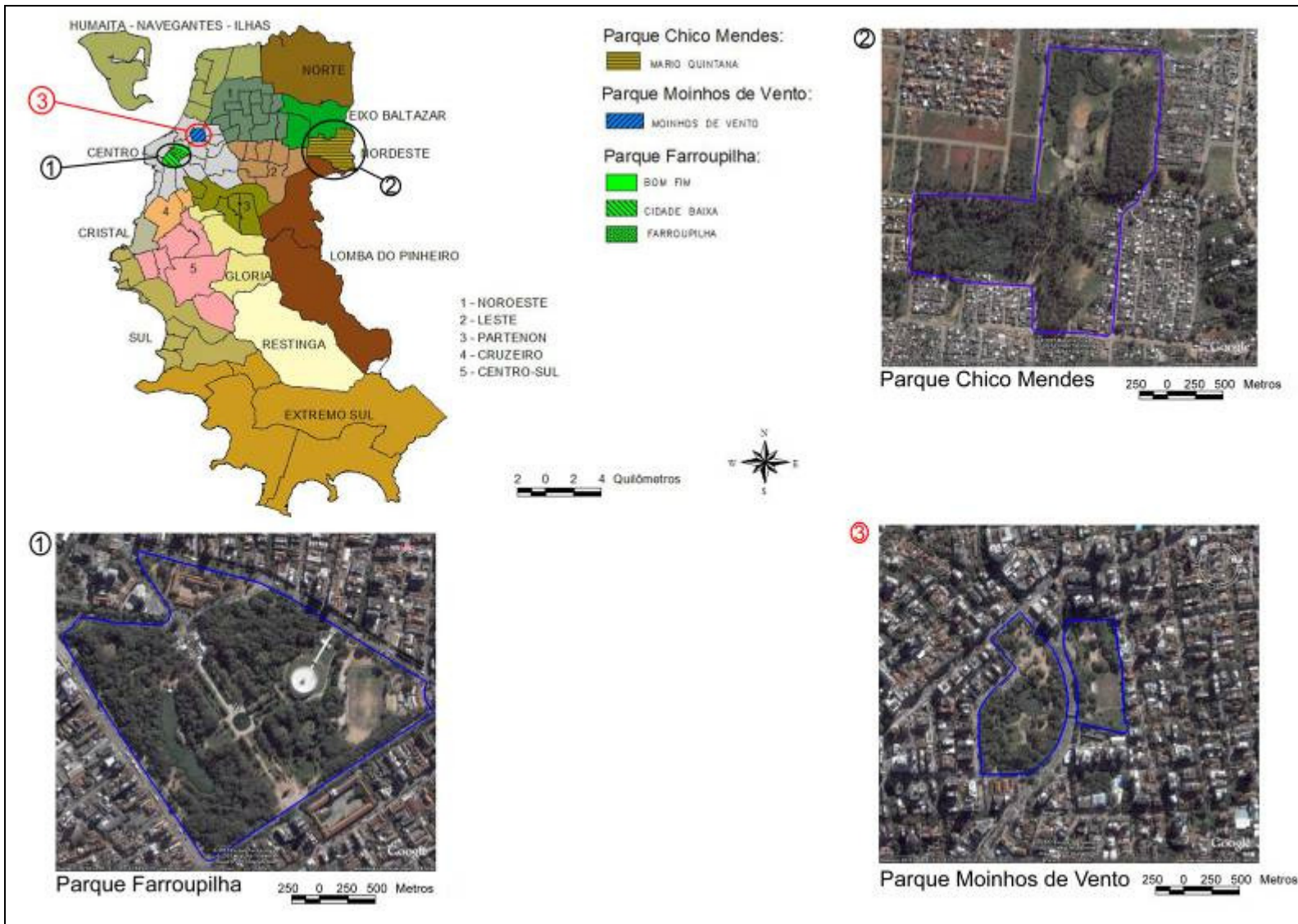


Figura 5 - Mapa de localização de todos os parques em relação à cidade, acentuando os parques que trabalharemos (Atlas)

A Figura 6 mostra o índice de vulnerabilidade social na cidade de Porto Alegre, de acordo com os bairros. Procuramos destacar os bairros que comportam os parques estudados, para demonstrar o contexto sócio-econômico no qual estão inseridos estes equipamentos. O índice de vulnerabilidade social, que varia entre 0 e 1, estabelece relações entre índices de habitação, saúde, saneamento, renda, demografia, educação. Quanto mais próximo de 1, melhor é a condição de vida.

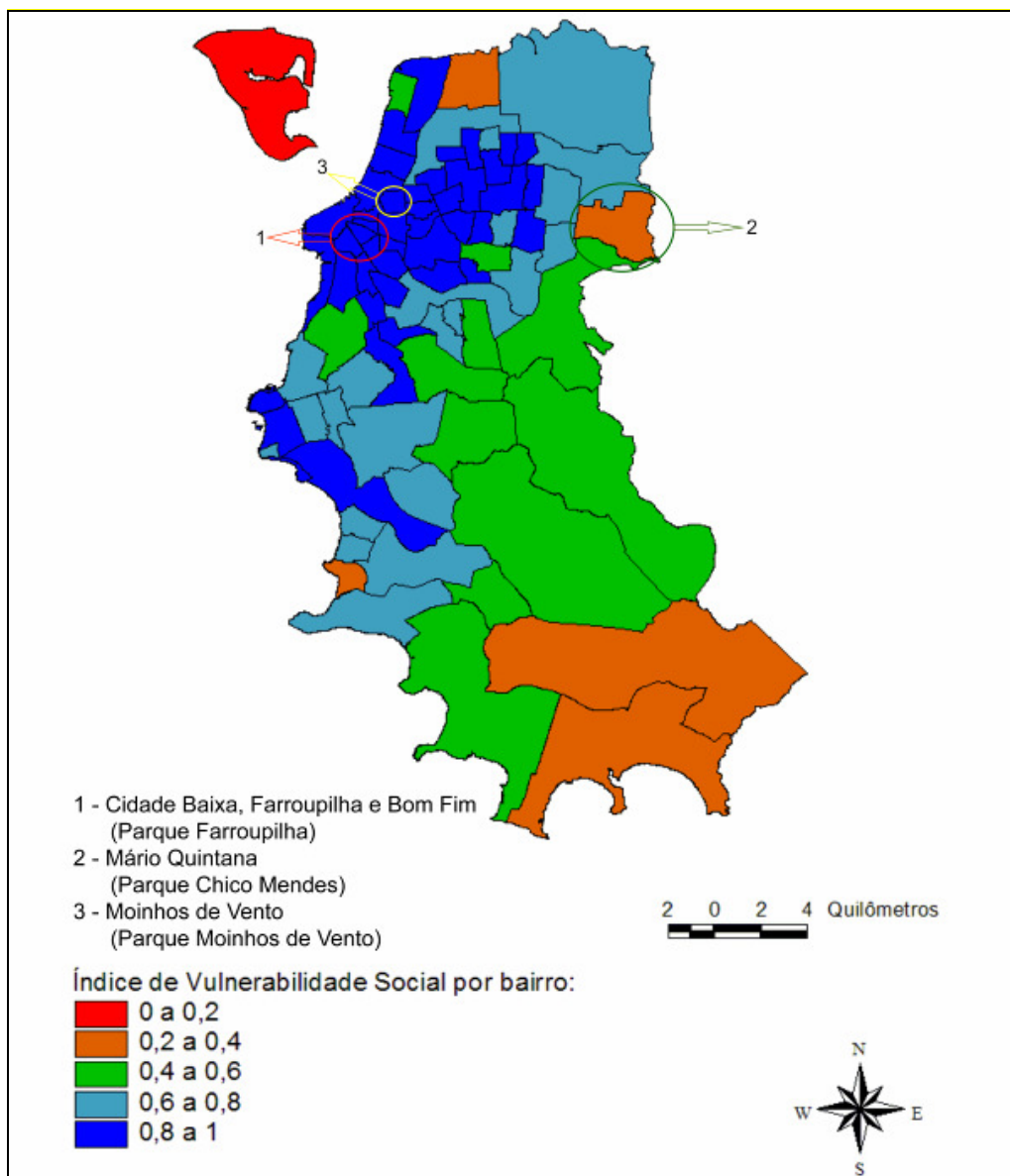


Figura 6 - Índice de vulnerabilidade social em Porto Alegre e em relação aos parques estudados

Fonte: Elaborado por Paulo Henrique Porto Amorin (2007)

Na Tabela 1, procuramos evidenciar os bairros que compõem o entorno dos parques estudados, através da análise da porcentagem de responsáveis por domicílio em relação a diferentes faixas salariais. Neste sentido fica evidente a diferença sócio-econômica entre os parques com os quais estamos trabalhando.

No bairro Moinhos de Vento que contorna o parque de mesmo nome, a maior parte dos responsáveis por domicílios recebe acima de 20 salários mínimos (50,2%).

Os bairros do entorno do Parque Farroupilha possuem maior parte dos responsáveis por domicílios com rendimentos acima de 5 salários mínimos, com leve predomínio da faixa de 5 a 10 salários (exceto no bairro Farroupilha). Contudo, cabe ressaltar que mais de 50% dos responsáveis por domicílios recebem acima de 10 salários, nos bairros Bom Fim (50,4%) e Farroupilha (54,96%).

No bairro Mário Quintana, que contorna o Parque Chico Mendes, predomina os responsáveis por domicílio com salários entre  $\frac{1}{2}$  e 3 salários mínimos (73,2%).

Tabela 1 - Valor dos rendimentos mensais (em salários mínimos - s.m.) em relação aos responsáveis por domicílios no ano de 2000 (%), nos bairros dos parques pesquisados

Parque	Bairro	Porcentagem de responsáveis por domicílio com rendimentos								
		Até $\frac{1}{2}$ s.m.	Mais de $\frac{1}{2}$ até 1 s.m.	Mais 1 e até 2 s.m.	Mais de 2 até 3 s.m.	Mais de 3 até 5 s.m.	Mais de 5 até 10 s.m.	Mais de 10 até 15 s.m.	Mais de 15 até 20 s.m.	Mais de 20 s.m.
<b>Farroupilha</b>	Farroupilha	0	0,46	3,92	2,77	12,47	25,40	12,70	15,24	27,02
	Cidade Baixa	0,05	2,62	5,30	6,23	16,14	32,89	10,79	14,17	11,81
	Bom Fim	0,02	1,44	3,36	4,70	11,05	28,94	14,36	14,21	21,90
<b>Moinhos de Vento</b>	Moinhos de Vento	0,03	0,55	1,89	2,61	6,14	13,31	14,36	10,90	50,20
<b>Chico Mendes</b>	Mário Quintana	0,77	18,91	35,71	19,33	16,09	8,08	0,26	0,71	0,14

Fonte: Censo/2000 - IBGE

Após esta primeira exposição sobre os parques escolhidos cabe apresentá-los um a um, evidenciando suas origens, suas transformações ao longo da história e suas características atuais.

## 2.2 PARQUE FARROUPILHA

É o parque urbano mais antigo da cidade. A área onde se localiza atualmente o parque foi doada à cidade em 1807, pelo governador Paulo José da Silva Gama, visando servir de ponto de descanso para tropeiros que traziam o gado bovino para ser abatido no matadouro que se localizava próximo ao que seria hoje a esquina das avenidas Venâncio Aires e Getúlio Vargas (LÜDKE, 2006). A doação da área por Sua Alteza Real, não permitia a alienação da mesma sem autorização do Império. Em 1824, a Câmara de Porto Alegre chegou a submeter à apreciação de D. Pedro I, um documento que pedia a permissão para fazer loteamentos no local. Porém em 1826, o Imperador tornou a área, local para exercícios militares, e não autorizou os pretensos negócios. Vale lembrar, que essa área à época se encontrava em uma região periférica, pois o núcleo de ocupação urbana se concentrava junto à península central<sup>6</sup> e ao espigão que nela surge, cujo cume hoje é a Rua Duque de Caxias.

Em 1833, segundo, Ludke (2007), houve mais uma tentativa da Câmara de lotear a área, o que foi impedido por um documento assinado por 20 pessoas, protestando contra tal medida. Já em 1834 e 1848 foi a própria Câmara que impediu o loteamento da área, tentado pelo presidente da província. Em 1842, a Câmara mandou destruir, inclusive, as cercas e uma casa que estava sendo construída no local de forma irregular.

Durante a Revolução Farroupilha (1835-1845) a área foi palco de muitas batalhas. Vale lembrar que a cidade de Porto Alegre, se manteve fiel ao Imperador, se consolidando como um núcleo de resistência à revolução.

Devido à presença da Igreja do Nosso Senhor do Bom Fim (1867), que nesta área realizava suas festas, foi chamado oficialmente a partir de 1870 de Campos do Bom Fim.

Em 1872, foi iniciada a construção da Escola Militar, cuja conclusão ocorreu em 1887. Junto à escola durante algum tempo foram realizadas corridas de cavalo.

Segundo Luz & Oliveira (2004), durante o século XIX, a área abrigou um velódromo e um circo de touradas, que constituíam a principal diversão da

---

<sup>6</sup> Local onde hoje se encontra a Usina do Gasômetro.

população da cidade. Além disso, relatam que a área era bastante utilizada por escravos, em festas e rituais. Devido a tal fato, em 1884, a Câmara propôs a mudança de nome do local para Campos da Redenção, em homenagem aos escravos que foram libertos no 3º distrito da capital<sup>7</sup>. A partir dessa data, segundo Lüdke (2006), o espaço deixou de ser usado como potreiro, pela extinção do matadouro que ficava nas cercanias.

Era uma área marcada pela presença de feiras. Em 1881, foi o local onde ocorreu a Exposição Brasileiro-Alemã. O primeiro ajardinamento da área ocorreu em 1901, para abrigar a 1ª Exposição Estadual. Tratava-se de uma feira em que os animais, os produtos agrícolas e industriais eram expostos. A Figura 7 nos mostra a paisagem do parque durante a 1ª. Exposição Estadual.



Figura 7 - Fotografia da vista dos Campos da Redenção durante a Exposição Estadual de 1901  
Fonte: Timótheo (2007).

A área do parque a partir do início do século XX começa a sofrer uma redução. Isso porque houve a autorização para a construção da Escola de Engenharia em 1900. Até 1913, também foi dada autorização para a construção dos prédios da Faculdade de Medicina e da Faculdade de Direito, assim como do Colégio Júlio de Castilhos e do Instituto Eletrotécnico. Em 1911, foi autorizado o loteamento da área compreendida entre a Rua José Bonifácio e a Avenida Venâncio Aires.

---

<sup>7</sup> Porto Alegre foi a primeira cidade do Brasil a abolir a escravidão.



Em 1914, o Plano de Melhoramentos elaborado por João Moreira Maciel, previa uma série de ruas cortando a área dos Campos da Redenção, entretanto, apenas uma das ruas se concretiza, a Engenheiro Luiz Englert e o prolongamento da Rua da República.

Porém a incorporação efetiva desta área à malha urbana da capital só foi ocorrer de fato, segundo Monteiro (1995), a partir da “modernização da cidade”<sup>8</sup> encaminhada pelo intendente Otávio Rocha, na gestão de 1924-1928, e pelo seu sucessor Alberto Bins que governou de 1928 a 1937.

A dita modernização da cidade previa uma série de mudanças no traçado urbano da capital, com a construção de grandes avenidas e com a urbanização dos Campos da Redenção. Segundo Monteiro (1995), este projeto modernizador foi implementado a partir de pesados impostos que tiveram como principal público alvo a população carente que vivia na área central da cidade, pois os cortiços foram sobretaxados. Essa iniciativa apontava para dois caminhos, o aumento das finanças do município e a saída da população pobre do centro em direção as áreas mais periféricas da cidade.

A urbanização dos Campos da Redenção, portanto, surge de um ideário da vida burguesa que buscava na vida moderna de outras grandes cidades do mundo sua referência. Desse fato à vida urbana estava vinculada a uma série de regras de condutas que estavam de acordo com as novas formas de sociabilidade pública (MONTEIRO, 1995).

É importante notar como a presença nesse espaço, estava vinculada ao cumprimento de uma série de regras de conduta, de acordo com os novos padrões de sociabilidade pública. O Parque da Redenção destinava-se, também ao desfrute da burguesia e suas formas de sociabilidades modernas, como o curso de automóveis que percorria a Avenida Redenção, Bom Fim e Venâncio Aires, recalçadas com concreto, iluminadas e arborizadas pela administração de Rocha. (MONTEIRO, 1995, p. 131)

No início da década de 1930, o arquiteto Alfred Agache foi contratado para fazer um anteprojeto visando a remodelação da área da Redenção. No projeto de Agache, as ruas já construídas que cortavam o parque, cuja origem foi o Plano de Melhoramentos de 1914, foram mantidas, mas as demais ruas projetadas por este

---

<sup>8</sup> Esta modernização da cidade foi feita a partir de uma releitura do Plano de Melhoramentos de João Moreira Maciel que data de 1914, e que não foi posto em prática pelo intendente da época, José Montaury, pelos altos custos que demandaria o projeto.



mesmo plano foram deixadas de lado. Com o uso da área para a Exposição Comemorativa do Centenário da Revolução Farroupilha, em 1935 (Figura 8), a efetiva urbanização do parque acontece, com a aplicação de parte do projeto de Agache. É a partir de então, que o parque passa a ser chamado de Farroupilha.



Figura 8 - Fotografia da vista aérea do Parque Farroupilha durante a Exposição de 1935

Fonte: Timótheo (2007)

Em 1939 é construída a parte esportiva chamada de Parque Ramiro Souto. Na década de 1940 o Departamento de Parques e Jardins, constrói novos recantos, não previstos no projeto original: o Alpino, o Oriental e o Europeu (em ordem cronológica). Esteticamente por se tratar de uma área que sofreu diferentes intervenções ao longo da história, o parque acaba refletindo diferentes tendências arquitetônicas, sendo enquadrado como eclético.

Após a II Guerra Mundial, foi construído o Monumento ao Expedicionário, realizado por Antônio Caringi, após concurso público. Em 1960, foi construído o Auditório Araújo Viana, que veio a substituir o antigo anfiteatro existente junto a Praça Deodoro da Fonseca (Praça da Matriz)<sup>9</sup>.

Existem relatos de certo abandono da área nas décadas de 1970 e início da década de 1980. Porém, a implementação do Brique da Redenção, em 1978, reativou a área que hoje é freqüentada, por 400 mil pessoas por mês, segundo estimativas da SMAM. O Brique da Redenção (Figura 9) é uma feira de artesanato, que ocorre aos domingos pela manhã e pela tarde, ocupando o canteiro central da Rua José Bonifácio (limítrofe ao parque). Tornou-se um evento turístico da cidade, e dele se derivou o Brique de Sábado, que como o próprio nome sugere, ocorre neste outro dia da semana, à tarde.



Figura 9 - Fotografia do Brique da Redenção em 2005

Fonte: Timótheo (2007)

---

<sup>9</sup> Onde hoje é atualmente a Assembléia Legislativa do Estado.

Portanto, o parque (Figura 10) vem se transformando na forma como existe perante a cidade. Se antes era um objeto da burguesia, hoje é um objeto da cidade, onde a amplitude de usos mostra a diversidade existente no parque. Essa diversidade é possível de ser notada a partir dos diferentes grupos sociais que marcam a vida pública deste espaço, que inclui moradores de rua, *punks*, homossexuais, michês, usuários de drogas (e traficantes), artistas de rua, atletas e demais usuários.

Essa diversidade talvez se explique pela condição histórica do parque<sup>10</sup> e/ou pela posição de centralidade do mesmo em relação à cidade.



Figura 10 - Imagem do Parque Farroupilha

Fonte: Google Earth

<sup>10</sup> Vale dizer que o Parque Farroupilha é Patrimônio Histórico e Cultural de Porto Alegre, desde 1997.



Um exemplo interessante com relação ao uso do Parque Farroupilha se dá em dias de passe-livre<sup>11</sup> na capital, quando em dias de calor, crianças de comunidades carentes usam o espelho da água e os chafarizes como grandes piscinas, como demonstrado na Figura 11. É o espaço público de maior referência na cidade.



Figura 11 - Fotografia de meninos tomando banho no chafariz

Fonte: Timótheo (2007)

### 2.3 PARQUE MOINHOS DE VENTO

O parque Moinhos de Vento está localizado na área nobre da cidade. O bairro que dá nome ao parque é fruto da expansão da capital no final do século XIX e início do século XX, sendo a continuação da Rua Duque de Caxias no centro da cidade, localizada no alto do espigão central (VILLAÇA, 2001). Na Rua Duque de

---

<sup>11</sup> Dia em que não se paga passagem de ônibus. Ocorre aos domingos, aproximadamente, uma vez por mês.

Caxias se localizavam as famílias mais ricas da cidade nos séculos XVIII e XIX. Com o crescimento urbano de Porto Alegre, a expansão em direção a leste da Rua Duque de Caxias rumo às avenidas Independência e Mostardeiro foi o vetor das moradias das famílias mais ricas da cidade (Figura 12). Contribuiu com este fato a implantação da linha de bonde Independência que servia a área. Também atua como fator de atração populacional, a construção da Hidráulica Moinhos de Vento – que gerou uma grande abertura de ruas – a presença do Hipódromo Moinhos de Vento, além do Estádio da Baixada do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense que jogou ali até 1954<sup>12</sup>.

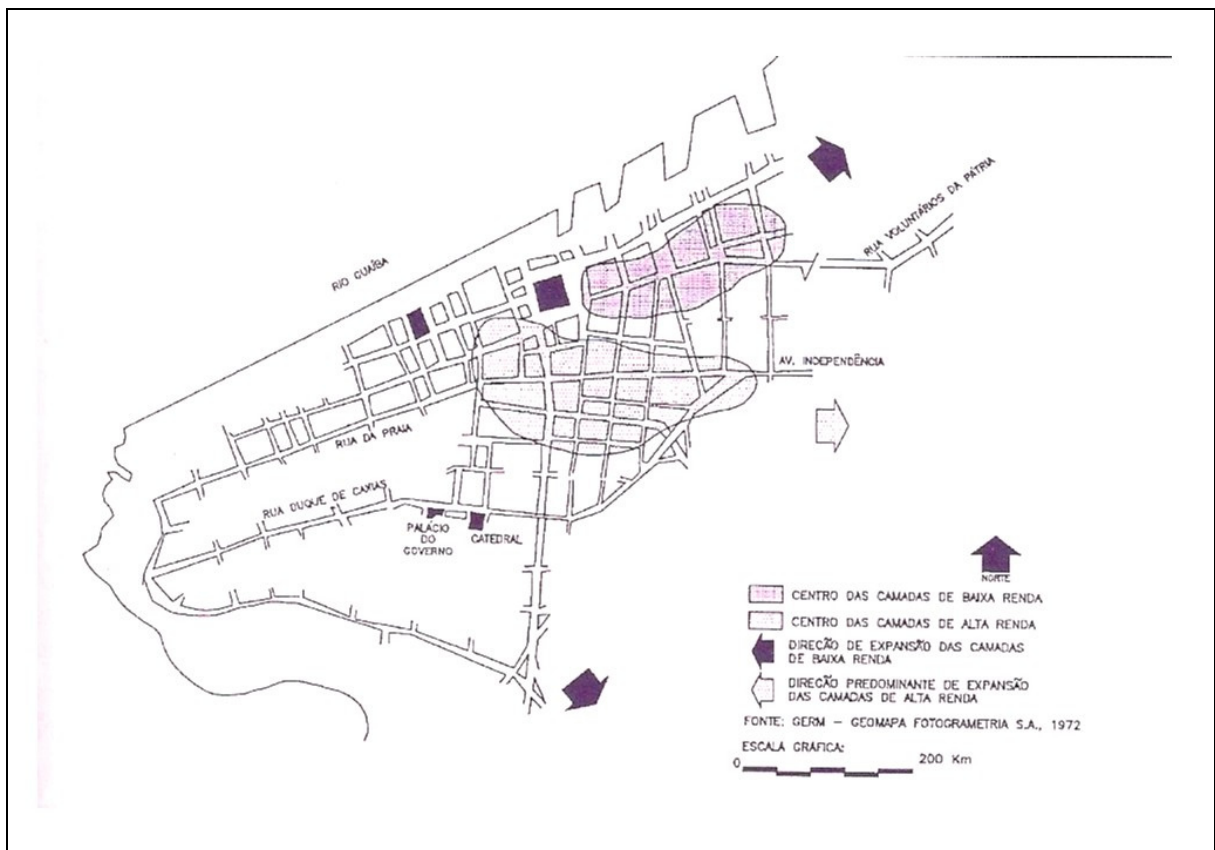


Figura 12 - Formação do Centro de Porto Alegre e área de expansão das famílias ricas.

Fonte: Villaça (2001, p. 205)

<sup>12</sup> Informações sobre a história dos bairros de Porto Alegre disponíveis no site: <[www.lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu\\_doc/historia\\_dos\\_bairros\\_de\\_porto\\_alegre.pdf](http://www.lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/historia_dos_bairros_de_porto_alegre.pdf)>, acesso em 07/01/2007.

Na área onde hoje se localiza o parque Moinhos de Vento, se encontrava o hipódromo do mesmo nome (que também se chamou Independência). Este jóquei, segundo Tellini (1982), foi o único que sobreviveu ao advento do futebol, em 1904.

Segundo Lüdke (2007), no século XIX existiam quatro centros turfísticos em Porto Alegre. No início do século XX só restou o Hipódromo Independência, que se tornou pequeno para a demanda que aumentou com o fim dos demais hipódromos. O Jockey Club do Rio Grande do Sul em 1959 encerrou suas atividades no Hipódromo Independência, se instalando no recém construído Hipódromo do Cristal. Com isso, imprensa, com destaque para o jornalista Alberto André, vereadores, como Germano Petersen Filho e Marino dos Santos, além de associações como o Rotary Club, avançaram no sentido de construir um Jardim Público junto ao antigo hipódromo, evitando um possível loteamento da área. Nessa época Porto Alegre possuía apenas dois parques: o Parque Farroupilha e o Parque Saint Hilaire. Em 1962, o decreto nº 2419, foi assinado pelo prefeito José Loureiro da Silva, que desapropriou a área onde hoje se localiza o parque<sup>13</sup>. Nesse mesmo dia houve a inauguração da segunda perimetral, que divide o parque ao meio, em duas áreas distintas, uma para lazer contemplativo e outra para lazer ativo (esportes em geral).

A denominação da área como Parque Moinhos de Vento só veio em 1972, no governo municipal de Telmo Thompson Flores, quando houve a inauguração do mesmo.

Segundo constantes relatos em jornais da cidade, o parque durante a década de 1970 estava numa situação de “abandono”. Segundo reportagem da Folha da Tarde de 09/06/1976, intitulada “Uma área preciosa demais para ser perdida ou usada pela metade” relata que a proliferação de trailers determinou “reuniões de gente pouco ocupada”. O espaço servia para encontro de jovens usuários de drogas e de pista para corridas de automóveis. Os detritos acumulavam-se no parque, servindo apenas aos interesses dos papeleiros. Os moradores viam o parque como uma fonte de perigo, de ameaça, de poluição sonora.

Entretanto, a mobilização da população local, através de suas associações, e a pressão da imprensa sobre o poder público fez com que o parque se remodelasse e mudasse o perfil dos seus usuários. Na reportagem intitulada “O Parcão: sua vida

---

<sup>13</sup> Neste decreto ficou definido que a Prefeitura pagaria a compra com uma parte em dinheiro, e outra parte com o resgate de taxas de assistência em nome do Jockey Club. Além disso, haveria uma terceira parte a ser paga com a quitação de taxas e impostos futuros em nome dos proprietários da gleba (TELLINI, 1982).



e sua comunidade” publicada no Jornal Correio do Povo de 13/07/1980, a administradora do parque fala que a comunidade venceu o vandalismo, dizendo que foi necessário um “saneamento moral” da área devido à presença de viciados, traficantes e arruaceiros.

Atualmente, o parque (Figura 13) possui pequena diversidade com relação a classes e grupos sociais. Predomina o uso por pessoas de classe média alta. O parque é usado pela população como área de prática esportiva, com destaque para o cooper. Além deste uso, existe o lazer contemplativo, comum a todos os parques, ou seja, daqueles vão descansar no parque aproveitando sua paisagem.



Figura 13 - Imagem do Parque Moinhos de Vento

Fonte: Google Earth.

Na Figura 14, vemos a grande circulação de pessoas no parque aos fins de semana, quando predomina o lazer contemplativo (embora haja lazer ativo, como é notável na foto, com pessoas correndo).



Figura 14 - Fotografia de um domingo de sol no Parque Moinhos de Vento

Fonte: KLERING (2007)

## 2.4 PARQUE CHICO MENDES

O Parque Chico Mendes se localiza entre a Chácara da Fumaça (hoje chamada de bairro Mário Quintana) e o bairro Rubem Berta. É o segundo parque construído na área da periferia da capital<sup>14</sup>. O parque surgiu de dois loteamentos: o Jardim Dona Leopoldina e a Chácara da Fumaça, principalmente.

O bairro Mário Quintana, antiga Chácara da Fumaça, surge de um processo de especulação imobiliária, quando a Cia. Territorial Porto-Alegrense (atual Cia.

---

<sup>14</sup> O primeiro foi o Parque Mascarenhas de Moraes, no bairro Humaitá. Dos oito parques que a cidade de Porto Alegre disponibiliza a sua população, somente três se localizam na periferia (além dos dois citados, temos o Parque Gabriel Knijinik).



Predial Agrícola) adquire de Franklin Gonçalves Lopes Ferrugem, uma área de 144 hectares, chamada Capão da Fumaça. Essa empresa imobiliária contava com a expansão da cidade de Porto Alegre, para que a demanda sobre aquelas terras antes distantes se tornasse efetiva. Dentro desse contexto, a Cia. Predial inicia um processo de loteamento na área adquirida junto ao nordeste da cidade (PMPA/SMC, 1999).

Durante muito tempo, a Chácara da Fumaça foi ocupada por sítios de lazer de segmentos mais abastados da cidade de Porto Alegre. Entretanto, com o processo de “modernização” da cidade acentuado durante as administrações de Otávio Rocha (1924-1927) e Alberto Bins (1927-1937), emerge a contradição entre a verticalização das áreas centrais e a favelização das áreas periféricas.

Aos poucos uma população mais carente começa a ocupar a área da Chácara da Fumaça. Na década de 1960, a Chácara da Fumaça se consolida como uma área de lazer de poucos ricos e de moradia para muitos pobres em situação precária (PMPA/SMC, 1999).

Projetos do Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB), na década de 1980, aceleraram a ocupação da região. A administração João Dib (1983-1986) comprou parte das terras da Cia. Predial Agrícola – uma área em torno de 52 hectares para o assentamento de famílias carentes. O assentamento de famílias na Chácara da Fumaça visava escoar a população e sub-habitações da área central para áreas periféricas (PMPA/SMC, 1999).

Entretanto, a efetivação de tais projetos de habitação popular na Chácara da Fumaça, só ocorreu no governo Alceu Collares (1985-1988). O bairro recebeu moradores que foram removidos de vilas próximas ao centro de Porto Alegre: a Vila Borges<sup>15</sup>, a Vila Ipiranga e a Vila Harmonia. Desse processo, ocorre o crescimento vertiginoso do bairro, e a infra-estrutura que já era precária agrava-se. Ao mesmo tempo em que mutirões são promovidos para a construção de novas casas para as pessoas já cadastradas nos programas de habitação do governo municipal, existe a ocupação destes imóveis por famílias não cadastradas vindas de outras áreas da cidade. Daí advém o problema da moradia no bairro, pois boa parte das ocupações ocorre de forma irregular. Em alguns casos, houve reintegração de posse nos

---

<sup>15</sup> Segundo PMPA/SMC (1999), a pressão de Associações de Moradores da Praia de Belas foi tão grande que essas vilas são deslocadas para a Chácara da Fumaça. O problema é que a população da Vila Borges era na maioria de papeleiros, ou seja, ficar próximo ao Centro era fundamental para as suas atividades.

terrenos que ainda pertenciam a Cia. Predial, o que ampliou o número de sem-tetos no bairro (PMPA/SMC, 1999).

Portanto, podemos dizer que o Bairro Mário Quintana surge da especulação imobiliária das áreas centrais que diminuiu a possibilidade de ocupação desta região de Porto Alegre por segmentos mais pobres da sociedade, o que resultou no processo de migração que levou a população carente a ocupar a Chácara da Fumaça<sup>16</sup>.

O Parque Chico Mendes foi inaugurado no dia 21 de dezembro de 1991, visando controlar o aumento das ocupações na Chácara da Fumaça.

Vale dizer, que na área onde é hoje o Parque Chico Mendes existe uma ocupação irregular que segundo os relatos é anterior a inauguração da área em 1991. Segundo a reportagem intitulada “Sem teto invadem parque ecológico”, publicada na Zero Hora Norte, no dia 29/09/1991 (provavelmente)<sup>17</sup>, mais de 25 barracos ilegais estavam dentro dos limites do parque, segundo Ivano Castro, presidente da Associação de Moradores do Jardim Leopoldina. A “invasão” teria sido incentivada por líderes comunitários, com relação a famílias que não foram atendidas em programas de moradia.

Nesta mesma reportagem, é relatada a existência de duas criações de porcos a céu aberto antes da efetivação do parque, totalizando mais de 100 animais na área. Também existia um cultivo de agrião que era alimentado pelas águas de um esgoto.

Antes da efetivação do parque havia um Centro de Tradições Gaúchas, que foi demolido segundo reportagem intitulada, “Prefeitura derruba barracão de CTG, Por Ordem da Justiça” (Zero Hora, 12/11/1991, p. 38), devido a uma ação do Ministério Público, “pelo fato da área estar sendo usada para fins particulares”<sup>18</sup>.

A matéria intitulada “Reserva natural é intocável” (Zero Hora Norte, 11/07, sem dados relativos ao ano), fala sobre o corte de madeira existente na área, pois o local não se encontrava fechado (cercado). Além disso, segundo Augusto Gonçalves, criador da Patrulha Verde que se tornou Grupo Ecológico Chico Mendes,

---

<sup>16</sup> Informações sobre a história dos bairros de Porto Alegre disponíveis no site: <[www.lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu\\_doc/historia\\_dos\\_bairros\\_de\\_porto\\_alegre.pdf](http://www.lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/historia_dos_bairros_de_porto_alegre.pdf)>, acesso em 07/01/2007.

<sup>17</sup> Provavelmente 1991, pois se trata de um fato anterior a efetivação do Parque Chico Mendes, entretanto não podemos dar precisão porque os registros no Arquivo Público Municipal possuem esta lacuna no ano.

<sup>18</sup> Segundo o presidente do CTG à época, a instalação deste equipamento impediu que “invasores” fizessem moradias na área.

o local virou depósito de lixo das imediações: as sacolas eram trazidas até do centro. Do lixo os moradores retiravam alimento para porcos e galinhas.



Figura 15 - Imagem do Parque Chico Mendes e a área ocupada

Fonte: Google Earth

Com relação à ocupação do parque (Figuras 15 e 16) com moradias irregulares, podemos dizer que ela só aumentou desde então, embora segundo Santos & Miotto (2006), o parque tenha sido construído para conter estas ocupações, além de tentar evitar a derrubada de árvores e a deposição de lixo. Segundo dados do Mapa da Irregularidade Fundiária de Porto Alegre (MORAES,

2000), o número de moradias, nos núcleos irregulares denominados Parque Chico Mendes I e II era de 54 no final da década de 1990<sup>19</sup>.



Figura 16 - Foto da ocupação no Parque Chico Mendes

Fonte: Felipe Silveira de Souza (jun. 2006)

Apesar de ser uma das poucas áreas periféricas que contam com um parque, a população do entorno não se movimenta muito em relação a efetiva implementação desta área como um parque. Isso porque os problemas são muito grandes, fazendo com que a população carente do entorno esteja mais preocupada com questões como o problema da moradia, do abastecimento de água, do fornecimento de luz, da pavimentação das ruas, dos serviços de educação e saúde, da geração de emprego e renda. Assim, a população local deixa de priorizar junto às rodadas do Orçamento Participativo, questões como lazer e meio-ambiente, cuja rubrica poderia trazer investimentos para o parque.

---

<sup>19</sup> Existe outra ocupação irregular no parque que é a Vila Tarso Dutra, porém os dados desta ocupação, no Mapa da Irregularidade Fundiária (MORAES, 2000), se encontram somados com a Vila Valneri Antunes, que possuía 286 moradias.



Desse fato emergem vários problemas, pois o parque conta com poucos recursos para sua manutenção, na medida em que os repasses do Estado só garantem o pagamento da mão-de-obra existente.

Além disso, o parque sofre forte concorrência com a Praça México, espaço público mais centralizado na comunidade.

Na Figura 17, mostramos a área central do parque, que é a parte mais freqüentada.



Figura 17 - Foto da área central do Parque Chico Mendes

Fonte: Felipe Silveira de Souza (jul. 2006)

Portanto, os três parques estudados em nossa pesquisa possuem realidades bastante distintas. Essa distinção ocorre por múltiplos fatores, tais como origem, localização no conjunto da cidade, tipo de usuário, características arquitetônicas, etc. Podemos dizer, resumidamente, que o Parque Farroupilha é um parque de relações metropolitanas, pela centralidade que possui em relação ao conjunto da cidade, e desse fato surge uma grande diversidade de usos. Além disso, trata-se de um parque muito antigo, que habita o imaginário da população porto-alegrense. Já o Parque Moinhos de Vento se localiza em uma das áreas mais nobres da cidade,

possuindo como público usuário predominante uma classe média-alta. Trata-se de um parque bem conservado que possui uma baixa diversidade. Por fim, o Parque Chico Mendes se localiza na periferia de Porto Alegre e atende uma população de baixa renda. Neste sentido, a diversidade também é baixa, pois é um parque que está inserido em um bairro que foi fruto de um processo de expansão urbana que produziu uma grande segregação sócio-espacial na cidade de Porto Alegre.

Mas como estes espaços públicos tão distintos são geridos? Será que a gestão gera interferências na produção destes espaços públicos? É o que pretendemos discutir ao longo do capítulo 3.

### 3 A GESTÃO DO ESPAÇO PÚBLICO: A RELAÇÃO ENTRE ESTADO E SOCIEDADE CIVIL

O espaço público como já dissemos, é o local da convivência entre os diferentes, e cuja perspectiva ideal, está na relação de igualdade estabelecida por um estatuto público. O Estado é o guardião desse estatuto (HABERMAS, 1984).

No caso dos espaços públicos, o Estado de certa forma se mantém numa posição importante, pois ele ainda é o responsável pela gestão desses espaços que compõem a esfera pública, o que se manifesta em termos legais no “domínio” dos mesmos. Entretanto, se por um lado ele pode resguardar o interesse dos diferentes grupos sociais, a partir da mediação entre os mesmos, por outro lado o Estado pode reforçar os interesses de um determinado grupo frente ao outro, pelo próprio refazer das leis. Talvez esse seja um dos grandes problemas, pois como afirma Souza (2000b):

[...] os direitos de usufruto, alienação e modificação deste espaço são limitados por normas legais e pelo fato de que o agente gestor deste espaço é o Estado, pretendo juiz neutro pairando acima das classes, e não os indivíduos *per se*. Trata-se de um espaço onde tentativas de apropriação privada, além de ilegais, tendem a ser vistas como ilegítimas. (SOUZA, 2000b, p. 203)

O Estado mesmo sendo, teoricamente, o defensor do bem comum, atua sobre a lógica dos interesses privados de determinados grupos, afinal vivemos sob uma democracia representativa, na qual os grupos mais poderosos (e persuasivos) ganham o direito de legislar. Ou seja, a própria idéia de Estado como um juiz neutro é um tanto quanto idealizada.

Aliás, se nos reportarmos às idéias debatidas sobre o recuo da cidadania apresentadas no início do debate, podemos trazer as afirmações de Gomes (2005), com relação a responsabilidade do Estado em relação ao emudecimento dos espaços públicos, na medida em que ele é o gestor. A ineficiência do Estado, para o autor, se dá de duas formas: pela corrupção ou pela incompetência.

Na primeira movida pela corrupção os próprios agentes do Estado, colocam-se como usurpadores dos direitos públicos e negociam favores e cedem áreas e domínios ao controle de outros agentes. Quando esta ineficiência é

movida pela incompetência, ela colabora diretamente para reforçar a imagem negativa da cidade e dos bens públicos ao evitar reprimir ou regular usos e atividades ou responder pela manutenção dos serviços básicos. (GOMES, 2005, p. 262)

A afirmação de Gomes (2005) traz um risco, pois ao falar da ineficiência do Estado, pode-se afirmar que a solução seria a privatização de seus bens e serviços. Não acreditamos que essa seja o objetivo do autor, até porque a Reforma do Estado e a produção de uma estrutura neoliberal, ampliou a ineficiência do Estado como mediador das forças da sociedade, na medida em que ele sofre um processo de apropriação privada. Porém, cabe salientar, que tampouco significa compreender o processo de privatização como algo do “mal”, pois nem todo processo de privatização ocorre no bojo da Reforma do Estado.

Em relação a esse debate, segundo Canclini (1997) se entendermos como privatização do espaço público algo que pode corromper com a ineficiência do poder estatal sobre esta forma de espacialidade, podemos de antemão dizer que isso pode ser positivo, desde que não agrida a democracia e a integração.

*Ni todas las formas de privatización llevan a la desintegración. Pueden hacerlo en el sentido que a veces separan, cuando llevan que cada uno diga “éste es mi lugar, aquí nadie se mete y yo tampoco me voy a meter ni voy a exponer en los lugares de riesgo”. [...] Pero también hay experiencias de privatización, o sea de limitación de espacios y de apropiación privada que, en medio del abandono de los Estados respecto de las ciudades, de las negligencias, pueden funcionar como reactivadoras o preservadoras de patrimonios, de espacios vivibles dentro da ciudad. (CANCLINI, 1997, p. 99)*

É importante ressaltar que o espaço público da modernidade é uma dimensão, um produto do Estado liberal.

Se por um lado a privatização do público pode ser uma alternativa frente à carência do Estado, essa mesma insuficiência pode trazer um novo modelo, que também não atende as demandas da sociedade de forma plena.

Nos Estados neoliberais, que surgem pós-Consenso de Washington, temos uma privatização do público, que mesmo ao alavancar a sociedade civil perante um Estado enfraquecido, não significa, na maioria das situações uma maior participação política dos cidadãos comuns. Quer dizer, a ascensão da sociedade civil diante da gestão do Estado, assim como sempre foi ao longo da modernidade, não aumentou



efetivamente a participação política dos cidadãos. Afinal que setores da sociedade civil assumem aquilo que deveria ser feito pelo Estado?

Em muitos casos são as corporações, que através do poder econômico, controlam o poder público.

Dentro desse contexto podemos dizer que nos Estados neoliberais em que ocorreu a privatização do público, houve a preponderância da esfera econômica diante da esfera política. Bobbio (1986) afirma que a privatização do público: “[...] representa a revanche dos interesses privados através da formação dos grandes grupos que se servem dos aparatos públicos para o alcance dos próprios objetivos”. (BOBBIO, 1986, p. 27)

A privatização do público, segundo o próprio Bobbio (1986), traz consigo uma outra questão, a mudança de uma *justiça distributiva* para uma *justiça comutativa*. A justiça distributiva é aquela na qual o Estado faz o papel de redistribuir (renda, por exemplo), de acordo com as necessidades de cada parte do todo. A justiça comutativa é a que preside as trocas e, portanto, opera a partir do princípio no qual a troca para ser justa deve ser feita por coisas de igual valor. Nas palavras do autor, “a justiça comutativa foi definida como a que tem lugar entre as partes, a distributiva como a que tem lugar entre o todo e as partes” (BOBBIO, 1986, p. 20).

A mudança na forma de justiça que opera sobre a sociedade, a partir do enfraquecimento do Estado, torna os espaços competitivos entre si, e não será diferente com relação aos espaços públicos. No que tange a este debate, Carlos (2001b) analisa:

A ação do Estado – por intermédio do poder local – ao intervir no processo de produção da cidade reforça a hierarquia de lugares, criando novas centralidades e expulsando para a periferia os antigos habitantes, criando um espaço de dominação. Com isso impõe sua presença em todos os lugares, agora sob controle e vigilância (seja direta ou indireta). Nesse nível de realidade o espaço produzido assume a característica de fragmentado (em decorrência da ação dos empreendedores imobiliários e da generalização do processo de mercantilização do espaço), homogêneo (pela dominação imposta pelo Estado ao espaço) e hierarquizado (pela divisão espacial do trabalho) (CARLOS, 2001b, p. 15).

A mudança do Estado em sua gestão corrompe a idéia de distribuição (o Brasil nem se quer atingiu o nível de Estado de Bem Estar social) em detrimento de objetivos que estão no seio das grandes corporações que agora se aliam de forma mais plena ao poder estatal, e no caso, projetam a reprodução do capital.

### 3.1 O ESTADO E A GESTÃO DOS PARQUES URBANOS DE PORTO ALEGRE

A gestão dos espaços públicos que estudamos é do Estado, mais precisamente da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMAM). A SMAM foi criada em 1976, tendo como objetivo a ampliação e os cuidados com as áreas verdes da cidade.

Os parques urbanos possuem administradores que coordenam o trabalho de zeladoria (jardinagem e manutenção), além de serem os gestores diretamente responsáveis pela área.

Em alguns parques, a parte esportiva fica sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SME). Dos parques que estudamos somente o parque Chico Mendes, não possuía uma sede da SME dentro de sua área. Aliás, os funcionários do Parque Chico Mendes tinham de se dividir entre a manutenção deste equipamento e a conservação da Praça México (espaço público próximo ao parque).

#### 3.1.1 As parcerias entre Estado e iniciativa privada

Em todos os parques, percebe-se um enxugamento da máquina administrativa do Estado, pelo número cada vez menor de funcionários que estão locados nos parques. Segundo entrevista concedida pelo administrador do Parque Chico Mendes, Cleusi Coelho da Rosa, haviam doze funcionários trabalhando no parque em 2006, nos 24 hectares do Parque Chico Mendes, e em mais quatro hectares da Praça México (área próxima ao parque)<sup>20</sup>. Esse número de funcionários é quase o mesmo do Pq. Moinhos de Vento (treze no total, mas cinco com redução de tarefa), conforme entrevista concedida por Gisalma Puggina, administradora do parque. Cabe ressaltar, porém, que o Parque Moinhos de Vento, possui menos da metade da área do Parque Chico Mendes – além de possuir três funcionários terceirizados que são pagos pelos adotantes desse parque. O Parque Chico Mendes não possuía, em 2005, um guarda-parque sequer. A falta de

---

<sup>20</sup> Dado obtido a partir de um estágio curricular realizado junto aos parques pesquisados, entre setembro de 2005 e janeiro de 2006.

recursos para investimentos é notória, nos dois parques, pois a mão-de-obra é insuficiente segundo seus administradores, mas ela é mais sentida no Parque Chico Mendes.

Tal fato demonstra o enfraquecimento da máquina pública, que mostra a lógica da Reforma do Estado. Segundo as entrevistas concedidas pelos administradores dos parques estudados, não existe (nem nunca existiu que se saiba) uma verba fixa para investimentos nos parques. O que existe apenas é o pagamento da folha de funcionários e compra de materiais de consumo. Entretanto o número de funcionários lotados nos parques caiu nos últimos anos. Para compensar a falta de funcionários, segundo o ex-administrador do Parque Farroupilha, Clóvis Breda, houve a adoção de mão-de-obra prisional nesse espaço público. O Estado, supostamente falido, busca parcerias na iniciativa privada para compensar a falta de recursos. Deste fato surge o “Programa de Adoção de Parques e Praças de Porto Alegre”.

Este programa surgiu em Porto Alegre durante o governo de Alceu Colares (1985-1988), sendo posteriormente adotado pelos governos da Frente Popular (1988-2004), e pelo atual governo, cujo prefeito é José Fogaça, eleito pelo PPS, e atualmente no PMDB.

Os projetos de adoção de praças e parques, que são aplicados em todo mundo, concentram investimentos nas áreas centrais, pois em busca da visibilidade de suas marcas, as empresas, financiam locais, cujos usuários têm grande poder de consumo. Ou seja, aos parques de periferia resta apenas o abandono.

Em reportagem intitulada “Plebiscito pode definir cercamento de parques”, publicada no Jornal Zero Hora (20/06/2005, p. 28), o secretário municipal do Meio Ambiente, Beto Moesch, ao falar sobre o polêmico projeto de cercamento dos parques<sup>21</sup> – proposto pelo vereador Ibsen Pinheiro (PMDB) – afirma que a busca por parcerias na iniciativa privada é mais interessante do que o uso de cercas.

O Parcão [Parque Moinhos de Vento] foi adotado pelo Zaffari e pelo Hospital Moinhos de Vento. Uma parte da Redenção, o minizão, foi adotada pela Vivo. As parcerias são importantes, e estamos procurando por grupos que adotem o parque [Redenção].

---

<sup>21</sup> Processo já ocorrido em Salvador, como destaca criticamente Ângelo Serpa (2003).

Em reportagem intitulada “SMAM incentiva a adoção de praças”, do jornal Correio do Povo de 30/05/2005, o supervisor de parques e praças da SMAM, Edison Pereira de Souza, fala que o programa de adoção de praças é uma solução frente à falta de recursos da prefeitura para cuidar destes logradouros públicos, além de servir como um instrumento que possibilita a participação da sociedade civil na gestão da cidade. A sociedade civil<sup>22</sup> engloba todos os grupos e instituições não ligadas ao Estado como empresas e ONG’s<sup>23</sup>. Entretanto, como o próprio supervisor aponta, as empresas representam cerca de 99% dos interessados em adotar logradouros públicos. Isso denota a tendência comercial desse tipo de programa.

O único parque de Porto Alegre que foi adotado na sua totalidade é o Moinhos de Vento ou Parcão, que se localiza na área mais nobre da cidade. Segundo reportagem intitulada “Renovada a adoção de parque” do jornal Correio do Povo de 26/07/2005, a rede de supermercados Zaffari e o Hospital Moinhos de Vento renovaram o contrato que possuíam de adoção do Parcão, pelo valor de R\$ 122 mil reais, que serão aplicados, integralmente na conservação do local. As empresas poderão colocar 11 placas indicativas (Figura 18) da adoção e três de caráter educativo, podendo também realizar seis eventos culturais por ano.

---

<sup>22</sup> Para Bobbio (1986), a sociedade civil abarca “*as classes sociais, os grupos, os movimentos, as associações, as organizações que se representam ou se declaram seus representantes; ao lado das organizações de classes, os grupos de interesses, as associações de vários gêneros com fins sociais, e indiretamente políticos, os movimentos de emancipação de grupos étnicos, de defesa dos direitos civis, de libertação da mulher, os movimentos de jovens, etc.*” (BOBBIO, 1986, p. 36).

<sup>23</sup> Souza (2004) define as ONG’s como para-estatais na medida em que a maior da parte delas necessita de recursos do Estado.



Figura 18 - Fotografia das placas indicativas da adoção do Parque Moinhos de Vento  
 Fonte: Felipe Silveira de Souza (jun. 2006)

Na mesma reportagem, o prefeito José Fogaça, garantiu que a iniciativa demonstra uma nova fase da administração pública, devendo ser expandida para outras regiões da cidade. Outros parques como o Farroupilha (Redenção) e o Marinha do Brasil também possuem recantos adotados. Segundo o secretário de Meio Ambiente, Beto Moesch, estava ocorrendo a busca de um parceiro que adotasse o restante do Parque Farroupilha (o que ao longo da pesquisa não se confirmou). Na reportagem citada é salientado que o Estado promove um saneamento prévio do parque ou praça antes de colocá-lo para adoção.

Esse tipo de política pública gera apenas mais concentração e segregação, e reforça a tese da transformação da justiça distributiva em justiça comutativa, assim como, mostra a articulação dos interesses privados com as políticas públicas. Nesse caso, se o público de parques de periferia como o Chico Mendes aumentar seu poder de consumo, talvez, as empresas injetem algum capital nessas áreas. Como isso não será possível no sistema econômico em que vivemos, é provável que o parque Chico Mendes (assim como os demais da periferia) continue “esquecido” pelo poder público, assim como estão à deriva os moradores que o freqüentam (ou o freqüentavam).

Nos últimos meses chamou atenção a parceria estabelecida entre a Secretaria de Cultura de Porto Alegre (SMC) e a Opus Promoções, para a revitalização do Auditório Araújo Viana (Figura 19)<sup>24</sup>, que se localiza no interior do Parque Farroupilha. Segundo reportagem do Jornal Correio do Povo, intitulada “Anunciada reconstrução do Auditório” de 16/05/2007, ele será reconstruído pela Opus por R\$ 7 milhões, e esta passará a ter 75% da programação anual. Os outros 25% de datas (91 dias) ficam sob a responsabilidade da Secretaria de Cultura. A SMC alega que 91 dias seria mais do que o triplo de datas na qual vem sendo usado o Auditório hoje em dia.



Figura 19 - Fotografia do Auditório Araújo Viana

Fonte: Felipe Silveira de Souza (jun. 2006)

Entretanto, cabe salientar que esse episódio é mais uma manifestação da incapacidade de investimentos do Estado e da conseqüente privatização de seus bens. Para a Opus trata-se de um ótimo investimento, na medida em que o parque da Redenção possui uma posição central na cidade. Além disso, é um auditório de grande capacidade.

---

<sup>24</sup> Auditório construído na década de 1960, quando foi transferido da área junto ao Palácio Piratini e a Praça da Matriz, para a construção do Palácio Farroupilha, atual sede da Assembléia Legislativa.

Cabe destacar que diante de protestos promovidos por um movimento chamado “O Araújo tem dono”, na reportagem intitulada “Show é contra licitação de auditório”, publicada pelo jornal Correio do Povo em 30/07/2007, o Secretário da Cultura, Sérgio Gonzaga, credita parte dessas manifestações a fins eleitoreiros, ressaltando que ao não investir no Auditório, ele pode deslocar os recursos públicos para a periferia. Entretanto devemos salientar que da mesma forma, são adotados os parques das áreas centrais, o que não reverte em maiores investimentos por parte do Estado, nos parques da periferia.

Outro fator interessante, a ser analisado sobre este aspecto da necessidade do capital em se reproduzir, buscando com isso apoio nos espaços públicos, é a análise dos eventos da iniciativa privada que ocorrem junto aos parques urbanos. Tem sido cada vez maior o número de eventos que ocorrem dentro dos parques urbanos de Porto Alegre, entretanto, os eventos da iniciativa privada dos parques que analisamos se concentraram no Parque Farroupilha e no Parque Moinhos de Vento, seguindo a mesma lógica da visibilidade comercial de seus produtos.

Segundo entrevista concedida pela administradora do Parque Moinhos de Vento, Gisalma Puggina, a grande maioria dos eventos que ocorrem no parque são de empresas. As ONG's também promovem eventos, mas em um número bem menor.

No Parque Farroupilha, grandes eventos de empresas privadas tem ocorrido, tais como shows patrocinados pelo Jornal Correio do Povo, pela Rede RBS, pela Petrobrás. Eventos como Arte em Plásticos da Brasken (que resultou em uma doação de lixeiras para o parque), Via do Vinho promovido pelos supermercados Nacional e Big, entre tantos outros. Em quase todos os fins de semana ocorrem eventos no Parque Farroupilha.

No Parque Chico Mendes, os eventos são comunitários, e funcionam como uma estratégia de ocupar o parque. Um exemplo é a Festa Junina que movimenta o parque (Figura 20). Segundo Cleusi Coelho da Rosa, administrador do Parque Chico Mendes, os grandes empresários não se interessam pelo parque, pela pouca capacidade de consumo que possui a população freqüentadora.





Figura 20 - Fotografia da Festa Junina no Parque Chico Mendes em 2005

Fonte: PMPA (2006)

Devemos destacar que para realizar um evento junto a algum parque, a empresa deveria pagar um determinado valor, que iria para o Fundo Municipal para a Defesa do Meio Ambiente. Esse fundo possui um caráter distributivo, ou seja, realoca os recursos obtidos em determinadas áreas para outras áreas que pouco angariam recursos. Todavia, o novo Regulamento dos Parques Urbanos e Praças de Porto Alegre (Decreto 15343, de 30 de outubro de 2006) permite que os recursos obtidos fiquem com o parque onde o evento foi realizado. A seguir reproduzimos o artigo em que se permite tal situação:

Art. 30 – A atividade em parques urbanos e praças que pretenda veicular qualquer tipo de publicidade ou promoção, deverá ser previamente autorizada pelo órgão ambiental, mediante compensação a ser estipulada pela SMAM.

Parágrafo único - **A compensação referida no caput, deverá ser feita, preferencialmente, no local em que foi realizado o evento.**

O resultado desta nova legislação é uma maior concentração de recursos nas áreas de maior visibilidade comercial.



### 3.1.2 A divisão dos recursos do Estado: o orçamento participativo

Parte dos recursos que a Prefeitura investe em Porto Alegre é decidida mediante o orçamento participativo. O orçamento participativo é um instrumento interessante na perspectiva em que resgata a participação popular de forma mais direta no que diz respeito aos caminhos que a cidade deve tomar mediante seus recursos. É um instrumento regionalizado que garante maiores recursos a áreas menos abastadas. Entretanto, os problemas da cidade são tão grandes que mesmo em áreas mais abastadas onde os problemas em áreas essenciais como saúde, educação, saneamento e habitação são menores, na lista das prioridades votadas pelas regiões, o item áreas de lazer sempre fica numa posição de menor investimento. No orçamento participativo 2006/2007 (Tabela 1), o item “Áreas de lazer” na região Centro, que engloba os parques Moinhos de Vento e Farroupilha, ficou como 12ª prioridade. Já na região Nordeste, onde se localiza o Parque Chico Mendes, este ítem ficou como 13ª prioridade. A tabela a seguir mostra as prioridades dessas duas regiões.

Tabela 2 - Prioridades estabelecidas no Orçamento Participativo de 2006 (continua)

<b>Ordem de prioridade</b>	<b>Região Centro</b>	<b>Região Nordeste</b>
1ª	Habitação	Habitação
2ª	Desenvolvimento Econômico, Tributação e Turismo	Educação
3ª	Educação	Assistência Social
4ª	Pavimentação	Saúde
5ª	Assistência Social	Desenvolvimento Econômico, Tributação e Turismo
6ª	Saneamento Básico – Dragagem e Drenagem	Pavimentação
7ª	Saúde	Cultura
8ª	Saneamento Básico – Água e Esgoto Cloacal	Circulação e Transporte
9ª	Esporte e Lazer	Saneamento Básico – Dragagem e Drenagem

Tabela 2 - Prioridades estabelecidas no Orçamento Participativo de 2006 (conclusão)

<b>Ordem de prioridade</b>	<b>Região Centro</b>	<b>Região Nordeste</b>
10 <sup>a</sup>	Circulação e Transporte	Saneamento Básico – Água e Esgoto Cloacal
11 <sup>a</sup>	Acessibilidade e Mobilidade Urbana	Iluminação pública
12 <sup>a</sup>	<b>Áreas de Lazer</b>	Juventude
13 <sup>a</sup>	Cultura	<b>Áreas de Lazer</b>
14 <sup>a</sup>	Iluminação Pública	Saneamento Ambiental
15 <sup>a</sup>	Saneamento Ambiental	Esporte e Lazer
16 <sup>a</sup>	Juventude	Acessibilidade e Mobilidade Urbana

Fonte: PMPA (2007)

Podemos deduzir que pelo fato da região Centro possuir dados sócio-econômicos mais positivos que a região Nordeste, ela tenha priorizado menos as áreas de lazer, por entender que nessa região esses espaços estão bem equipados e bem preparados para atender a demanda pública. Essa melhor situação com relação às áreas de lazer se deve ao fato de estarem elas em boa parte adotadas pela iniciativa privada. Mesmo assim, o item “Áreas de Lazer” é mais priorizado na região Centro do que na Nordeste, assim como o item “Esporte e Lazer”, que tem relação direta com o primeiro.

Acreditamos que pela maior carência da região Nordeste em quesitos essenciais à sobrevivência humana, tais como habitação, saúde, educação, saneamento básico, itens de “necessidades secundárias”, como áreas de lazer e esportes são deixados em segundo plano. A questão é que se não existe investimento público e nem investimento privado com relação às áreas de lazer da periferia, tais áreas ficam sujeitas à extrema precarização, afetando a qualidade de uso das mesmas. O abismo entre os parques da área central em relação aos parques de periferia se acentua. Esse é o efeito perverso da segregação espacial que promove uma desqualificação da vida em seus âmbitos privado e público nas áreas de periferia. Porque não se tem uma habitação de qualidade que permita uma vida privada digna, assim como o descaso do poder público e do capital privado com

relação aos espaços de sociabilidade, nessas áreas, provoca a perda da qualidade na vida pública e também na privada.

### 3.2 AS ASSOCIAÇÕES, CONSELHOS E ONG'S NA GESTÃO DOS PARQUES URBANOS DE PORTO ALEGRE

A abertura da gestão do espaço público para sociedade civil, se por um lado pode atrair empresas que visam apenas a reprodução do capital, através de seus investimentos, por outro lado mobiliza grupos sociais, que reivindicam sua participação na gestão dos mesmos. Entretanto, existem vários lados que devem ser considerados, desde a construção de conselhos, até a atuação de Associações e ONG's.

A diversidade de uso do Parque Farroupilha, por exemplo, implica em diversos conflitos que aparecem de modo mais extremo em discursos como o do cercamento do parque (assunto que será discutido no capítulo cinco). Visando a mediação desses conflitos, em 2001, foi criado o Conselho de Usuários do Parque Farroupilha. De caráter consultivo, ou seja, de pouca efetividade executiva, esse conselho visa estabelecer um diálogo entre os diferentes usuários (sociedade civil) e a administração do parque (Estado). Porém a diversidade existente no parque é muito maior que a diversidade existente no Conselho, pois nem todos os grupos se fazem representar nesta esfera.

Difícilmente, um usuário não vinculado a algum grupo específico (associação, ONG etc.) vai ao conselho. Isso é sintomático da “cristalização de poder” existente no conselho. Sendo assim, os temas se tornam muito pontuais e direcionados aos interesses dos grupos organizados que freqüentam o conselho. Esse é um fato que foi percebido pela análise das atas do conselho. Uma pesquisa que fizemos durante o estágio que realizamos em 2005, no parque Farroupilha, estudou a participação no conselho a partir da análise das folhas de presença das reuniões. Foram analisadas as folhas de presença de 2002 a 2005<sup>25</sup>. Ao total foi consultado o material de 46

---

<sup>25</sup> Algumas folhas de presença do ano de 2002, principalmente, não foram encontradas, mas o conjunto de 46 folhas de presença nos deu certa segurança.

reuniões, ou seja, tínhamos a grande maioria das folhas de presença. O resultado obtido foi o seguinte:

- a) 173 pessoas diferentes foram nas reuniões do Conselho pesquisadas;
- b) foram contabilizadas 576 participações neste período;
- c) a média de participação foi de 3,3 reuniões do Conselho por pessoa;
- d) a média de público foi de 12,5 pessoas por reunião do Conselho;
- e) 95 pessoas foram somente uma vez na reunião do Conselho, ou seja, 54,9% do total.
- f) 143 pessoas foram até cinco vezes na reunião do Conselho, ou seja, 82,6% do total.
- g) 24 pessoas foram de 6 a 15 vezes na reunião do Conselho, ou seja, 13,8% do total;
- h) 6 pessoas foram mais de 15 vezes na reunião do Conselho, ou seja, 3,4% do total;
- i) nenhuma pessoa foi a mais de 26 reuniões, ou seja, ninguém foi a mais de 56,5% das reuniões do Conselho pesquisadas.

Esses dados denotam que há realmente um problema de participação no Conselho, que acaba prejudicando sua ação como órgão gestor. A situação pode se tornar mais complicada, pois o novo Regulamento dos Parques Urbanos e Praças de Porto Alegre, normatiza mais os conselhos, dificultando sua espontaneidade, e impede que cidadãos possam se fazer representar de maneira direta, na medida em que só poderão fazer parte do conselho pessoas jurídicas<sup>26</sup>.

Outro fato que aparece é a expansão de associações ligadas aos parques. Em outubro de 2006, por exemplo, foi criada a Associação dos Amigos do Parque Farroupilha, numa tentativa de angariar fundos para a implementação de projetos e reformas dentro do parque. É uma espécie de poder paralelo que visa ter ação mais plena no parque a partir da captação de recursos. A maioria dos associados são pessoas idosas que já faziam parte do conselho de usuários do parque. Ou seja, a associação também não contempla a diversidade existente no parque (mesmo que a ela seja aberta à comunidade).

Vale dizer, que essa associação quer ter poder de ação sobre os eventos realizados no parque. Atualmente, o Parque Farroupilha recebe uma série de

---

<sup>26</sup> Embora isto de certa forma já acontecesse, pois os ocupantes do Conselho, na maioria dos casos, eram representantes de alguma Associação ou ONG.

eventos a cada fim de semana. Tais eventos servem para a divulgação de projetos governamentais, assim como de projetos de empresas e organizações privadas<sup>27</sup>. Para o uso da área era necessário o pagamento de taxas que ficavam alocadas junto a Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Porto Alegre<sup>28</sup>, no Fundo Municipal para a Defesa do Meio Ambiente, em tese um mecanismo distributivo da arrecadação obtida por esse órgão municipal. Com o novo Regulamento de Parques Urbanos e Praças, como vimos, as empresas e órgãos devem pagar uma compensação ao local do evento que promoveram.

Nesse sentido, a intenção da Associação dos Amigos do Parque Farroupilha é que ela sirva como agente captador desses recursos angariados em eventos e também aqueles provenientes dos concessionários do parque - tais como Parque de Diversões Zapt-Zum e Café do Lago (Figura 21). Essa intenção aparece no estatuto da entidade:

- receber recursos oriundos de locação ou permissão de uso de espaços do parque, locação de objetos ou equipamentos para uso ou transporte de visitantes. (Art. 1º, Parágrafo I, da Associação dos Amigos do Parque Farroupilha)

A questão é que os próprios locatários são integrantes da associação, ou seja, os investimentos no parque garantem a valorização de seus empreendimentos.

---

<sup>27</sup> Vale lembrar, que o público estimado por mês do Parque Farroupilha é de 400.000 pessoas.

<sup>28</sup> Atualmente, com a autorização da secretaria os parques podem pedir um pagamento em material de consumo ou equipamentos.



Figura 21 - Fotografia do Café do Lago

Fonte: Felipe Silveira de Souza (jun. 2006)

O problema é que essa situação afeta o mecanismo distributivo que o fundo poderia ter em relação aos demais parques que não possuem eventos e concessionários, como no caso do Parque Chico Mendes.

Entretanto, as associações podem se tornar uma forma de resistência. É o caso do Parque Chico Mendes, onde através de associações e ONG's que promovem atividades dentro do mesmo, tornam vivo um espaço que estava abandonado. Os resultados desses eventos têm sido bastante satisfatórios, na medida em que conseguem atrair público. A idéia é aumentar com isso o número de usuários da área, para que ela se torne cada vez menos um reduto da violência.

A festa junina promovida pela Associação dos Amigos do Parque Chico Mendes, assim como a atividade "Chico Mendes pela Paz", promovida pela ONG Nacipaz, são exemplos de uma apropriação que visa redinamizar e movimentar o local, a partir de sua ocupação. São manifestações geradas no local, pela própria comunidade, pela melhoria da qualidade deste espaço público.

Esse tipo de iniciativa nos parece mais forte em áreas mais periféricas, porque nelas a necessidade de organização pela melhoria da qualidade de vida é maior do que em áreas mais centrais, onde as políticas de Estado articuladas com a iniciativa privada atendem de forma mais plena a população que nesses locais se estabelece.

#### 4 A VALORIZAÇÃO DESIGUAL DO ESPAÇO PÚBLICO E A SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL

O espaço público na atualidade passa a incorporar, a partir de seu valor de uso, um valor de troca, ou seja, passa a ser mediado, também, por uma relação econômica. Sobre esse fato, que está ocorrendo em espaços públicos do mundo inteiro, como resultado da desvalorização da esfera política em relação à esfera econômica, os parques, por exemplo, diminuem de importância com relação ao valor político que possuem e passam a ser estimados mediante a importância econômica que lhes é possível atribuir. Desvaloriza-se a dimensão política do espaço público, valorizando a sua dimensão econômica.

O processo de valorização do espaço se dá conforme Villaça (2001) pela *localização*. Segundo o autor, “a localização se apresenta assim como um valor de uso da terra – dos lotes, das ruas, das praças, das praias – valor que no mercado, se traduz em preço da terra” (VILLAÇA, 2001, p. 72).

Existem dois modos de pensar essa questão em relação espaço público. O primeiro modo seria pensar que os espaços públicos possuem valor de uso inerente, que pode ser transformado em valor de troca, e o segundo modo seria deduzir que a partir desse fato essa valorização emana para o entorno do espaço público. Ou seja, esses dois modos de pensar, estariam englobados dentro de um mesmo processo. Quer dizer que pelo seu conteúdo o espaço público possui valor em si e valor na relação que estabelece no conjunto. Poderíamos dizer que o primeiro modo atrai capital para o próprio espaço público, enquanto o segundo modo leva ao entorno destas áreas os dividendos dessa valorização.

Quanto à capacidade de atrair investimentos para si, devemos ressaltar que o valor econômico de um espaço público está naquilo que ele oferece enquanto atrativo e no público que o consome. Quer dizer que o parque vale dentro de uma relação econômica pelo seu conteúdo, e o conteúdo de um parque é estabelecido pelas características físicas, e principalmente pelo tipo de indivíduo que se relaciona nesse espaço, o constituindo.

Por isso, acreditamos que um dos fatores que permitem ao espaço ganhar maior valor de troca é o público que o utiliza (o consome). Se o público de um determinado espaço possui maior renda e capacidade de consumir, ele torna esse



espaço mais valorizado, comercialmente, em relação a outro cujo perfil do usuário seja de menor porte financeiro. Isso porque, neste caso, o espaço público se valoriza na medida em que garante a reprodução do capital, mediante a visibilidade que pode oferecer à marca de uma empresa. Daí a força e a concentração dos projetos de adoção de áreas públicas.

Quanto à capacidade de valorização do entorno, podemos destacar a capacidade que os espaços públicos têm de se comportar como **raridades** (SOBARZO, 2004). Segundo o autor, baseado em CARLOS (2001b) **raridade do espaço** seria:

[...] a estratégia por transformar, recriar, mudar formas e conteúdos de parcelas da cidade, para integrá-las no circuito da compra e venda, com vistas ao desenvolvimento ou consolidação de **novos** padrões de consumo de espaço para residências, lazer ou trabalho. (SOBARZO, 2004, p. 111)

Entretanto, acrescentamos que os espaços públicos hoje em dia abrigam a raridade porque possuem algo que na cidade metropolitana (pela maior densidade de uso do espaço) é escasso: a possibilidade de contato com a “natureza verde” e de lazer ao ar livre<sup>29</sup>. Mascarenhas (2006) traz uma série dados empíricos que tornam clara a valorização propiciada pelo lazer, ao se referir, por exemplo, nos projetos de *city-marketing* que difundem os espaços de recreação difundindo imagens de uma cidade saudável e jovial, e na urbanização turística que promovem intensa segregação sócio-espacial, pela elitização dos espaços de consumo turístico.

Cabe ressaltar que, para que esse efeito de raridade se efetive, é necessário que a norma se imponha sobre o espontâneo (no capítulo 5, nos dedicamos a debater de forma mais aprofundada este ponto). Por isso, a constante busca pela segurança. Na atualidade, os parques urbanos são considerados espaços pouco seguros. Na verdade a cidade é reconhecida como um espaço inseguro, e os parques urbanos como locais em que a cidade (com seus estranhos) pode se encontrar, também serão percebidos da mesma forma. Nesse sentido, os parques urbanos acabam sendo compreendidos dentro desse quadro de insegurança

---

<sup>29</sup> O lazer se instaura a partir da consolidação da sociedade urbano-industrial, com a institucionalização do tempo livre. Nesse sentido, pode se dizer que no desenvolvimento das relações capitalistas, o lazer acirra os mecanismos de alienação se tornando uma espécie de escapismo (MASCARENHAS, 2007).

urbana. Por isso, os parques públicos que oferecem um policiamento (vigilância) mais ostensivo, se tornam locais mais freqüentados, o que provoca a valorização pelo maior uso do espaço. Portanto, a segurança acentua a raridade do espaço, produzindo uma valorização ainda superior. Afinal, hoje em dia, são raros os espaços públicos que oferecem uma “natureza verde” disponível para o lazer de forma segura – embora muitas vezes esse debate esteja no campo apenas do imaginário.

Além dos parques se constituírem em raridades, devemos ressaltar outro fato que está atrelado ao processo de valorização fundiária desigual no espaço público em uma sociedade urbana: o valor simbólico de uma determinada área. Espaços públicos históricos podem ocupar o imaginário da população do lugar onde estão inseridos (cidade, estado, país). O valor simbólico do lugar pode ser revertido em valor de troca, na medida em que os desejos de consumo e de visibilidade pela localização estão integrados a um símbolo histórico de status social. Bourdieu (2007), por exemplo, fala sobre um poder simbólico, que se manifesta a partir do consumo. Para o autor, toda a prática de consumo tem a necessidade de se tornar visível, por isso à busca pela visibilidade através do espaço. O poder simbólico, segundo esse autor, opera através do espaço da seguinte forma:

Todo o consumo e, mais geralmente, toda a prática, é *conspícuos*, visível, quer tenha sido realizado ou não *a fim de ser visto*; quer se tenha sido inspirado ou não pela intenção de dar nas vistas, de se singularizar (*to make oneself conspicuous*), de se distinguir ou de agir com distinção. Como tal está condenado a funcionar como *senal distintivo*, e quando se trata de uma diferença reconhecida, legítima, aprovada, como sinal de distinção (nos diferentes sentidos). (BOURDIEU, 2007, p. 144).

A localização próxima de um espaço histórico ligado a algo que ostente um passado glorioso (mesmo que hoje já não seja) torna-se uma maneira de materializar o status social cobiçado. O espaço se converte em símbolo. O professor Milton Santos comenta, acerca da capacidade distintiva que o espaço confere ao homem:

Cada homem vale pelo lugar onde está; o seu valor como produtor, consumidor, cidadão depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando incessantemente, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, freqüência, preço) independentes de sua própria condição. Pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação, até mesmo o mesmo salário, têm valor diferente segundo o lugar

em que vivem: as oportunidades não são as mesmas. Por isso, a possibilidade de ser mais ou menos cidadão, depende em larga proporção, do ponto do território onde se está. (SANTOS, 1987, p.81).

No que tange a este debate, podemos apontar que as dinâmicas da valorização desigual do espaço estão intimamente atreladas à *localização* dentro do espaço urbano, nas relações estabelecidas entre as partes e o todo (CARLOS, 2001a). Segundo a autora:

O valor será determinado em função do conjunto ao qual pertencem, e na inter-relação entre o todo e as partes ocorre o processo de valorização real ou potencial de cada parcela do espaço (o preço de cada terreno da cidade é determinado pela sua localização na cidade) (CARLOS, 2001a, p.54).

Podemos dizer que dos processos de localização emerge a segregação urbana. Mascarenhas (2006, p.2) ao tratar da espacialidade do lazer, ressalta que “em nossas cidades, se reflete o modelo segregacionista, concentrando os equipamentos de lazer nas áreas mais nobres”. Isso favorece aos interesses dos grandes agentes imobiliários, que buscam a reprodução do capital. Nesse sentido, quando SERPA (2005) afirma que o espaço público se tornou um “objeto de consumo”, podemos destacar a segregação sócio-espacial que desse fato irá se tornar mais visível.

[...] o espaço público, o parque público, transformou-se em um “objeto de consumo”, em expressão de modismos, vendidos pelas administrações locais e por seus parceiros empresários como o “coroamento” de estratégias (segregacionistas) de requalificação urbana (SERPA, 2005, p. 135).

A contradição está no fato de que o público é necessário para a reprodução do capital, entretanto, o uso desse público como consumidor desmancha a concepção política (de conservação das diferenças, de igualdade e da democracia) desse espaço, afinal o mercado torna-se o melhor mediador das relações conflitantes existentes nesse espaço. O resultado é o desgaste desse espaço enquanto público.

Aliás, o caso exposto no capítulo 3, sobre as parcerias entre o setor público e o setor privado, mais precisamente, dos projetos de adoção de espaços públicos existentes em Porto Alegre, mostra que os investimentos estão concentrados nas áreas mais nobres da cidade e que essas operações que permitem o uso privado do

espaço público por grandes empresas, garantem-lhes a reprodução do capital. Essa dinâmica não é diferente da observada por outros autores como Serpa (2007), em diversas cidades. Nesse processo, o Estado, como gestor da coisa pública, converte-se em um dos seus principais parceiros. Portanto, o Estado também possui um papel fundamental na valorização desigual do espaço público que produz processos segregacionistas. Dentro desse contexto, cresce a diferenciação entre os espaços públicos da periferia e os espaços públicos das áreas nobres, porque os espaços públicos da zona nobre podem dotar-se de mais equipamentos e qualificar melhor suas áreas. Esses espaços receberão recursos para se manterem cada vez mais valorizados.

Desse fato emergem, inclusive, como visto também no capítulo 3, associações dos espaços públicos, cuja ação pode produzir valor aos espaços do qual são defensores, na medida em que buscam qualifica-los. A luta destas associações acaba agregando valor de troca aos espaços que defendem, adicionando (ou mantendo) o valor comercial dos imóveis interiores ou do entorno da área em questão. Na grande maioria das vezes, os integrantes destas associações são moradores do entorno e/ou permissionários de empreendimentos no interior dos espaços públicos. A valorização produzida pela luta dessas associações possui como principais beneficiários os próprios indivíduos constituintes delas.

No que tange aos parques da periferia, essas parcerias entre o público e o privado tendem a gerar um processo de abandono e de conseqüente segregação sócio-espacial. Serpa (2003) reafirma isso ao analisar os projetos de adoção em Salvador (BA):

[...] as praças, avenidas, e parques adotados são, para o empresariado soteropolitano, algo como grandes “outdoors” tridimensionais. A quem interessaria investir em espaços públicos nos bairros periféricos, de resto abandonados pelas instâncias do poder local? (SERPA, 2003, p. 135).

Se por um lado a falta de recursos pode significar a desvalorização das áreas de periferia, por outro isso pode significar a possibilidade de resistência aos interesses do Estado neoliberal e do capital, tal como percebemos nas festas comunitárias realizadas.

#### 4.1 OS PARQUES URBANOS DE PORTO ALEGRE COMO INSTRUMENTO DE VALORIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Os parques urbanos de Porto Alegre atendem a muitos interesses econômicos. São espaços que garantem a reprodução do capital, se bem cuidados e qualificados.

Nesse sentido, percebemos ao longo de nossa pesquisa que os parques podem servir como instrumentos de valorização fundiária. Um dos fatores que garante essa valorização é a manutenção desses espaços em seus mais variados aspectos, como conservação de equipamentos, segurança e controle dos usuários.

O parque Moinhos de Vento é um bom exemplo de como um equipamento urbano deste tipo pode valorizar uma região. É certo que o parque surge posteriormente à consolidação dessa parte da cidade como zona nobre, sendo o Bairro Moinhos de Vento (onde está inserido) aquele que possui um dos melhores índices de qualidade de vida. Segundo dados do CENSO/2000, a porcentagem de responsáveis por domicílios com rendimentos superiores a 20 salários mínimos, no Bairro Moinhos de Vento, era de 50,2%. Portanto, o parque já está em uma região de grande valorização fundiária, mas acreditamos que este equipamento urbano reforça significativamente este processo de valorização atualmente – pois na década de 1970 ele era um espaço desvalorizado, como apontamos no capítulo três. Podemos afirmar isso através da análise de anúncios de imóveis que trazem a proximidade com o parque como algo positivo e agregador de valor de troca – o que também acontece com o Parque Farroupilha (Redenção)

Analisando a sessão de classificados dos jornais Correio do Povo e Zero Hora, é possível perceber que os parques Farroupilha (Redenção) e Moinhos de Vento (Parcão) agregam valor de troca aos imóveis do seu entorno. A Figura 22 nos mostra o uso da Redenção (Parque Farroupilha) como valorizador do imóvel e a Figura 21 mostra o mesmo processo em relação ao Parcão (Parque Moinhos de Vento).

Em pesquisa realizada nos classificados do Jornal Zero Hora, do dia 04/11/2007 havia 41 anúncios citando o Parque Moinhos de Vento (Parcão) e 14 anúncios fazendo referência ao Parque Farroupilha (Redenção) (Figura 22). Se nos remetermos exclusivamente aos imóveis que estavam à venda no Bairro Moinhos de Vento, veremos que o Parcão é destacado em 33,03% dos anúncios.

Pronto para morar! **2 dorm.**  
**Cidade Baixa** com box privativo  
 A partir de **R\$ 149.000,00**  
 Cozinha americana  
 Área de serviço fechada  
 Salão de Festas  
 Churrasqueira  
 Próximo à Redenção

Fone: (51) 3268.3933  
 Lima e Silva, 1533  
 Execução: FJR Empreendimentos Imobiliários Ltda.  
 Projeto: Sanguinetti Saffer Arquitetura

Residencial Esperanto  
 Vendas: 03

Valor à vista referente ao lote 403 box 16, CRECI 21456.  
 \*Promoção válida para compras efetivadas até dia 05/11/07.

Figura 22 - Anúncio de imóvel que destaca a proximidade ao Parque Farroupilha (Redenção)

Fonte: Jornal Zero Hora (2007)

Na sessão de classificados do Jornal Correio do Povo, do dia 03/11/2007, que possui menor quantidade de anúncios, o Parque Farroupilha (Redenção) foi citado em 8 vezes e o Parque Moinhos de Vento (Parcão) (Figura 3) foi citado 7 vezes<sup>30</sup>. O parque Moinhos de Vento (Parcão) é citado em 35,29% dos imóveis anunciados no Bairro Moinhos de Vento<sup>31</sup>.

Preço a partir de **R\$ 299.900,00**  
**3 DORMITÓRIOS**  
**PRÓXIMOS AO PARCÃO**  
 QUE CABEM REDONDO NO SEU ORÇAMENTO  
 Com lavabo, suíte, churrasqueira ou lareira e 2 vagas com depósito. Segurança e espaços de lazer.  
**Rua Castro Alves, 312**

FINANCIAMENTO GARANTIDO EM ATÉ **240 MESES**  
 Banrisul  
 CONSULTE PREÇO À VISTA

Visite apto decorado  
 Plantão no local das 9 às 20:30 hs

Fone: 3330-8878  
 R. Correa Engenharia  
 Concretizando Sonhos  
 www.rcorrea.com.br

Figura 23 - Anúncio de imóvel que destaca a proximidade ao Parque Moinhos de Vento (Parcão)

Fonte: Jornal Correio do Povo (2007).

<sup>30</sup> Vale lembrar que o Jornal Correio do Povo atinge uma população de classe média, e o número de empreendimentos anunciados no Bairro Moinhos de Vento é menor – 17 imóveis contra 112 anunciados no mesmo fim de semana no Jornal Zero Hora.

<sup>31</sup> Cabe salientar que não fizemos a proporção dos anúncios do Parque Farroupilha (Redenção) em relação ao bairro, na medida em que o referido é limítrofe de vários bairros. O parque aparece em imóveis de bairros distintos (Bonfim, Cidade Baixa, Santana) em número pequeno, ao conjunto que é ofertado no total dos bairros.

Dados provenientes de uma pesquisa encomendada pelo SNDUSCON nos mostram que morar no Bairro Moinhos de Vento, onde fica localizado o parque de mesmo nome, é privilégio para poucos. Um apartamento novo em 2003 custava em média R\$ 309.425.

A paisagem do entorno do parque reflete a valorização fundiária existente na área em questão - Shopping Moinhos, Hotel Sheraton (Figura 24), Quality Hotel, HSBC, Mc Donalds, Habib's, Restaurante Baskaria (um dos mais citados em colunas sociais), entre outros empreendimentos.



Figura 24 - Fotografia do Hotel Sheraton e Shopping Moinhos  
Fonte: Felipe Silveira de Souza (Dez. 2007)

O setor imobiliário nos últimos anos tem lançado muitos de seus empreendimentos neste ponto da cidade. Segundo a pesquisa citada do SINDUSCON (Tabela 3), em 2003, foram lançados 308 apartamentos novos no bairro Moinhos de Vento, o que garantiu a este bairro o segundo lugar no *ranking* de

produção de novos imóveis na modalidade condomínios verticais. Bela Vista, que está, próximo ao Parque Moinhos de Vento, Santana, Santa Cecília e Bom Fim, bairros que ficam juntos ao Parque Farroupilha, também merecem destaque.

Tabela 3 - Lançamentos imobiliários verticais em Porto Alegre no ano de 2003

Bairro	Loft	Apt 1_Dorm	Apt 2_Dorm	Apt 3_Dorm	Apt 4_Dorm	Flats	Total Aptos	Media Cub/Apto	Media R\$/Apto
PETRÓPOLIS	-	5	106	181	64	-	<b>356</b>	424	326.742
MOINHOS DE VENTO	16	-	76	129	4	83	<b>308</b>	402	309.425
SARANDI	-	11	239	17	-	-	<b>267</b>	107	82.032
BELA VISTA	-	1	43	190	23	-	<b>257</b>	484	372.371
TRÊS FIGUEIRAS	-	17	32	163	2	-	<b>214</b>	389	299.634
MENINO DEUS	-	1	46	155	10	-	<b>212</b>	314	242.150
HIGIENÓPOLIS	-	1	20	100	45	-	<b>166</b>	371	285.758
SANTANA	-	12	80	66	-	-	<b>158</b>	222	171.081
PASSO DA AREIA	-	-	3	141	-	-	<b>144</b>	266	205.013
JARDIM LINDÓIA	-	-	5	71	35	-	<b>111</b>	411	316.324
VILA IPIRANGA	-	-	-	105	-	-	<b>105</b>	177	136.217
AUXILIADORA	-	-	3	88	-	-	<b>91</b>	465	357.712
CAVALHADA	-	-	79	3	-	-	<b>82</b>	147	113.434
AGRONOMIA	-	-	80	-	-	-	<b>80</b>	110	84.700
CRISTAL	-	-	18	60	-	-	<b>78</b>	206	158.590
BOA VISTA	-	-	-	70	-	-	<b>70</b>	406	312.840
MONT' SERRAT	-	-	23	34	12	-	<b>69</b>	407	313.133
SANTA CECÍLIA	-	6	51	10	-	-	<b>67</b>	155	119.350
CENTRO	-	63	3	-	-	-	<b>66</b>	166	127.692
RIO BRANCO	-	-	31	29	3	-	<b>63</b>	285	219.756
JARDIM BOTÂNICO	-	1	3	54	-	-	<b>58</b>	242	186.459
BONFIM	-	5	16	35	-	-	<b>56</b>	266	204.806
FLORESTA	-	1	35	14	-	-	<b>50</b>	252	193.732
TOTAL ou MÉDIA	16	147	1.071	1.816	212	83	3.345	279	214.775

Fonte: Sinduscon RS 2003/ Urban Systems

Portanto, os parques se bem cuidados (mantidos) agregam valor aos empreendimentos imobiliários. Numa sociedade com escassez de espaços ao ar livre, pelo aumento da densidade demográfica, especialmente, nas áreas mais centrais, os parques ganham uma importância muito grande, pois podem satisfazer esta demanda. Carlos (2001a) nos aponta:

Hoje, por exemplo, o verde, a proximidade da natureza (que o processo capitalista dissocia do homem), a falta de áreas para as crianças brincarem, a criação de serviços como escolas de natação, idiomas, balé, judô, ginástica, os *shoppings*, etc., redefinindo as necessidades, tendem a influir na opção por moradia, de uma classe de renda média e alta (CARLOS, 2001, p. 54-55).



Sendo assim, podemos, a nosso entender, enfatizar que existe um processo de valorização pela proximidade de um empreendimento em relação a áreas de lazer público e/ou privado. Acerca dos equipamentos de lazer privados, devemos ressaltar que eles são, muitas vezes, encontrados nos empreendimentos imobiliários de grandes incorporadoras, que constroem grandes condomínios com todo o tipo de infra-estrutura. Nesse contexto, muitas pesquisas tratam da saída, dos segmentos mais ricos, do espaço público (UEDA, 2006; CALDEIRA, 2003). Isso realmente é verdadeiro. Entretanto, a oferta de espaços públicos qualificados (e segregados) junto a estes empreendimentos só amplia a possibilidade de reprodução do capital. Um exemplo desse processo é a construção do Parque Alemanha, único parque urbano da cidade de Porto Alegre que possui grades que controlam a entrada e a saída de pessoas, e que a noite se encontra fechado. Este parque foi construído pela iniciativa privada como medida compensatória de um grande loteamento feito em uma área próxima ao parque. Para que os investimentos na construção dos empreendimentos imobiliários não se perdessem com a efetivação de um espaço público, o controle e a qualificação dos equipamentos encontrados no Parque Alemanha tiveram que ser intensificados. Nesse sentido, a manutenção do Parque Moinhos de Vento, também atinge este objetivo, pois a degradação deste local pode provocar a desvalorização dos empreendimentos ali localizados.

Desse modo, a adoção pela iniciativa privada, a luta das associações pela melhoria dos espaços públicos, os eventos que movimentam e trazem recursos a essas áreas, acabam por colaborar com a valorização fundiária dos espaços que se localizam no entorno dos parques onde tais intervenções deram o efeito esperado. E esse processo conta com o Estado, que estrutura todo o aparato de forma que assim seja feito.

Esse conjunto de processos cria uma espécie de abismo na dinâmica de valorização fundiária entre os bairros que contam com parques na área central, em relação àqueles que contam com parques na periferia. Isso porque, como já vimos os parques centrais atraem mais recursos do que os parques periféricos.

Serpa (2007) acerca deste debate aponta:

A segregação de grandes parcelas da população reforça a idéia de que, no contexto urbano contemporâneo, o parque público é antes de tudo um espaço com alto valor patrimonial, contrariando o senso comum que idealiza estes equipamentos como bens coletivos e lugares da diversão, do entretenimento e da "Natureza socializada". (SERPA, 2007, p. 42)

Para que os parques possam continuar servindo como instrumentos de valorização fundiária dos locais onde se encontram, medidas como a segurança, a manutenção física dos equipamentos, o controle de determinados grupos sociais e de determinadas atividades deve ser mantido, sob pena de desvalorização.

Com isso, queremos dizer que os espaços públicos, pelo menos no que diz respeito à reprodução do capital, conseguem atender essa demanda. A nosso ver, dois fatos em especial agregam valor aos parques urbanos de Porto Alegre: a “natureza verde” e o lazer seja ele contemplativo (passeio, *footing*, descanso), seja ele ativo (esportes em geral). Esses dois fatores agregam raridade ao espaço, tal como mostramos no início deste capítulo.

Os parques urbanos são espaços arborizados que constituem a “natureza verde” que está tão distante nos centros urbanos e se concentra nos parques. Por se tratarem de espaços onde o contato com a “natureza verde” (humanizada, diga-se de passagem) é maior, agregam valor aos espaços de seu entorno.

Entretanto, cabe ressaltar que o Parque Farroupilha fez com que ampliássemos nossa percepção acerca do processo de valorização. O Parque Farroupilha também funciona como um espaço que agrega valor ao seu entorno, assim como o Parque Moinhos de Vento, na medida em que podemos acompanhar, através dos anúncios publicitários em jornais de classificados, que imóveis próximos desta área enfatizam esta proximidade.

Entretanto, embora seja uma área de “natureza verde” no meio de uma área densamente urbanizada, o que a nosso ver constitui uma raridade, a segurança que reforça esta raridade não é um dos fatores que se podem destacar no Parque Farroupilha. São muitos os relatos de assaltos dentro do parque. Não em toda extensão do parque, mas delitos que estão concentrados em áreas menos visíveis.

Nesse sentido chama-nos a atenção, a valorização que ainda permanece característica ao Parque Farroupilha. A explicação mais plausível no que tange a este fato é que o Parque Farroupilha se constitui em um lugar de *valorização simbólica* dentro do conjunto metropolitano de Porto Alegre<sup>32</sup>.

Em 2000 e 2001, a Revista Amanhã, realizou a sua tradicional pesquisa de marcas mais lembradas pelos porto-alegrenses, chamada *Top of Mind*. No quesito

---

<sup>32</sup> O Parque Moinhos de Vento também é um espaço de valorização simbólica, pois a “nobreza” deste espaço, pelas pessoas que o freqüentam, também produz um símbolo. Os empreendimentos do entorno do Parque Moinhos de Vento são muito citados em colunas sociais.

parque mais lembrado, o Parque Farroupilha (Redenção) foi o mais destacado nos dois anos de realização dessa investigação. No ano de 2000 foi lembrado por 45% da população e no ano de 2001 (Tabela 4) foi destacado por 50% dos entrevistados, atingindo 53,9% nas camadas A e B (segmentos mais ricos), 43,9% da camada C (classe média) e 52,6% das camadas D e E (segmentos mais pobres).

Tabela 4 - Os parques mais lembrados na pesquisa *Top of Mind/2001* da Revista Amanhã

<b>Parque</b>	<b>% da população entrevistada</b>
Farroupilha (Redenção)	50,0
Marinha do Brasil	29,7
Moinhos de Vento (Parcão)	10,7
Maurício Sirotsky Sobrinho (Harmonia)	5,3
Tupã	0,7
Chico Mendes	0,7
Outros	20,1
Não respondeu/não sabe	0,3

A nosso ver, morar próximo ao Parque Farroupilha traz como referência o passado desta área no imaginário porto-alegrense. Ele consegue se estabelecer no imaginário das diferentes classes sociais que habitam Porto Alegre. Cabe salientar que o Parque Farroupilha passou a ser chamado desta forma, quando os Campos da Redenção foram urbanizados, em 1935, tendo em vista, a criação de um lugar de passeio para a alta burguesia porto-alegrense. Nesse sentido, morar próximo a Parque Farroupilha, ostenta um pouco desse passado que gera valor, assim como a natureza verde, a área de lazer e os grupos sociais que possui. O capital simbólico nesse processo é criado a partir de um símbolo que traz em si, fama, reputação, prestígio, etc. (BOURDIEU, 2007). O Parque Moinhos de Vento se comportará de forma muito parecida, por também se tornar um símbolo.

O Parque Chico Mendes, embora se constitua em uma área de relativa raridade – na medida em que áreas públicas de natureza “socializada” e de lazer também são escassas na periferia – não possui o processo de valorização próximo ao dos demais parques desta pesquisa. Múltiplos fatores explicam tal situação, como

o fato de ser um parque periférico com uma população de baixa renda, de possuir poucos recursos para a manutenção e aquisição de equipamentos, de não ter a segurança reforçada, de servir de local de moradia para a população carente (Figura 25), de receber poucos investimentos estatais e privados. Além disso, o parque é muito recente, e ainda não se constituiu como um símbolo histórico, tal como o Parque Farroupilha.



Figura 25 - Fotografia das moradias precárias no Parque Chico Mendes  
Fonte: Felipe Silveira de Souza (jun. 2006)

As dinâmicas de valorização descritas ao longo deste capítulo tendem a produzir uma segregação espacial cada vez mais nítida, onde se definem os lugares de cada um no âmbito da cidade, de modo que a vida urbana se torna uma experiência cada vez mais fragmentada. Os espaços públicos tornam-se os lugares da (não) produção de sociabilidades.

## 5 O ESPAÇO PÚBLICO E A (NÃO) PRODUÇÃO DE SOCIABILIDADES NA ATUALIDADE

O espaço público, atualmente, caminha a nosso ver por dois caminhos distintos gerados pelo mesmo processo. Por um lado, ele continua produzindo a sociabilidade pública dentro da cidade. Por outro lado, temos percebido que este espaço público produz segregação, desencontro, indo no sentido oposto da sociabilidade. Neste sentido, como queríamos analisar a produção de sociabilidades no espaço público da sociedade contemporânea e como percebíamos que a sua negação também existia, concomitantemente, à sua afirmação, decidimos, visando à compreensão, utilizar como título e base deste capítulo o termo *(não) produção*. Com esse termo pretendemos explicitar que as duas possibilidades não se excluem, pois fazem parte de um mesmo processo. Mesmo constatando que os espaços públicos estão em transformação (que por vezes, produz segregação), não podemos negar que eles sempre ofereceram as possibilidades para “o encontro, a fala, os olhares, os passos, a discussão” (SOBARZO, 2004, p. 23).

A materialidade física que permite a sociabilidade não pode ser sonogada quando da análise de relações sociais feitas em público (GOMES, 2002). A grande questão que se mostra, é que mesmo existindo locais propícios à produção da sociabilidade pública (parques, praças, ruas, calçadas, praias etc.), nem sempre eles respondem a essa possibilidade. Queiroga (2003), ao falar disso, traz a idéia de *pracialidade*.

Pracialidades são, portanto, concretudes, existências que se situam no tempo-espaço, participando da construção e das metamorfoses da esfera de vida pública. [...]

Pode-se falar em sistemas de objetos potencialmente mais ou menos aptos a se prestarem à condição de praça, mas só diante de uma prática espacial efetiva da esfera pública caracterizadora da praça é que se concretiza a sua pracialidade. (QUEIROGA, 2003, p. 140).

Maffesoli (1998) ressalta a importância da materialidade física que permite o estabelecimento de relações sociais em público, ao tratar do neotribalismo:

Se, no entanto, como uma câmera invisível, ele souber levar em conta uma globalidade e, ao mesmo tempo, focalizar os detalhes, não poderá deixar de estar atento à potência arquitetônica que estrutura essas deambulações. [...] A Ágora antiga, ou mais próxima de nós a “passegiata” italiana, o passeio vespertino, no Sul da França, apresentam as mesmas características, e constituem lugares não negligenciáveis de socialidade. (MAFFESOLI, 1998, p. 140).

A idéia de neotribalismo, ou seja, da constante formação de grupos sociais que compartilham uma mesma identidade dentro de nossa sociedade, encontra, muitas vezes, no espaço público, a sua possibilidade de existência. Aliás, ao se apropriarem do espaço público, esses grupos constroem o que chamamos de territorialidades. Para Sack (1986), a territorialidade é uma forma de comunicação, que alerta de quem é o espaço e de quem não é. O autor diz que a territorialidade é uma estratégia que estabelece diferentes “graus de acesso” às pessoas, aos objetos e aos relacionamentos.

Portanto, a territorialidade expõe a contradição inerente ao espaço público que estamos visualizando na contemporaneidade. Se o espaço público é o lugar para a afirmação de sociabilidades, podendo consolidar “tribos”, através de territorialidades, ou seja, por meio da estratégia espacial que define diferentes graus de acesso, conseqüentemente, uma das características mais ressaltadas desse espaço, a acessibilidade (SERPA, 2007; GOMES, 2002), é negada. Sobarzo (2004) acerca deste processo, fala sobre a produção de uma “sociabilidade segmentada”.

Souza (2000a) acrescenta ao conceito de territorialidade a seguinte definição:

A territorialidade, no singular, remeteria a algo extremamente abstrato: aquilo que faz de qualquer território um território, isto é [...] relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial (SOUZA, 2000a, p. 99, grifo nosso).

Nesse sentido queremos dizer que a compreensão do que é uma territorialidade, pode nos ajudar a entender a situação da qual estamos falando, na medida em que ao mesmo tempo temos a afirmação e a negação da sociabilidade dentro dos espaços públicos. A territorialidade produz uma sociabilidade que ao mesmo tempo agrega e divide. Ou seja, que produz e ao mesmo tempo não produz essa sociabilidade.

A metrópole e seus espaços públicos são o *lócus* dessa sociedade contemporânea que se encontra e se divide. Para Haesbaert & Gomes (2002, p.96)

a metrópole é “um território complexo onde se mesclam e se separam diversas identidades”, e acrescentam:

[...] existem na moderna Babel espaços de convivência permitida. Ao se apresentar aí, no entanto, cada grupo o faz segundo seus signos de referência, que são, ao mesmo tempo, excludentes dos demais, de tal modo que seria possível imaginar o estabelecimento de matrizes interconectadas que associassem códigos sociais a determinados territórios urbanos. (HAESBAERT & GOMES, 2002, p. 94).

Dentro desta perspectiva, Semprini (1999) fala de um espaço público que aos poucos vem sendo substituído por um espaço sócio-cultural, com a emergência do paradigma multicultural nos grandes centros urbanos. É a diferença construída pela política sendo superada pela intolerância, que não permite a convivência entre diferentes culturas.

Essa situação de reforço das territorialidades nos espaços públicos leva autores como Gomes (2002), a falar em *recoo da cidadania*.

[...] a cidadania é um pacto social estabelecido simultaneamente como uma relação de pertencimento a um território. Esse pacto associativo é formal e pretende assegurar os direitos e deveres de cada indivíduo. A coabitação desses indivíduos ocorre assim sobre um espaço que é também objeto de um pacto formal, que instaura limites, indica usos, estabelece parâmetros e sinaliza as interdições. Esse tipo de espaço normatizado é a matriz do espaço público e o principal lócus de reprodução da vida coletiva, e toda a ação social que pretenda subverter a existência desse espaço ou transformar seu estatuto é necessariamente redefinidora dos termos e corresponde a um recoo que é tanto da institucionalidade das práticas sociais que compõem um quadro de vida democrático e cidadão quanto físico, do arranjo material que limita e qualifica as ações. (GOMES, 2002, p. 175).

Esse recoo da cidadania é a recusa da convivência com a diferença, portanto, é a própria negação da idéia de cidade cosmopolita. Entretanto, acreditamos que a subversão da norma não é, necessariamente, algo que compromete a cidadania. É no conflito entre a norma e o espontâneo que a subverte que se constroem novas relações sociais que podem restabelecer o caráter de público desse espaço.

Devemos destacar a importância de compreender o par formado entre a *espontaneidade* e a *norma*. A espontaneidade é a forma livre, aberta e acessível pela qual, os grupos e as classes sociais ressignificam, reordenam, se apropriam do espaço construído (pelo poder do Estado ou da iniciativa privada através de

empresas), redefinindo e, conseqüentemente, produzindo um novo espaço. A normatização tem como objetivo definir, programar, estabelecer os usos da cidade e de seus espaços públicos, constringendo a espontaneidade. A norma (a lei) pode garantir o usufruto de todos dentro desse espaço que é de todos. Porém, ela ao inibir a espontaneidade e programar os usos do espaço, pode realçar sua homogeneidade. A nosso ver, quanto mais intenso o embate entre espontaneidade e norma, maior a possibilidade de interação, de conflito e de tolerância entre os grupos que na diversidade ocupam o espaço. Ou seja, mais próximos estaremos da diversidade que concerne um espaço público ideal, pois no campo da realidade o espaço público – parque urbano – guarda em si as duas faces contraditórias da sociabilidade, com a sua afirmação e com a sua negação.

A acessibilidade, ou seja, a característica que permite a democratização do uso do espaço público pela ampliação da diversidade, está atrelada às relações existentes no par formado entre a norma e a espontaneidade. Quanto maior for a condição de acessibilidade de um determinado espaço, maior será a sua capacidade pública. A norma, embora por vezes restritiva, permite a mediação dos conflitos que se acentuam pela espontaneidade, que pela liberdade inerente a si própria, podem tornar pouco tolerantes os grupos que coabitam esse espaço. A relação, muitas vezes tensa, entre a norma e a espontaneidade implica em aberturas e fechamentos da condição de acessibilidade, redefinindo o papel do espaço como público.

Souza (2000b) aponta, que o espaço “público”<sup>33</sup> é aquele que é de “todos”, o qual acaba por se tornar “área neutra” pela falta de segurança e pelo abandono, causando o declínio da socialização democrática e do exercício da cidadania. Contudo, devemos ressaltar que o excesso de segurança também pode provocar o declínio da cidadania, na medida em que o controle pode tornar menos interativas e democráticas as sociabilidades, produzindo segmentação. Nesse sentido, ressaltamos a necessidade de um equilíbrio entre estas duas interfaces, a norma e a espontaneidade.

Cabe salientar que os parques urbanos enquanto espaços públicos foram criados tendo em vista o controle social. Os atuais parques urbanos são frutos de uma estratégia que começou na Inglaterra Vitoriana (1851-1901), de criação e difusão de espaços recreativos para os trabalhadores, consolidando um conjunto de

---

<sup>33</sup> O termo público está posto com aspas, pois o autor afirma que este espaço nem sempre (quase nunca) está vinculado ao exercício democrático do poder.



práticas sociais disciplinadas e “legítimas” do tempo livre (MASCARENHAS, 2006). Os parques urbanos substituem a praça medieval, local em que existia uma maior espontaneidade da vida, criando a ordem pública. Ou seja, é o local da institucionalização do tempo livre (BORGES & MASCARENHAS, 2006).

Portanto, se hoje em dia percebemos algumas mudanças relativas às formas de sociabilidade nos espaços públicos, talvez o que estejamos assistindo é a afirmação do projeto original de espaço público na Modernidade, com a inibição das espontaneidades, de modo que a vida surja cada vez mais programada. As pequenas brechas para uma sociabilidade mais ampla se fecham com a rigidez da norma, que contraditoriamente produz a sociabilidade – que por esse fato é segmentada e mínima. A sociabilidade existente nos e entre os espaços públicos é cada vez menos interativa (não que isso fosse algo presente de forma intensa anteriormente) e cada vez mais segregadora.

Aliás, a questão da segurança, pelo que apontamos até o momento é outro ponto sobre o qual devemos discorrer. Segundo Gomes (2005), a insegurança percebida nos espaços públicos é decorrente da própria característica inerente à estrutura de sua formação, na medida em que neles aparecem as tensões e conflitos sociais de forma mais visível. No momento em que os problemas sociais passam a ser resolvidos pela “lei do mais forte”, ocorre o rompimento das leis que garantem os direitos de todos dentro desse espaço público, colocando em xeque esse tipo de espacialidade. O autor afirma que esse processo leva ao *emudecimento* dos espaços públicos e das cidades, por conseqüência, já que isso significaria um déficit da democracia.

A expressão desse momento histórico são os espaços que se encontram cada vez mais monitorados, vigiados. A busca pela visibilidade e pelo controle são os maiores anseios dessa sociedade. O panoptismo de Foucault (2002) encontra sua verificação neste momento histórico de maneira mais ampla e mais precisa, devido aos avanços tecnológicos, que permitem espaços constantemente vigiados.

Dentro dessa perspectiva, Souza (2006, p. 21) faz uma analogia entre a prisão e a *ágora*. A *fragmentação do tecido sociopolítico-espacial*, resultado das desigualdades e da carência de Estados (como o Brasil), “em processo de dissolução, ou mesmo que nunca chegaram a alcançar razoável consistência institucional”, torna o espaço vivido em prisão. Prisão para os ricos e para a classe média que se enclausuram em (com) domínios, e para os pobres segregados pelas

dinâmicas excludentes do capital, que viram reféns da criminalidade dentro do varejo de drogas, tornando prisioneiros tanto os não-envolvidos com o tráfico, assim como os envolvidos com este comércio, pois não podem sair de seus territórios, já que vivem sobre constante ameaça.

O crescimento da prisão resulta no enfraquecimento da *ágora* enquanto esfera de discussão política sobre os caminhos da cidade. Essa *ágora*, ao ser enfraquecida, é o espaço público. A busca pela retomada da *ágora* é vista pelo autor como a única possibilidade de libertar-se das prisões em que vivemos. Neste sentido, corroboramos com a idéia do autor, entretanto, cabe ressaltar que buscamos com a *ágora*, a ampliação da participação política dos indivíduos, sem exceções, ao contrário da sociedade grega que libertava alguns dentro da *ágora*, e aprisionava outros tantos no *oikos* (esfera privada do lar).

## 5.1 A SOCIABILIDADE PÚBLICA NOS PARQUES URBANOS DE PORTO ALEGRE

Na leitura que fizemos dos parques urbanos de Porto Alegre, pudemos perceber que, embora esses espaços apresentem as condições para a produção da sociabilidade pública, eles possuem limites, de modo que a sociabilidade passa a fazer par com a segregação instaurada pela forma de produção do espaço urbano dentro do sistema econômico e político vigente. A sociabilidade dentro do espaço urbano, e dentro dos espaços públicos que nele existem, passa a ser segmentada (SOBARZO, 2004). A *(não) produção de sociabilidades* é a dinâmica que persiste dentro dos espaços públicos das grandes cidades na contemporaneidade. É a afirmação dos processos geradores de sociabilidade pública, concomitante a sua própria negação. É a linha tênue entre a total segmentação da vida pública e a reprodução do espaço público pela aceitação da diferença através da tolerância.

Burgos (2006), a partir de sua investigação sobre parques urbanos de São Paulo, tem uma leitura do processo que se aproxima do que estamos querendo ressaltar, quando falamos em *(não) produção de sociabilidades*:

[...] o parque urbano não se realiza plenamente como espaço público, uma vez que interesses privados articulados em ações estratégicas, intencionadas, ditam comportamentos, percursos, regulamentando o uso,

selecionando usuários, restringindo a apropriação desejada, sob a retórica de garantir o “bem estar de todos”. Mas nesse embate se redefinem territórios, vão se redefinindo novas territorialidades - no próprio parque e em seu entorno, que suscitam e renovam os conflitos. (BURGOS, 2006, p. 302)

No que tange a esse debate, é importante ressaltar que o espaço público, em particular o parque urbano, guarda em si a possibilidade de acirrar a segregação e ao mesmo tempo de produzir a sociabilidade pública pela visibilidade das diferenças, que se mostram a partir de territorialidades, por exemplo. Desse fato emergem conflitos que podem suscitar na própria afirmação do espaço público, enquanto *lócus* das diferenças, do direito de ver e ser visto (BURGOS, 2006). Essa situação foi bastante perceptível, em nossos trabalhos de campo, dentro do Parque Farroupilha, onde a diversidade de usos constrói um espaço recortado por diferentes territorialidades – *punks* (Figura 26), malabaristas (Figura 27), cachorreiros, metaleiros, percussionistas, vendedores ambulantes, homossexuais, boleiros, idosos, michês e demais usuários – que se revezam no tempo e espaço, e que apesar de uma convivência pública segmentada fundam um espaço onde o exercício da convivência é a cada dia renovado. E mesmo os conflitos que podem advir da diferença são capazes de reforçar o caráter público desse espaço.



Figura 26 - Fotografia dos *Punks* e Roqueiros no Monumento ao Expedicionário, no Parque Farroupilha

Fonte: Felipe Silveira de Souza (Dez. 2007)



Figura 27 - Fotografia dos Malabaristas no Parque Farroupilha, próximos ao Auditório Araújo Viana

Fonte: Felipe Silveira de Souza (Dez. 2007)

Devemos entender que o espaço público é o lugar da visibilidade na cidade, onde os diferentes se encontram e se conflitam. Nas palavras de Graça (2007), o espaço público:

Por ser um espaço eminentemente social, é também espaço de representação, no qual a sociedade se faz visível. Será assim possível ler e compreender no espaço público, a expressão do fervilhar de forças que habitam a cidade. (GRAÇA, 2007, p. 2)

Nos parques Chico Mendes e Moinhos de Vento, pelo que compreendemos em nosso trabalho de campo, a diversidade de usos é pequena, porque são espaços públicos já construídos em bairros diferenciados pela segregação existente no âmbito da cidade como um todo. Neste sentido a maior homogeneidade da população dos bairros onde estão inseridos tais parques, diminui as possibilidades do conflito entre as classes e grupos sociais. Entretanto, cabe ressaltar que o Parque Moinhos de Vento resalta a homogeneidade enquanto lugar de uma classe média-alta, enquanto o Parque Chico Mendes é marcado pela população de menor renda.

A relação contraditória, porém instauradora, entre a norma e espontaneidade, permite a renovação dos conflitos que dão vida ao espaço público. Norma e espontaneidade possuem a capacidade de permitir e restringir o uso do espaço. A tensão existente e estabelecida por esse par é essencial na consolidação do espaço enquanto público. Acerca desse debate devemos destacar a importância de compreender o par formado entre a espontaneidade e a norma dentro dos parques urbanos de Porto Alegre

Podemos dizer que o par formado entre espontaneidade e norma está mais presente no Parque Farroupilha do que nos parques Moinhos de Vento e Chico Mendes. No Parque Farroupilha, a posição de centralidade em Porto Alegre, aumenta a acessibilidade deste local, permitindo com que a diversidade se encontre de forma mais intensa. Nesse sentido, a espontaneidade que recorta o espaço em múltiplas territorialidades gera o conflito que é mediado pela norma, que é constantemente recriada através dos incessantes conflitos, encontros e desencontros.

No Parque Chico Mendes, a norma é a essência da criação deste espaço segregado (bairro) de forma induzida pelo Poder Público. A periferização da população carente é resultado da norma imposta pelo sistema econômico que encontra abrigo no Estado, definindo os lugares do habitar entre as diferentes classes sociais no conjunto da cidade. A falta de moradias para a população desprovida de renda é um resultado desse processo. O Parque Chico Mendes dentro deste contexto será ocupado por moradias irregulares. Em virtude desta carência, também, se enraíza nessas comunidades carentes o varejo do tráfico de drogas. Desse fato emergem situações de violência que inibem a presença da diversidade. Embora tenha perdido sua força no Parque Chico Mendes, o tráfico de drogas e sua ação violenta inibem um uso mais pleno deste espaço público. Esse fato colabora para a depredação no parque (Figura 28).



Figura 28 - Fotografia do banheiro depredado no Parque Chico Mendes  
Fonte: O autor (jun. 2006).

No Parque Moinhos de Vento, a diversidade de uso é controlada pela norma implícita nas formas de uso do parque, nos comportamentos e na estética (forma de vestir) dos usuários, que criam um constrangimento para quem não se apresenta dentro dos padrões estabelecidos em uma espécie de pacto velado. Qualquer grande rompimento com a norma gera uma grande uma intervenção estatal de modo a restabelecê-la. Um exemplo é o combate feito pela prefeitura em relação aos *tuneiros* (Figura 29). Em reportagem do Jornal Correio do Povo (15/08/2005) intitulada “Ação investiga poluição sonora” destaca-se uma intervenção da Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC) e da SMAM, com vistas a controlar o volume da música ouvida por jovens em carros estacionados junto ao Parque Moinhos de Vento. Em outra reportagem do Jornal Correio do Povo (06/02/2006) com a manchete “Capital sofre com poluição sonora”, o diretor de Trânsito e Circulação da EPTC, José Govinatzki, afirma que é muito difícil diminuir o som alto dos carros, pois ao perceberem a fiscalização, os jovens motoristas diminuem o volume dos carros. Porém, nos últimos meses de nossa pesquisa, nossos trabalhos de campo mostram que houve uma diminuição deste tipo de grupo no parque.





Figura 29 - Fotografia de *Tuneiros* no estacionamento do Parque Moinhos de Vento

Fonte: Felipe Silveira de Souza (Dez. 2006).

O par entre norma e espontaneidade, como já fora dito, deve ser considerado a nosso ver, pois nesta relação dialógica está inserido o debate sobre a acessibilidade. A acessibilidade é uma das características mais importantes do espaço público, e sua abertura será maior ou menor, dependendo da intensidade da relação entre espontaneidade e norma. Um mundo baseado totalmente na norma seria restritivo. Um mundo baseado na total espontaneidade seria um espaço livre em constante conflito. O jogo entre norma e espontaneidade estabelece a convivência entre os grupos e a existência da diferença pela condição da acessibilidade.

Porém o que percebemos pela análise que fizemos nos parques de Porto Alegre, é que a norma está se sobrepondo à espontaneidade. O principal agente normatizador é o Estado.

O Estado é um agente normatizador e, muitas vezes, está comprometido com determinados grupos sociais, que exigem ações efetivas contra outros. Aqui temos um exemplo de como a ação do Estado, por vezes, determina quem deve/pode usar um determinado espaço, deformando a noção de público. O seguinte trecho foi retirado de um projeto da prefeitura de Porto Alegre, acerca da revitalização do Mercado do Bom Fim, que fica junto ao parque da Redenção.

[...] O Mercado do Bom Fim, embora tendo sido reconstruído, vem sofrendo há alguns anos, com fatores externos que acabaram por degradar a imagem do mesmo, assim como do seu entorno, ou seja, com a insegurança daquela região, iluminação pública deficiente, comércio informal e irregular no entorno do Mercado, falta de incentivos/atrativos culturais; presença de grupos/ “tribos” que monopolizam o espaço, contribuindo para o afastamento de clientes e visitantes, falta de estacionamento para os visitantes, entre outros.

A SMIC<sup>34</sup>, em 2003, sensibilizada com a situação, visando amenizar o problema, em particular, da ocupação por “tribos de punks” e outros; realizou nos finais de semana, junto ao MBF, vários eventos como exposições de fotos, mostras de artesanato, procurando a maior ocupação dos espaços em torno do Mercado.

O objetivo geral do projeto tem a seguinte definição:

Revitalizar a área do Parque Farroupilha onde o Mercado do Bom Fim está inserido, buscando o desenvolvimento econômico e sócio-cultural daquele importante bem cultural, turístico e de lazer da cidade de Porto Alegre, tornando-o mais atrativo, **como espaço democrático**, onde **todos os cidadãos** possam desfrutar do que é oferecido pelo mercado e seu entorno, o qual se conjuga aos demais equipamentos que compõe o Parque Farroupilha. (grifo nosso).

A primeira das justificativas apontadas no projeto é a seguinte:

Minimizar a ocupação por grupos/“tribos” que monopolizam o espaço e assim contribuir para o regresso de visitantes, turistas, famílias, dentre outros **clientes** que se afastaram do local. (grifo nosso)

Fica visível que os punks não são considerados pelo poder público como cidadãos que possam fazer parte de um espaço democrático. Neste sentido torna-se claro que o consumo é a atividade mais importante a ser produzida no espaço citado, por isso, as ações públicas se concentram em promover o retorno dos clientes. Ou seja, as ações públicas tentam quebrar o monopólio dos punks para dar início ao monopólio dos clientes.

O resultado desse processo, é que atualmente, nem *punks*, nem clientes usam esse espaço, que se encontra em parte fechado. Afinal, o espaço é muito mais dinâmico do que a ação do agente racionalizador, neste caso da visão técnico-burocrática do Estado. Trata-se de um espaço esvaziado de sentido pela dureza da norma que não conseguiu atingir seu objetivo de maneira plena, pois não trouxe o

---

<sup>34</sup> Secretaria Municipal de Indústria e Comércio



retorno dos clientes, porém foi conquistada a meta, por parte da ação estatal, de afastar daquele ponto os *punks* que davam vida aquele local.

## 5.2 A VIGILÂNCIA E A SEGURANÇA NOS PARQUES URBANOS DE PORTO ALEGRE

Uma das grandes questões que reafirmam as dinâmicas da *(não) produção do espaço público* é a preocupação da população e do próprio Estado com relação à segurança. O sentimento que se tem em relação ao espaço público é de que ele se tornou um espaço muito inseguro, onde os riscos assumem maiores proporções. Esse sentimento provoca o esvaziamento do espaço público. Esse sentimento é balizado por um aumento da criminalidade realmente existente. Entretanto, o esvaziamento do espaço público só intensifica o sentimento de medo, o que gera mais recusa em conviver nesse espaço.

Reflexo de uma extensa crise de valores, identificamos em muitos novos comportamentos colectivos uma evidente “agorafobia”, decorrente de um medo ou desconforto na utilização do espaço público, dado que este não é reconhecido como um espaço protector, nem como um espaço protegido. Isto é, não proporciona segurança ou apresenta utilidade, a um conjunto alargado de indivíduos. (GRAÇA, 2007)

Desse fato emerge a busca pela homogeneidade das relações sociais, quando o indivíduo busca estabelecer a aproximação somente entre iguais, em termos de classe e/ou grupo social. Desse fato emergem uma série de mercadorias que oferecem a possibilidade do encontro selecionado, programado, entre indivíduos com um estilo de vida semelhante. É o caso da oferta de condomínios fechados, de lazer privado etc.

Mas o indivíduo não abandona totalmente o espaço público, basta que lhe sejam dadas algumas garantias que existem em ambientes de lazer privado. Nesse sentido, a norma opera através dos sistemas de vigilância. A aceitação do panótico é uma das características das novas dinâmicas sociais que operam atualmente nos espaços públicos de nossas cidades.

Entretanto, a vigilância, assim como a lei – até porque o “olhar que monitora” se faz respeitando os preceitos ditados por ela (ou pelo menos deveria ser) – assim como pode realizar a reocupação plena do espaço público, pode programar, definir, estabelecer, determinar seu uso. Nesse sentido, a possibilidade de existência da diferença pode ser minada pela dureza da norma que visa estabelecer o controle dos corpos.

É importante ressaltar que o poder disciplinador emana, segundo Foucault (2005) da/na configuração do espaço, e para que este se estabeleça é necessária a visibilidade dos corpos. Nesse sentido, todo sujeito é um vigia em potencial. Isso aplicado à questão da segurança pode garantir um maior uso pela presença do olhar dos sujeitos diversos. O olhar de sujeitos diversos reafirma a relação existente entre a norma e a espontaneidade, na medida em que dá a segurança necessária para as ações em público, ações estas que são limitadas pelo conjunto de regras estabelecidas entre os próprios sujeitos que vigiam e são vigiados.

Nos parques Farroupilha e Moinhos de Vento já existem câmeras de vigilância (Figuras 30 e 31). No Parque Farroupilha essas câmeras buscam conter os atos de vandalismo cometidos contra monumentos, além de ampliar o controle da área, garantindo a segurança. Essas câmeras vigiam constantemente o Monumento Expedicionário, que já foi alvo de pichações, mesmo depois de reformado. Cabe salientar que nos domingos ao fim da tarde, o local é ponto de encontro de tribos de adolescentes identificados com a cultura *rock* (e às vezes com a cultura *punk*). O espaço é visivelmente marcado pela presença massiva de adolescentes que adotam uma postura notável pela estética onde predomina a cor preta. Ao instalar as câmeras no local, o poder público (Estado) inibe certas posturas desses grupos, dissolvendo a espontaneidade de suas manifestações culturais. É certo que esta inibição pode promover o uso do espaço por outros grupos que não utilizavam aquele ponto pelo constrangimento gerado por não pertencer àqueles determinados grupos. Entretanto, a manifestação cultural desse grupo que só acontece naquele momento específico da semana (domingo à tarde), acaba se limitando. Isso representa uma diminuição da acessibilidade, na medida em que o controle é ampliado. A mesma dinâmica ocorre no Parque Moinhos de Vento, onde a câmera está instalada junto ao estacionamento, local utilizado pelos *tuneiros* (mencionados no subcapítulo anterior), inibe a ação desse grupo.



Figura 30 - Fotografia da câmera de vigilância no Parque Farroupilha (poste à esquerda)

Fonte: Felipe Silveira de Souza (dez. 2007)



Figura 31 - Fotografia da câmera de vigilância no Parque Moinhos de Vento (poste à esquerda)

Fonte: Felipe Silveira de Souza (Dez. 2007)

As câmeras de vigilância (assim como as parcerias com a iniciativa privada, descritas no capítulo 3), em termos de controle, são vistas como uma solução mais interessante pelo governo municipal atual, do que o cercamento dos parques, assunto que constantemente é debatido na cidade.

No mês de março do ano de 2003, por exemplo, foram roubadas do Parque Farroupilha diversas placas de bronze de grande parte dos monumentos existentes no parque. Em virtude disso, muitas peças foram guardadas (Figura 32). Além desse fato, o roubo de placas trouxe à tona, novamente, o debate sobre o cercamento do Parque Farroupilha. Logo após esse fato, foi encaminhado um projeto à Câmara Municipal, pelo vereador Elias Vidal (PTB), com vistas a cercar esse parque.



Figura 32 - Fotografia das peças de bronze guardadas em salas fechadas no Parque Farroupilha

Fonte: Felipe Silveira de Souza (Jun. 2006)

O último debate mais acalorado sobre o cercamento ocorreu entre 2005 e 2006, por conta de um projeto encaminhado para a Câmara Municipal que visava criar um plebiscito, no qual a população de Porto Alegre iria decidir pelo fechamento ou não de parques urbanos com mais de cinco hectares<sup>35</sup>. No que tange a nossa

---

<sup>35</sup> Projeto do vereador Ibsen Pinheiro (PMDB).

pesquisa significaria dizer, que todos os parques estudados seriam cercados<sup>36</sup>, caso a população fosse favorável a essa medida. O projeto de lei que previa esse plebiscito foi rejeitado em 29 de março de 2006, com 17 votos (desfavoráveis ao projeto) contra 11 votos (favoráveis ao projeto).

A administradora do Parque Moinhos de Vento, Gisalma Puggina, em entrevista concedida a esta pesquisa, se mostrava a favor do cercamento, nem tanto por causa da insegurança, mas por causa do vandalismo (pichações em bancos, roubos de mudas, bancos derrubados, lixeiras arrancadas, fios de luz cortados). As câmeras também colaborariam para inibir isto, mas, na sua opinião, o cercamento resultaria mais eficiente.

Cleusi Coelho da Rosa, administrador do Parque Chico Mendes, não nos deu uma posição sobre o cercamento na entrevista concedida a este trabalho. Mas vale lembrar que o Parque Chico Mendes possui telas (que são constantemente roubadas) nos seus limites. O próprio administrador admite a importância de se ampliar o número de entradas no parque para uma ação mais efetiva da polícia.

Em sua entrevista, o ex-administrador do Parque Farroupilha, Clóvis Breda, afirma que esse debate sobre cercamento está relacionado com as discussões sobre a segurança, assunto predileto em anos eleitorais. Porém, o debate sobre o cercamento, na opinião dele, possui uma relação superior com a necessidade de preservação do patrimônio público, do que com a insegurança, na mesma linha da administradora do Parque Moinhos de Vento. Segundo Breda, o uso do parque enquanto rota de fuga de crimes cometidos fora do parque, também intensifica o debate sobre o cercamento, pois aumentam as reclamações da comunidade do entorno exigindo tal providência. Toda essa polêmica é acentuada, para Breda, pela ação da mídia.

A mídia realmente tem um papel muito importante nesse debate. Paulo Sant'Ana, conhecido jornalista da cidade de Porto Alegre, é um dos mais ferrenhos defensores do cercamento dos parques, assunto que é freqüentemente debatido em seus artigos no Jornal Zero Hora. Na década de 1970, o jornalista Paulo Sant'Ana, então vereador pela ARENA, chegou a apresentar um projeto que visava o cercamento do Parque Farroupilha. Em artigo intitulado "Gaúchos feitos de trouxas",

---

<sup>36</sup> Cabe salientar que o Parque Chico Mendes já é cercado. Entretanto, como o cercamento é feito com telas, estas são constantemente furtadas. Além disso, não existem portões que são fechados à noite.

do dia 15/08/2006 (Jornal Zero Hora, p. 51), consternado pela depredação ocorrida no Recanto Oriental do Parque Farroupilha, Paulo Sant'Ana, afirma que não cercar os parques é “uma burrice que atravessa os séculos”. No artigo defende a idéia que a falta de investimentos no Parque Farroupilha está relacionada com o vandalismo, que intimida a prefeitura, em convivência com a sociedade, de implementar melhorias, pois elas tendem a ser depredadas.

Em outro artigo, do dia 24/07/2006 chamado “As Cercas Libertárias”, o mesmo jornalista faz grandes elogios à construção do Parque Alemanha (Germânia), que para ele provou a possibilidade do estabelecimento de áreas públicas cercadas. O Parque Alemanha prova, pela sua boa conservação e higiene, que a depredação é feita por “vândalos” que agredem o parque à noite e não pelos usuários diurnos. As cercas, na concepção do autor, garantem a segurança necessária para que o uso da área seja estabelecido.

Dá gosto ver aquelas fileiras imensas e simétricas de bancos com as pinturas intocadas, nenhuma depredação, as famílias caminhando nos passeios, uma higiene e uma organização invejáveis. Os céticos finalmente acreditaram: há vários portões dando acesso às pessoas, o parque é inteiramente cercado, mas aberto e ofertante para o público, quando os que não querem cercar os parques públicos pensavam erradamente que as cercas tinham o objetivo de impedir a entrada do público.

Nada disso, os portões são feitos para que as pessoas entrem nos parques por eles. E saiam. Ficam cercadas lá dentro, mas livres. É imposta a elas apenas a circunstância de ter de sair por portões, podendo ser seguramente responsabilizadas por desordem ou destruição. (SANT'ANA, Jornal Zero Hora, 30/07/2006, p. 35)

Nesse artigo, o jornalista diz que foi necessário que a iniciativa privada, através da construtora Goldsztein, estabelecesse uma parceria com a prefeitura, para que um parque fosse criado com cercas. Pelo fato do projeto ter sido, segundo Sant'Ana, bem executado, o cercamento dos demais parques da cidade deve ser a meta a partir de então.

Outros articulistas já se manifestaram favoráveis ao cercamento, tais como Martha Medeiros, Liberato Vieira da Cunha, Luiz Zini Pires, Paulo Brossard, Luiz Antônio de Assis Brasil. Este último autor em um artigo publicado pelo Jornal Zero Hora de 26/02/2006 (p.18) intitulado “Cercar para libertar”, afirma que as cercas são necessárias para garantir a segurança necessária ao *ir* e *vir* dos cidadãos. O autor justifica as posições contrárias pelo sentimento de vassalagem que opera sobre os

brasileiros, nos quais existe a “invariável sensação de que a autoridade é algo distinto de nós, que é estranha a nós, e que está agindo sempre contra nós.” Os cidadãos possuem outra mentalidade, pois entendem que o poder público “foi escolhido por nós, e exerce o poder em nosso nome”. Nesse sentido, o autor afirma que “só uma nação de pessoas livres permite-se cercar os seus parques”.

Esses articulistas emitem uma opinião que compactua com o que queremos chamar de *enrijecimento da norma frente à espontaneidade*. O cercamento é a forma física pelo qual este enrijecimento ocorre. O parque cercado torna-se, para seus defensores, a única possibilidade de garantir a liberdade necessária ao uso do espaço público.

O problema é que ao acentuar a rigidez da norma, ocorre um desequilíbrio na relação que ela estabelece com a espontaneidade. Desse fato é possível afirmar que os processos que permitem um uso mais pleno dos parques pela diversidade que compõe a sociedade podem ser comprometidos, pelo controle e pela programação da interação dos sujeitos. O controle e a programação são processos que inibem a espontaneidade, e nesse sentido, os estatutos que garantem a existência da vida pública passam a não ser questionados e a experiência coletiva passa a ser enrijecida.

O debate sobre a segurança é bastante importante na medida em que redefine as possibilidades de produção de sociabilidades dentro do espaço público contemporâneo. O enrijecimento da norma que avança com a ampliação do discurso sobre a segurança tende a reforçar a negação da produção de sociabilidades em detrimento de sua afirmação. Não existe grade libertadora, esse discurso elitista só compromete a vida do e no espaço público, porque fere aquilo que ele possui de mais importante, a possibilidade de fazer aflorar a democracia.

## 6 DEMOCRACIA, COMPLEXIDADE E ESPAÇO PÚBLICO: INTERAÇÕES E POSSIBILIDADES

O que procuramos fazer ao longo deste trabalho foi demonstrar que o espaço público é uma realidade complexa, ou seja, nele ocorre a interação de múltiplas dimensões da vida em sociedade. Nesse sentido, acreditamos que o trabalho traz para o debate o fato de que é restrito pensar o espaço público apenas a partir de sua dimensão política, mesmo que esta seja a origem da produção desta forma de espacialidade. Dessa forma, a busca pela compreensão do espaço público contemporâneo exige um olhar complexo à luz da proposta teórica de Edgar Morin.

Portanto, o espaço público que surge no seio do debate político como *lócus* dos enfrentamentos e dos consensos, das rupturas e das associações, das emancipações e das sujeições, hoje está em *inter-retroação* com outras dimensões que se acentuam na sociedade contemporânea, tais como a dimensão econômica e a dimensão cultural, produzindo transformações na vida social vivida de forma coletiva e pública, enfim nas sociabilidades. Desse debate surge a importância de discutirmos o papel da democracia, de suas transformações e de suas características, nas relações estabelecidas em sociedade.

O resultado das *inter-retroações* que ocorrem no espaço público contemporâneo, (re) produzindo-o, é o surgimento de sociabilidades cada vez mais segmentadas. Os espaços públicos se afastam cada vez mais do ideal de encontro e se tornam espaços de desencontro e/ou de encontros programados entre indivíduos iguais (do mesmo grupo ou classe social) e/ou são abandonados por eles. Por isso, utilizamos ao longo desta pesquisa a expressão *(não) produção de sociabilidades*, para que fosse compreendida a relação concomitante e antagônica de afirmação e de negação do espaço público enquanto gerador de relações sociais estabelecidas em público (debatida especialmente no quinto capítulo). Os parques urbanos que estudamos são locais que promovem o encontro, daí sua afirmação enquanto espaço público. Entretanto, os parques urbanos também são locais de encontros cada vez mais segmentados, ou seja, geram encontros selecionados, programados, que produzem um espaço de baixa diversidade, negando a essência pública desta espacialidade.



Em todos os parques que estudamos percebemos as relações de afirmação e de negação do espaço público. No Parque Farroupilha, em nossas pesquisas de campo, constatou-se um espaço que produz muitos encontros, porém esses encontros ocorrem de forma segmentada, de acordo com diferentes grupos sociais. O Parque Farroupilha é um espaço gerador (e possibilitador) de territorialidades. A nosso ver, isso destaca o papel do espaço público como promotor do encontro no interior das territorialidades, mas reforça o papel do desencontro na relação existente entre as diferentes territorialidades. Mesmo assim, é possível dizer que o Parque Farroupilha dentre os parques estudados é aquele que conserva mais as suas características de espaço público, pois a relação entre os diferentes grupos sociais produz a tolerância e o conflito necessário para que haja a construção da democracia. Segundo Morin (2003, p.195), “a democracia constitui a união da união e da desunião; alimenta-se endemicamente de conflitos que lhe dão vitalidade”. A democracia é fundamental para que se estabeleça um espaço público próximo do ideal.

Os parques Moinhos de Vento e Chico Mendes são espaços que também reproduzem as dinâmicas de *(não) produção de sociabilidades*. Entretanto, se diferenciam do Parque Farroupilha, pois são parques constituídos em bairros segregados, o primeiro na área nobre e o segundo na periferia pobre. O resultado desse processo é que se constituem em parques de pouca diversidade, fato que pudemos perceber através de nossas pesquisas de campo. A sociabilidade segmentada, nesse caso, ocorre, porque as classes médias-altas que predominantemente usam o Parque Moinhos de Vento não se encontram com a população de baixo poder aquisitivo do Parque Chico Mendes na medida em que a convivência pública se dá em locais distintos e, praticamente, sem intercomunicação. A cidade e seus espaços segregados tornam-se o reflexo do desencontro entre os sujeitos diferentes e do encontro limitado aos sujeitos iguais. Como produzir a democracia necessária à manutenção da sociabilidade pública se a segregação sócio-espacial, uma conseqüência da expansão capitalista do espaço urbano tende a eliminação dos conflitos?

Cabe ressaltar como já fora dito ao longo do trabalho, que a valorização desigual do espaço urbano encontra nos parques urbanos de Porto Alegre um grande apoio, como expusemos ao longo do capítulo quatro. Os parques urbanos têm sido alvos da conversão do valor de uso em valor de troca. Dentro desse

contexto, os parques urbanos das áreas mais nobres ou centrais, produzem maior valor de troca para si e para o entorno, ao contrário dos parques da periferia. Podemos observar tal situação ao constatar que a entrada de recursos tanto da iniciativa privada, quanto do próprio Estado, tende a se concentrar nos Parques Farroupilha e Moinhos de Vento. Estes parques são muito valorizados dentro do espaço urbano, e não se trata apenas de uma valorização inerentemente comercial. Trata-se de uma valorização simbólica ligada a *status*, estilo, entre outras coisas, que é convertida em valor de troca. Nesse sentido, o Parque Chico Mendes pouco tem a oferecer, pois a situação de precariedade na qual vive boa parte da população usuária do parque possui pouca capacidade de se converter em valor de troca. Desse processo, que está ligado não só a dinâmicas econômicas, mas também a dimensões políticas, pois no cerne do Estado Neoliberal emergem processos de concentração de capital, intensifica-se a segregação sócio-espacial. A democracia, como elemento que depende do conflito e da aceitação, se fragiliza na medida em que os espaços públicos, locais do encontro necessário para que ocorra o reconhecimento da diferença e para que haja o estabelecimento da igualdade de direitos, se fragmentam no tecido urbano, tornando-se segregados. Contraditoriamente, a questão da democracia que está em tão voga hoje em dia não produz espaços públicos mais próximos do ideal. Por quê?

Com relação a esta democracia tão salientada nas últimas décadas, cabe ressaltar a importância da gestão de espaços em escala micro-local (o quarteirão, o sub-bairro e o bairro, acrescentamos também os parques urbanos), que segundo Souza (2004), permite-nos uma ação mais efetiva em locais ligados aos quotidianos das pessoas. Fóruns de discussão (e deliberação) nessa escala potencializam políticas de natureza e alcance coletivos, pois permitem compatibilizar as preferências individuais/privadas com a regulação coletiva/pública do espaço.

Os parques urbanos de Porto Alegre possuem espaços de diálogo atualmente (debatidos no capítulo três), tais como os conselhos de usuários, que hoje são previstos inclusive no Regulamento de Parques Urbanos e Praças de Porto Alegre. O Conselho de Usuários é algo antigo no Parque Farroupilha, existe desde 1999, entretanto, não se afirma como um lugar de ampliação da participação política dos indivíduos. O problema é a baixa diversidade dos componentes do conselho, que não se aproxima da diversidade do parque, pela própria negação de alguns grupos e indivíduos de participar desta esfera de debate. Além disso, o conselho possui

caráter consultivo, ou seja, não permite aos indivíduos que o compõem, grandes transformações no espaço do parque. Ou seja, partindo do debate proposto por Souza (2006), quando a participação política dos indivíduos encontra barreiras que limitam sua ação diante da realidade, como os mecanismos meramente consultivos, distancia-se do ideal de *autonomia*. Souza (2006) inspirado pelo debate proposto por Cornelius Castoriadis aponta que:

A autonomia coletiva tem a ver com a presença de instituições sociais que garantem igualdade efetiva – e não apenas formal – de oportunidades aos indivíduos para a satisfação de suas necessidades e, muito especialmente, para participação em processos decisórios relevantes para a regulação da vida coletiva; em outras palavras, ela tem a ver com as instituições sociais que permitem a existência de indivíduos autônomos (livres) e de indivíduos educados para a liberdade, a sua própria e a dos outros. (SOUZA, 2006, p. 70).

Dentro desse contexto, o autor aponta a necessidade de substituirmos aos poucos a *democracia representativa* pela *democracia direta*. A democracia representativa é aquela em que os indivíduos são representados na esfera pública, por outros em menor número. A democracia direta é aquela em que o indivíduo participa diretamente da esfera pública. Quanto maior o número de participantes nas câmeras decisórias, maior será a diversidade de opiniões e mais democráticas se tornarão as escolhas da coletividade. Entretanto, no caso dos parques urbanos de Porto Alegre, os novos Conselhos de Usuários tendem a se tornar espaços mais fechados de diálogo, pois o novo Regulamento de Parques Urbanos e Praças, que institui legalmente esta instância de participação, define que apenas pessoas jurídicas podem participar desse mecanismo consultivo.

O Orçamento Participativo (OP), sempre realçado pelo papel democrático que possui no que diz respeito ao espaço público, ainda não conseguiu superar os limites de uma sociedade desigual economicamente. Como visto, no capítulo três, o Parque Chico Mendes que depende, exclusivamente, de recursos públicos, normalmente, não é contemplado pelos recursos do OP, pois nas votações as demandas normalmente atendem as necessidades privadas – moradias, saúde, saneamento básico – que são mais essenciais à vida biológica, se compreendermos pela ótica de Arendt (1991). Os parques Farroupilha e Moinhos de Vento também pouco recebem do OP, mas possuem verbas oriundas de outras fontes, como eventos e adoção.

A emergência de associações de parques foi um outro aspecto que precisou ser compreendido. As associações são importantes na medida em que possibilitam o engajamento político dos indivíduos na busca por melhorias dos parques urbanos pelos quais surgiram. Entretanto, elas lutam de forma isolada em cada parque que atuam, acentuando a disputa por recursos que impossibilitam uma leitura de conjunto e de integração dos espaços públicos da cidade. Instala-se uma *guerra dos lugares*, usando a expressão de Milton Santos (2006), no nível local, onde cada associação luta, isoladamente, por recursos públicos e privados. As associações têm, portanto, um duplo caráter, elas redinamizam os parques pelos quais lutam frente à carência do Estado, como no caso das associações existentes nos três parques estudados – principalmente no Parque Chico Mendes onde o abandono é maior – mas elas também acentuam a competição na busca por recursos. Essa competição é baseada em fatores pouco justos, pois o recurso tende a ser inserido naqueles parques que possuem maior visibilidade comercial. Neste sentido, retoma-se a questão da segregação espacial produzida por este processo e das deformações existentes na democracia atualmente, onde os mecanismos de participação não parecem ser suficientes para que as desigualdades existentes no interior das cidades possam se resolver.

Na verdade, a própria segregação sócio-espacial é um indicativo de que a desigualdade não é algo a ser combatido dentro da esfera pública. Vivemos em uma sociedade comandada por uma elite que vê no controle, na separação, na programação de usos, a única possibilidade de existência da cidade. O problema é que isso gera a própria negação da cidade. A cidade é o espaço da intensificação das relações sociais pelo aumento da densidade de interação. O controle e a programação tendem a diminuir a possibilidade dessas interações, pois define as possibilidades de uso do espaço. As câmeras de vigilância e os projetos de cercamento em Porto Alegre tendem a produzir um espaço onde a relação dialógica e equilibrada entre a norma e a espontaneidade tende a sofrer com o enrijecimento da primeira. O enrijecimento da norma frente às espontaneidades, não é o controle da sociedade pela própria sociedade, o que seria um fato democrático, mas se trata de um controle de uma parte da sociedade em relação à outra, ou seja, condiz com uma relação de domínio. O Estado, instituição normatizadora, controlado pelas elites se preocupa em eliminar as possibilidades de questionamento do *status quo* social

pela programação das vidas, em busca de algo que Morin (2003) chama de *excelência social*.

Uma excelência social necessitaria de tanta excelência de antagonismos (entre os quais a inadequação de Arrows entre os interesses individuais e o interesse geral<sup>37</sup>) que ela é globalmente inatingível. A excelência que seria a abolição total da criminalidade exigiria o controle permanente dos indivíduos, logo fortes restrições às suas liberdades e, no extremo, a transformação da sociedade em máquina carcerária/psiquiátrica. Se queremos liberdades, é preciso margens de desordem, tolerância a anomias e aceitação da possibilidade do crime.

Tudo o que se baseia na liberdade e na criatividade, está no limite da desordem e do risco de desintegração.

Como a complexidade comporta antagonismos e incerteza, a sua fragilidade não nos permite fixar uma excelência durável.

A excelência só pode ser incerta, mutante, modificável, sem otimização definitivamente determinável.

Pode-se dizer somente que a “boa” sociedade é a que gera e regenera alta complexidade. (MORIN, 2003, p. 198-199).

Morin (2003) acredita ser muito difícil o estabelecimento de uma *excelência social*, pois cairíamos em uma prisão. E realmente o total controle social ainda não passa de uma metáfora a ser explorada por filmes de ficção científica. O enrijecimento da norma não gerou o total desaparecimento da espontaneidade, como vimos nos parques pesquisados, e provavelmente não provocará este sumiço. Podemos dizer que a espontaneidade tende a ser minimizada quantitativamente, mas nesse quadro ela torna-se uma resistência pela qualidade que possui.

Mas o que quer dizer Morin (2003, p. 199), quando afirma que “a ‘boa’ sociedade é a que gera e regenera a alta complexidade”? O autor aponta dois tipos de sociedade, as de baixa complexidade e as de alta complexidade. As sociedades de baixa complexidade são aquelas onde predominam a dominação e a exploração da sociedade pela cúpula, pelo centro de poder, e por isso a presença de forte coerção. São sociedades em que existe a predominância do programa em relação à estratégia, e desse fato, produz indivíduos com pouca autonomia e um espaço baseado na otimização simplificadora (racionalidade e funcionalidade).

As sociedades de alta complexidade permitem a existência dos antagonismos e do debate sobre os diferentes interesses, no interior das leis democráticas, tolerando desordens e incertezas. Essas sociedades estão prontas para assumir os riscos. Para o autor a sociedade de alta complexidade: “Dissemina, retroativamente,

---

<sup>37</sup> Arrows afirma que a soma das “preferências individuais não pode constituir uma escolha coletiva de interesse geral” (MORIN, 2002, p. 169).

as suas emergências sobre o conjunto de indivíduos, que dispõem da possibilidade de controlar os controladores. A alta complexidade comporta a autonomia individual e o civismo” (MORIN, 2003, p. 190).

Entretanto, o autor afirma que as sociedades contemporâneas oscilam entre a baixa complexidade (tirania) e a alta complexidade (democracia plena). Porém, as sociedades de alta complexidade têm sido ameaçadas na contemporaneidade.

A alta complexidade é, contudo, ameaçada, nas sociedades contemporâneas, pelos progressos que a possibilitaram: na medida em que a técnica e a burocracia desempenham um papel cada vez mais importante, vastos setores da vida dos indivíduos são invadidos pela lógica da máquina artificial (hiperespecialização, mecanização, cronometrização, uniformização). A avalanche tecno-econômica homogeneizadora tende a eliminar a diversidade. Daí o aparecimento de novos problemas [...] (MORIN, 2003, p. 191).

As sociedades de alta complexidade, segundo Morin (2003), se organizam na incorporação da dialógica entre ordem e desordem. É o que o autor chama de *espontaneidade eco-organizadora*. A sociedade humana não pode funcionar como uma máquina programada, em que tudo se pode prever. A humanidade não existe sem a desordem. A sociedade tende, mesmo em situações mais extremas de controle, a produzir a desordem que pode garantir a (re) organização da própria, estabelecendo uma nova ordem. Para Morin, as cidades se assemelham ao cérebro humano, pois constituem um turbilhão permanente de ordem/desordem/organização por meio de múltiplas interações e retroações. O autor afirma que “há nas cidades grandes um fermento libertário que faz parte do ser social” (MORIN, 2003, p. 192).

Reconhecer isso significa que a cidade é o espaço no qual a intensidade das relações sociais pode construir uma sociedade de alta complexidade, ou seja, avançar para a plenitude das relações democráticas e autônomas entre os indivíduos.

Contudo, para que possamos avançar e construir bases sólidas para a democracia, nossa pesquisa aponta que devemos reconstruir as formas de gestão dos espaços públicos (parques urbanos), que atualmente se assentam nas novas relações entre a sociedade civil e o Estado (neoliberalismo), e lutar contra esta valorização desigual do espaço produzida pela conversão do valor de uso em valor de troca, que colaboram para um quadro de *(não) produção de sociabilidades* no interior dos espaços públicos. Enquanto, as sociabilidades estiverem ainda sendo

produzidas nos parques urbanos, praças, ruas e cidades, o espaço público ainda continuará vivo mesmo em transformação. Entretanto, a emergência de sua negação, constrói uma sociedade cada vez mais intolerante e menos aberta à compreensão e à aceitação da diferença, ou seja, menos democrática. Como superar os problemas da cidade se os locais do encontro entre os diferentes estão cada vez mais fragmentados (assim como a própria cidade)? A cidade de indivíduos que não se (re) conhecem será capaz de superar as barreiras que ela mesma se impôs? Gomes (2002) aponta o seguinte caminho:

[...] as práticas sociais não são independentes de uma certa organização espacial, e reconstituir uma esfera pública implica redefinir o espaço, em suas dimensões físicas e simbólica. [...] uma nova sociedade demanda novas formas de ordenamento territorial. (GOMES, 2002, p. 191)

Como produzir um ordenamento territorial que observe as necessidades da democracia e da autonomia dos indivíduos? O Estado capitalista e a sociedade contemporânea são as bases para tal movimento? Reconstruir o espaço talvez seja necessário, mas como o próprio autor afirma será preciso uma nova sociedade.

A ciência como produto da sociedade também deve se repensar. A cidade e seus fenômenos sociais são problemas que devem ser encarados de maneira integradora, contextualizada, enfim, de forma complexa.

Nesse sentido, foi muito importante compreender a realidade dos parques urbanos de Porto Alegre a partir da perspectiva complexa. O paradigma da complexidade de Edgar Morin (2002, 2003) busca o rompimento com a redução e com a disjunção do conhecimento. A produção de nossa dissertação teve como premissa a dialogicidade entre a implicação/distinção/conjunção para romper com os erros cometidos pelas reduções e disjunções provocadas por uma ciência cartesiana. Procuramos mostrar as *distinções* dos processos (segregação sócio-espacial, valorização fundiária, relação Estado-sociedade civil, produção de sociabilidades) em diferentes lugares para reconstruir aquilo que está em *conjunção*, no caso pesquisado, a questão do espaço público (e de toda sua multidimensionalidade) no conjunto de uma cidade. Essa construção teórico-metodológica foi realizada de modo *implicado*, amalgamando *distinção* e *conjunção*.

Reconhecer os problemas como complexos, é o primeiro passo rumo à construção de uma nova sociedade. Entretanto, a complexidade não pode servir apenas como um modo de diagnosticar problemas. Ela deve ser incorporada às ações dos indivíduos na vida em sociedade. A democracia (em sua complexidade) no seu sentido mais radical, de governo do povo, deve ser a meta de nossa sociedade rumo ao estabelecimento de um espaço público mais próximo do ideal. Segundo Morin (2002):

A democracia constitui, portanto, um sistema político complexo, no sentido que vive de pluralidades, concorrências e antagonismos, permanecendo como comunidade. [...]

[...] O desenvolvimento das complexidades políticas, econômicas e sociais nutre os avanços da individualidade. Esta se afirma em seus direitos (do homem e do cidadão) e adquire liberdades existenciais (escolha autônoma do cônjuge, da residência, do lazer...). (MORIN, 2002, p. 109).

A sociabilidade pública só será plena quando for resgatada a democracia enquanto ideal, de modo que a igualdade sirva para comportar as diferenças, e que as diferenças permitam o estabelecimento de relações de igualdade. A existência dos parques urbanos é fundamental nesse processo de re-estabelecimento de relações sociais mais democráticas e autônomas, pois é a materialidade que estrutura a existência dos conflitos e das mediações, que permite o constante embate entre norma e espontaneidade, entre ordem e desordem. Enfim, que produz vida em sociedade.



## REFERÊNCIAS

ARENDT, H. **A condição humana**. 4.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

ASSIS BRASIL, L. A. Cercar para libertar. **Jornal Zero Hora**, Porto Alegre, 26 fev. 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR14724**: Informação e documentação - Trabalhos acadêmicos - Apresentação. 2.ed. Rio de Janeiro: 2005.

\_\_\_\_\_. **NBR6023**: informação e documentação - Referências - Elaboração. Rio de Janeiro: 2000.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade**: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BORGES, F. C.; MASCARENHAS, G. Empreendedorismo do Pan versus Gestão Democrática da cidade: a luta em torno da Marina da Glória como espaço de lazer. In: **Anais do VII Seminário Lazer em debate**. Rio de Janeiro: CD-ROM, 2006.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 10.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BURGOS, R. Parques urbanos na metrópole paulista: conflitos socioespaciais no uso de espaços públicos em áreas residenciais segregadas. In: OLIVEIRA, A. U.; CARLOS, A. F. A. (Org.). **Geografia da metrópoles**. São Paulo: Contexto, 2006, p. 301-319.

CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de muros**: crise, segregação e cidadania em São Paulo. 2.ed. São Paulo: Edusp, 2003.

CANCLINI, Néstor García. **Imaginaris urbanos**. Buenos Aires: Editorial Universitária de Buenos Aires, 1997.

CASTRO, I. E. Espaços públicos: entre a publicidade e a política. In: **Alceu Revista de Comunicação Cultural e Política**. Rio de Janeiro: PUC, v. 4, n. 8, p. 141-154, 2004.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. 6.ed. São Paulo: Contexto, 2001a,

\_\_\_\_\_. **Espaço-tempo na metrópole**: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001b.

CARLOS, A. F. A. O direito à cidade e a construção da metageografia. In: **CIDADES - Revista Científica**. Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, v. 2, n. 4, p.221-247, 2004.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. 21.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

FOTOS ANTIGAS RIO GRANDE DO SUL. **Fotos**. Disponível em: <<http://fotosantigas.prati.com.br>>. Acesso em 12 dez. /2007.

GOMES, P. C. C. **A condição urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

\_\_\_\_\_. O silêncio das cidades: os espaços públicos sob ameaça, a democracia em suspensão. In: **CIDADES - Revista Científica**. Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, v. 2, n. 4, p. 249-265, 2004.

GRAÇA, M. S. **Espaços públicos e uso colectivo de espaços privados**.

Disponível em:

<<http://ecultura.sapo.pt/Anexos/<<EspaçosPublicos&Privados>>%20.pdf>>. Acesso em: 16 jun 2007.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma nova categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HAESBAERT, R.; GOMES, P. C. C. O espaço na modernidade. In: HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002, p. 77-100.

HICKEL, H. T.; ALBANO, M. T. F.; PAVLICK, I. M. B.; BETTIOL, D. A organização urbana. In: MENEGAT, R; PORTO, M. L.; CARRARO, C. C.; FERNANDES, L. A. D (Coord.). **Atlas ambiental de Porto Alegre**. 3.ed. Porto Alegre: UFRGS, 2007, p. 107-118.

JORNAL CORREIO DO POVO. **Ação investiga poluição sonora.** Porto Alegre, 15 ago. 2005.

\_\_\_\_\_. **Anunciada reconstrução do Auditório.** Porto Alegre, 16 maio 2007.

JORNAL CORREIO DO POVO. **Capital sofre com poluição sonora.** Porto Alegre, 6 fev. 2006

\_\_\_\_\_. **O Parcão:** sua vida e sua comunidade. Porto Alegre, 13 jul. 1980.

\_\_\_\_\_. **Renovada a adoção de parque.** Porto Alegre, 26 jul. 2005.

\_\_\_\_\_. **Show é contra licitação de auditório.** Porto Alegre, 30 jul. 2007.

\_\_\_\_\_. **SMAM incentiva a adoção de praças.** Porto Alegre, 30 maio 2005.

JORNAL FOLHA DA TARDE. **Uma área preciosa demais para ser perdida ou usada pela metade.** Porto Alegre, 09 jun. 1976.

JORNAL ZERO HORA NORTE. **Reserva natural é intocável.** Porto Alegre, 11 jul. (sem dados relativos ao ano).

\_\_\_\_\_. **Sem teto invadem parque ecológico.** Porto Alegre, 29 set. 1991.

JORNAL ZERO HORA. **Plebiscito pode definir cercamento de parques.** Porto Alegre, p. 28, 20 jun. 2005.

\_\_\_\_\_. **Prefeitura derruba barracão de CTG, por ordem da Justiça.** Porto Alegre, p. 38, 12 nov. 1991.

KLERING, Luis Roque. **Terracams.** Disponível em: <[http://www.terracams.com.br/DCP\\_8777.JPG](http://www.terracams.com.br/DCP_8777.JPG)>. Acesso em: 13 mar. 2007.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** 2.ed. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, R. P. **Contra-usos da cidade**: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas: UNICAMP; Aracajú: UFS, 2004.

LEVY, J.; LUSSAULT, M. **Dictionnaire de la Géographie**: et de l'espace des sociétés. Paris: Belin, 2003.

LUDKE, M. C. Evolução das áreas verdes: dos largos às praças e parques arborizados. In: MENEGAT, R; PORTO, M. L.; CARRARO, C. C.; FERNANDES, L. A. D (Coord.). **Atlas ambiental de Porto Alegre**. 3.ed. Porto Alegre: UFRGS, 2007. p. 119-120.

LUZ, L. F.; OLIVEIRA A. R. Espaços de lazer e cidadania: o Parque Farroupilha: Porto Alegre. **Arquitextos**. São Paulo. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp262.asp>>. Acesso em: 12 ago. 2006.

MACEDO, S. S.; SAKATA F. G. **Parques Urbanos do Brasil**. São Paulo: Editora USP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

MAFFESOLI, M. **O tempo das tribos**: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

MASCARENHAS, G. Contribuições da geografia ao estudo do lazer. In: **Anais do VII Seminário Lazer em debate**. Rio de Janeiro: CD-ROM, 2006.

MONTEIRO, C. **Porto Alegre**: urbanização e modernidade: a construção social do espaço urbano. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

MORAES, A. O. **Mapa da irregularidade fundiária de Porto Alegre**. 2.ed. Porto Alegre: Demhab, 2000.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 5.ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2002.

\_\_\_\_\_. **O método 5**: a humanidade da humanidade. 2.ed. Porto Alegre: Sulina, 2003.

PMPA. **Festa Junina no Parque Chico Mendes em 2005**. Disponível em: <<http://www.portoalegre.rs.gov.br>>. Acesso em: 12 out. 2006.

PMPA. **História dos bairros.**

<lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu\_doc/historia\_dos\_bairros\_de\_porto\_alegre.pdf>, acessado em 07/01/2007 .

\_\_\_\_\_. **Orçamento Participativo.** Secretaria Coordenação Política e Governança Disponível em: <[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/op/default.php?p\\_secao=44](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/op/default.php?p_secao=44)> Acesso em: 07 mar. 2007.

PMPA/SMC. **Chácara da Fumaça.** Porto Alegre: EU/Porto Alegre, 1999. (Memória dos Bairros).

QUEIROGA, E. F. O lugar da praça: pracialidades contemporâneas na megalópole do sudeste brasileiro. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida. (Org.). **Território brasileiro: usos e abusos.** Campinas: Territorial, 2003, p. 131-145.

SACK, Robert. **Human territoriality.** Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANT'ANA, P. As cercas libertárias. **Jornal Zero Hora.** Porto Alegre, 24 jul. 2006, p. 35.

\_\_\_\_\_. Gaúchos são feitos de trouxa. **Jornal Zero Hora.** Porto Alegre, 15 ago. 2006, p. 51.

SANTOS E. S.; MIOTTO, F. Análise comparativa dos espaços esportivos de parques públicos de Porto Alegre. **Revista Digital.** Buenos Aires, año 10, n. 92, 2006. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/>>. Acesso em: 10 jan. 2007.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção.** 4.ed. São Paulo: Edusp, 2004.

\_\_\_\_\_. **O espaço do cidadão.** São Paulo: Nobel, 1987.

SEMPRINI, A. **Multiculturalismo.** Bauru: Edusc, 1999.

SENNET, R. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade.** São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

SERPA, A. S. P. Apropriação social versus requalificação dos parques e praças na capital baiana. In: ESTEVES JÚNIOR, M.; URIARTE, U. M. (Org.). **Panoramas urbanos: reflexões sobre a cidade**. Salvador: EDUFBA, 2003.

\_\_\_\_\_. Parque público: um “álibi verde” no centro de operações recentes de requalificação urbana?. In: **CIDADES - Revista Científica**. Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, v. 2, n. 3, p. 111-141, 2005.

\_\_\_\_\_. O espaço público na cidade contemporânea. São Paulo: Contexto, 2007.

SOBARZO, O. A. **Os espaços da sociabilidade segmentada: a produção do espaço público em Presidente Prudente**. Presidente Prudente: Tese de doutorado, 2004.

SOUZA, C. F. Evolução urbana: dos arraiais a metrópole. In: MENEGAT, R; PORTO, M. L.; CARRARO, C. C.; FERNANDES, L. A. D (Coord.). **Atlas ambiental de Porto Alegre**. 3.ed. Porto Alegre: UFRGS, 2007, p. 99-106.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço poder e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; CORRÊA, R. L.; GOMES, P. C. C. **Geografia: conceitos e temas**. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000a, p. 77-116.

\_\_\_\_\_. **O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000b.

\_\_\_\_\_. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. **A prisão e a agora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão de cidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SUERTEGARAY, D. M. A. Geografia e trabalho de campo. In: SUERTEGARAY, D. M. A. **Geografia física e geomorfologia: uma (re)leitura**. Ijuí: Unijuí, 2002.

\_\_\_\_\_. Notas sobre epistemologia da geografia. **Cadernos Geográficos (UFSC)**. Florianópolis, v. 12, 2005.

TELLINI, M. A. A história e caracterização do parque. In: SMAM. **Os 10 anos do Parque Moinhos de Vento na história de Porto Alegre**. Sul Brasileiro Crédito Imobiliário S/A, 1982.

TIMÓTHEO, L. de P. **Fotos históricas**. <[www.parquefarroupilha.com.br](http://www.parquefarroupilha.com.br)>. Acesso em: 12 fev. 2007.

UEDA, V. O mercado imobiliário na cidade de Porto Alegre (RS): os novos empreendimentos e suas transformações no espaço urbano. In: PEREIRA, P. C. X.; SILVEIRA, R. L. L.; UEDA, V. (Org.). **Dinâmica imobiliária e reestruturação urbana na América Latina**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006, p. 92-117.

VILLAÇA, F. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

## **APÊNDICE**



## APÊNDICE A - Os procedimentos metodológicos

Para tornar visíveis os *princípios do conhecimento pertinente* (MORIN, 2002), nesta pesquisa sobre espaço público escolhemos uma série de procedimentos metodológicos que aqui serão explicitados.

### a) Trabalho de campo com uso de fotografias

O trabalho de campo durante muito tempo foi utilizado na geografia clássica, de cunho positivista, como forma de descrever os lugares. Esta perspectiva foi muito criticada com a chegada da perspectiva neopositivista, que trouxe o paradigma teórico-quantitativo. Entretanto, este método vem ganhando novamente força a partir da volta dos estudos culturais em geografia.

As anotações de campo visaram relatar fatos que ocorreram quando da nossa presença no parque, principalmente durante o estágio, no segundo semestre de 2005, que realizamos junto às administrações dos parques estudados. O trabalho de campo é de suma importância na relação entre sujeito e objeto, na medida em que o objeto reconstrói o sujeito, e também é ele (o objeto) construído/reconstruído pelo sujeito (SUERTEGARAY, 2002). Entretanto cabe ao investigador relacionar o visto/vivido a partir da pesquisa de campo, com as diferentes escalas presentes. Segundo Suertegaray (2002):

As relações que expressam as características de um lugar são de ordem horizontal (expressão dos elementos e dos processos no lugar) e de ordem vertical (a expressão de elementos e processos externos ao lugar) que direcionam, transformam, complexidade. [...] O trabalho de campo, portanto, não é tudo, já que sofre limitações que serão suprimidas por outras formas de apreensão do conhecimento. (SUERTEGARAY, 2002, p. 104)

Visando articular melhor o que fora visto em campo, usamos como norteador do trabalho de campo o conceito de *paisagem*. Neste sentido também encontramos apoio em Suertegaray (2005) ao dizer que a paisagem é um conceito operacional que permite analisar o espaço sob a dimensão da forma (formação) e da funcionalidade (organização).

Não necessariamente entendendo forma-funcionalidade como uma relação de causa e efeito, mas percebendo-a como um processo de constituição/reconstituição de formas na sua conjugação com a dinâmica social. Neste sentido, a paisagem pode ser analisada como a materialização das condições sociais de existência diacrônica e sincronicamente. [...] O conceito de paisagem privilegia a coexistência de objetos e ações sociais na sua face econômica e cultural manifesta (SUERTEGARAY, 2002, p. 51).

Dentro desse contexto podemos dizer que com a fotografia podemos extrair o conjunto de formas (elementos) que compõem uma paisagem em um determinado momento. Este conjunto de formas exprime uma história, uma função, um conjunto de dimensões materializadas. A partir do registro feito, podemos através da análise dos elementos constituintes, interpretar/compreender as dinâmicas de um dado lugar. Entretanto, é importante ressaltar que o registro fotográfico é uma forma de “enquadrar o mundo na lente”, que fatalmente está atrelada a nossa forma pré-concebida de ver o mundo. Portanto, ao fazermos (ou escolhermos) um registro fotográfico, carregamos nele a intencionalidade de mostrar aquilo que percebemos de antemão.

Isso não significa necessariamente um problema, desde que explicitemos o modo como vemos o problema com o qual estamos trabalhando. O cientista não precisa ser neutro, mas precisa ser honesto (SOUZA, 2004).

#### *b) Entrevistas qualitativas com especialistas*

Foram desenvolvidas algumas entrevistas formais com pessoas que nos poderiam dar informações bastante importantes com relação a temática do trabalho. Tais pessoas estavam diretamente envolvidas com os parques pesquisados, quando do momento das entrevistas. As entrevistas foram registradas por gravação, que foi entregue aos respectivos entrevistados, visando futura autorização para o uso de trechos de suas falas.

Estas entrevistas não tinham um questionário prévio, pois visavam uma exposição de forma menos condicionada, das experiências que os entrevistados tinham em relação aos parques estudados. Tais entrevistas nos ajudaram a entender determinadas posições dos mais diferentes atores envolvidos nos parques que estudamos.

*c) Busca de documentos em órgãos estatais*

Durante nossa pesquisa, como já dissemos, realizamos um estágio (no segundo semestre de 2005) junto a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM), que é a responsável pela administração dos parques urbanos de Porto Alegre. Nesse estágio tivemos o acesso a documentos relativos a projetos e programas desenvolvidos dentro dos parques. A análise dos projetos e programas, desde suas justificativas até a sua execução, permitiu uma melhor visão da ação do poder estatal diante dos espaços públicos estudados.

*d) Análise de textos jornalísticos*

A pesquisa de textos jornalísticos foi de grande importância para a execução desta dissertação, pois nos forneceu dados sobre o cotidiano dos parques, além de nos ministrar informações sobre eventos, parcerias, programas, debates e pesquisas realizadas com usuários.

As páginas dos cadernos de classificados nos auxiliaram na compreensão do processo de valorização fundiária existente a partir dos parques.

O contexto histórico-espacial pode ser remontado, em parte, pelas reportagens contidas em jornais antigos que nos foram disponibilizados, através do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moisés Velinho.